

A Defesa Nacional



NOVEMBRO
1954

NÚMERO
484

General JUAREZ DO NASCIMENTO F. TAVORA, Diretor-Presidente.
Coronel ADALARDO FIALHO, Diretor-Secretário.
Ten.-Cel. JOAO CAPISTRANO M. RIBEIRO, Diretor-Gerente.



A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano XLII

BRASIL — RIO DE JANEIRO, NOVEMBRO DE 1954

N. 484

SUMÁRIO

Págs.

Editorial.....	5
Saudação à Bandeira — Maj. Newton C.A. Mello.....	7

CULTURA PROFISSIONAL

A Técnica e a Engenharia no Exército — Cel. A. Rodrigues da Costa.....	11
As grandes Escolas Militares Francesas — Georges Marey.....	19
Normas — Padrões de Ação — Cel. Manoel J. Guedes.....	23
Organização da A.D. da D.I. baseada no seu emprêgo — Ten.-Cel. Cesar Gomes das Neves.....	29
Manutenção — Cel. José Horácio da Cunha Garcia.....	35
Batalha decisiva (Frentes contínuas e intervalos) — Maj. Fernando Allah Moreira Barbosa.....	41
Emprêgo das Forças Terrestres — Maj. Rui Alencar Nogueira.....	49
Reestruturação do Serviço de Intendência — Maj. I.E. José Martins de Almeida.....	53
Necessidade de um órgão de estudo e pesquisa experimental — Cap. Dario B.A. Costa.....	61
O S/4 na Unidade — Cap. José M.B. Ramalho.....	63
Quadros de Sargentos — Cap. A. Godoy.....	67
Fichas de Instrução — Cap. Carlos A. Figueiredo.....	77
A Importância do Serviço Especial — 1º Ten. Virgílio da Veiga.....	83

CULTURA GERAL

Problemas do Desenvolvimento Econômico — Prof. Arthur E. Burns.....	85
A Conferência de Caracas e a Crescente Importância dos Problemas Econômicos e Sociais na América Latina — Ten.-Cel. Floriano Möller.....	91

GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR

Vegetação do Sul de Mato Grosso, Leste da Bolívia e N.E. do Paraguai — Cel. Antônio Brito Júnior.....	99
Guerra no Deserto — Cel. Paulo E.F. Silva.....	109
A Economia na História do Brasil (Ciclo da Cana de Açúcar) — Maj. Jorge E.M. Fortes.....	113
Considerações sobre o Litígio Peruívo-Equatoriano — 1º Ten. Celso Viana de Araújo.....	119

DIVERSOS

O Código de Justiça Militar Argentino — Gen. Niso Viana Montezuma.....	125
Instituto de Física Teórica (Redação).....	133
Quartéis — Cel. Adaucto C.B. Vieira.....	139
27 de Novembro de 1935 — Cap. P.J. Busato.....	143
NOTÍCIAS DIVERSAS.....	145
ATOS OFICIAIS.....	147



REPÚBLICA NOVA

Este mês, em que se comemora a proclamação da República, enche o coração dos patriotas de júbilo.

É que, segundo se anuncia, vai ser inaugurada a grande Usina de Paulo Afonso, possivelmente no próprio dia 15 de novembro, ou pouco depois dessa data.

A data de 15 de novembro vai ter, portanto, neste ano, um duplo sentido.

Além de lembrar o tradicional fato histórico, vai significar, também, o surgimento de uma nova República.

É a República que olha, pela primeira vez, para o Nordeste do país, na concretização de gigantesca obra material que vai interessar 5 Estados e mais de 400 Municípios daquela esquecida região.

É a República que venceu o cepticismo e encontrou, afinal, o caminho que levará à redenção uma parcela ponderável de seus filhos, libertando-os, para sempre, de prolongada era de atrazo e sofrimento.

É a República que, por fim, lançou um marco definitivo de progresso em vasta área do país, maisinada, em que pese ao heroísmo de seus filhos, num pre-julgamento injusto, devido às suas condições mesológicas adversas.

Mas adversas porque não corrigidas.

O vale do Tennessee também era um pêso morto na economia norte-americana.

Hoje, as suas represas e as suas usinas transformaram-no num jardim edênico.

Da mesma forma, Paulo Afonso representará poderoso impulso ao desenvolvimento do Nordeste, com repercussões em toda a economia nacional.

A energia elétrica, abundante e barata, possibilitará a industrialização de imensas riquezas, incrementará a irrigação e adubação dos solos, a mecanização da lavoura e a eletrificação rural, fatores decisivos para o fortalecimento da economia nordestina.

Estar-se-ão, como decorrência, as migrações de nordestinos para o Sul do país.

O homem do Nordeste, pela primeira vez, encontrará motivos para não abandonar o solo nativo, libertando-se de estigmas que pesavam sobre ele.

Paulo Afonso abrirá caminho às iniciativas e aos capitais empreendedores.

Estabelecendo novas e favoráveis condições, automaticamente possibilitará o surgimento de novos parques industriais, novos meios de circulação, novos centros urbanos, transformando por completo a fisionomia do Nordeste.

Eis porque vemos em Paulo Afonso, que representou uma soma de esforços ainda não devidamente apreciada, o surgimento de uma nova era para o Brasil.

Um Brasil que trabalha e tira de suas próprias entranhas os elementos do seu progresso, apesar de sua falta de técnicos, de recursos financeiros e de indústrias desenvolvidas!

País pobre, o Brasil deu ao mundo um exemplo de força de vontade, transpondo não só barreiras materiais quase invencíveis, como dificuldades de ordem psicológica, à base de um pessimismo generalizado até mesmo entre esclarecidos homens públicos.

Estrangeiros foram grande parte dos materiais de Paulo Afonso, como estrangeira foi também a descrença de muitos deles na realização do empreendimento, mas nacionais foram os homens e a vontade que ergueram a grande Usina.

E tão certo como 2 e 2 são quatro, os 120 mil quilowatts de hoje serão, amanhã, 900 mil, capacidade máxima de Paulo Afonso, sem prévia regularização do S. Francisco, para mostrarem ao mundo e ao próprio Brasil do passado o que vale o homem do Nordeste.

A Usina de Paulo Afonso representará o fortalecimento do Nordeste.

O Exército não pode deixar de se interessar pelo fortalecimento econômico de tão vasta região do país.

Eis porque, numa conclusão lógica, é mais do que justificado o entusiasmo do Exército às vésperas da inauguração da grandiosa obra.

Ela representará, acima de tudo, a promessa de uma era fecunda de grandes empreendimentos, levados a cabo pela tenacidade, operosidade e idealismo desse gigante caluniado que é o homem do Nordeste.

19 DE NOVEMBRO

SAUDAÇÃO À BANDEIRA

FLUCTUAT NEC MERGITUR

Maj. NEWTON C. DE ANDRADE MELLO

BANDEIRA DO BRASIL !

Tu vens da distância dos tempos, trazendo ecos de inúbias estridulas, de cânticos guerreiros de valentes tupis ! Tu vens de longe, confundida com os panos enfunados das caravelas da aventura a tornarem ilimitados os limites do mundo ! Tu vens de terreiros ardentes, de envolta com roucos zabumbas tangidos por mãos sofredoras, a abatarem vozes pungentes endereçadas aos céus !

Tu vens de longe, minha Bandeira ! Quando as naus cabralinas penetraram, mansamente, as águas serenas de Porto Seguro, e a sua marinhagem plantou na terra dos brasils o estandarte portugalense, elle criou raízes, que se aprofundaram no solo feraz. Derrubado o antigo lenho pela marcha irrevogável dos séculos, nova planta brotou das velhas raízes. Assim nasceste tu, minha Bandeira ! E cresceste, cresceste ! Cresceste para os céus, cresceste para o norte, para o sul, para o ocidente ! Cresceste frondosa, abrigando na sombra imensa os afligidos de tôdas as terras, os naufragos de todos os mares, os devotos de tôdas as crenças, os filhos de tôdas as raças !

A medida que a antiga Ilha de Vera Cruz evoluia, e se transformava, e se expandia, e se emancipava ; à proporção que nosso país se tornava adulto e, a 15 de novembro, emergia de uma civilização política ultrapassada e enveredava em definitivo pelo rumo de seus altos destinos, tu, minha Bandeira, evolveste com elle, tomaste várias formas, começando com o pendão colonial de Tomé de Souza, estagiando durante largos anos sob a feição de esfera armilar de ouro, encimada pela corôa real adamantina, revestindo, por breves dias, o feltro mandado adotar pelo Govêmo Provisório, para se firmar definitivamente no aspecto actual, por decreto de 19 de novembro de 1889. Esta é a Bandeira que o Brasil-República

tem venerado. Bandeira que, mais que nenhuma outra em todo o mundo, exprime em verdade o sentido simbólico de Pátria. Porque lhe representa a própria terra, o próprio céu, sua legítima força econômica, a comunhão das províncias confederadas. E mais ainda: mantendo, na composição física, a esfera e as cores azul e branca, uma e outras típicas do signo do império brasileiro, assinala o nosso pavilhão a continuidade histórica da Pátria. Inscrevendo-se o dístico "ORDEM E PROGRESSO" no emblema nacional, traduziu-se um grau de maturidade política e republicana que constitui alto penhor de sobrevivência eterna.

* *

Bandeira do Brasil! Tu foste outrora o estandarte ovante que tremulaste ao sopro de brisas novas, de brisas estranhas, conduzido pelo paulistano impertérito que atirava de encontro às faladas dos Andes o meridiano extremo do país! FANAL DE BANDEIRANTES! EU TE SAUDO!

Tu foste o sonho acalentado pelos inconfidentes, o "LIBERTAS QUAE SERA TAMEN" de patriotas insofridos! MUSA DE TIRADENTES! EU TE SAUDO!

Tu foste a inspiradora dos moços da República Bahiense e dos rebeldes pernambucanos de 1817, que se imolaram por uma Pátria livre! Por isto EU TE SAUDO, MINHA BANDEIRA!

Tu flutuaste vitoriosa nos pampas de Monte Caseros, nas plagas inóspitas de Itororó, Avaí e Lomas Valentinas, e te igaste aos mastros das belonaves que venceram Riachuelo! Em nossos dias, transpando outra vez fronteiras, sucedeste nos montes Apeninos à signa do despotismo e da tirania, demarcando os lances homéricos de Monte Castelo, Montese e Fornovo!

* *

O clarim vibrante que há pouco estrugia os acordes da vitória, conclama agora ao ato piedoso para com os que se "foram da lei da morte libertando". Eles se chamam Marçílio Dias, Greenhalg, Andrade Neves, Antônio João, Vilagram Cabrita, Max Wolf, Ari Rauen. Não receberão as pétalas róseas do reconhecimento nem as palmas ruidosas do entusiasmo. Não estarão enfileirados na marcha triunfal do regresso ao chão do berço. Mas, se é verdade que não concorrerão ao festim dos Césares, gozarão de privilégio maior: haveis de vê-los, na viagem para a morada eviterna, cobertos pelo pavilhão auri-verde, no amplexo derradeiro. MORTALHA DE HERÓIS, COMPANHEIRA SEMPITERNA DE BRAVOS, PALIO PROTETOR E GRANDILOQUENTE DE TÚMULOS DE IMORTAIS! BENDITA SEJAS!

Mas que digo! Estarei por ventura a gizar o panegírico da flâmula de um povo guerreiro? Jamais. Na história de tua origem, minha Bandeira, vamos deparar, na composição de tua forma física, uma paloma branca a sustentar no bico o consagrado símbolo da paz, o ramo da oliveira. Era o prenúncio da vocação pacífica e ordeira desta nação, que em sua lei magna haveria de proscrever a guerra de conquista. Os teus vexilários, quando te erguem bem alto à admiração dos coetâneos, não se chamam somente Caxias ou Osório. Os expoentes da cultura pátria lá vão, pelos continentes em fora, a tomar assento nos colégios e conselhos. E o mundo assiste a Santos Dumont dar azas ao homem, realizando o sonho mitológico de Ícaro; ouve a eloquência de Rui, defendendo em Haia o direito das pequenas nações e tornando maior, por isto, a terra de seu berço; admira o saber de Epitácio Pessoa no conselho de Genebra e o gênio diplomático de Rio Branco; reconhece a obra grandiosa de Osvaldo Cruz e a arte criadora de Carlos Gomes, Machado de Assis e Euclides da Cunha. Nos dias de hoje, cientistas e cultores do direito ombreiam-te com os vexilos dos demais países, nas Assembléias das Nações Unidas ou congressos científicos. E o valor de um César Lattes, de um Gilberto Amado, de um Josué de Castro e de um Candau exornam-te com os mais cubicados florões, Bandeira do Brasil!

. . .

Ó vós, lutadores de tôdas as horas, que, às vêzes, parais na curva do caminho, semi-possuídos da desesperança; ó vós, descrentes de sempre, sacerdotes do niilismo, que duvidais de nosso presente e de nosso futuro, que viveis da negativa de nós próprios e da afirmação de tudo o que prospera além-fronteiras; ó vós, iconoclastas da realidade brasileira; ó vós, fariseus que vos ocultais no cavalo de Troia dos credos espúrios! Vinde cá, vós todos, e prosternai-vos junto a esta flâmula sagrada; dessedentai-vos na linfa cristalina desta Castália da esperança! Ela vos há de insuflar novos aletos; há de vos inspirar a crença; há de vos retornar ao bom caminho — aquêlê que conduz ao cumprimento do dever para com a Pátria.

. . .

Bandeira do Brasil! Para nós, veteranos da campanha da Itália, tu és também a Bandeira Expeditionária. És o balsão sacrossanto que conduzimos através dos mares e da imensidão dos céus, às terras da velha Europa, para te desagravar os brlos ofendidos, mastreando-te, ao fim, no panteon da vitória. Hoje, conservamos-te carinhosamente neste teu relicário, sob o teto desta casa, a casa dos veteranos, a casa do povo, a casa do Paraná! Houve por bem o destino permitir que, no dia em que se comemora a tua

feita, aqui se reunissem expedicionários dos quatro cantos deste país, numa embaixada das mais lídimas, porque eles foram teus cruzados na hora em que o inimigo te lançou covardemente o mais ignominioso dos ultrajes! Olha tu, Bandeira Expedicionária! Olha e verás aqui, nesta assembléia cívica, uma legítima aquarela brasileira! Eis o amarelo do teu losango, representado pelos companheiros do Estado montanhês, que tem o coração forjado de ouro! Eis a côr virente do teu retângulo, configurada pelo delegado da Amazônia, o continente verde do Brasil! Ali estão os fiéis intérpretes do teu mandato político, os ilustres camaradas do progressista Estado de S. Paulo, ali está o azul de tua esfera, azul que é símbolo de nobreza; nobreza que é atributo exponencial da gente do Rio Grande; nobreza que se caldeou em entreveros de bravura, em lances épicos, em cargas indomáveis de centáuros, na disputa secular de lindes controversos; ali está, enfim, o branco de tuas estrêlas, retratado nêsse mosaico cívico de nordestinos, de fluminenses, de cariocas, de homens de todos os paralelos, de tôdas as longitudes, onde ecoou e há de ecoar por todo o sempre a mensagem altiva do Ipiranga!

Outrora, dissensões fratricidas — seja nas coxilhas gaúchas, seja nos rincões maranhenses, seja nas plagas pernambucanas, seja nas montanhas mineiras, seja, enfim, no planalto paulista — dissensões fratricidas regaram de sangue irmão o solo convulso da Pátria, e tu te humedeceste no pranto dos órfãos e das viúvas inermes. Por momentos, temeu-se que o tufão da revolta te solapasasse os mastros altérosos e se colocassem em teu lugar pavilhões locais, frutos da paixão e da intolerância. Mas não! A tudo superaste. Amainados os ódios, secaste em tuas fimbrias maternais o pranto dos aflitos e acolheste em tuas dobras generosas os transviados da incompreensão. Hoje, há um lábaro só. Um Brasil só. Um único símbolo do milagre que foi a comunhão desta heteróloga imensidade geográfica. E tu, auri-verde pendão, és a flâmula altaneira que drapejas desde os mais altos cumes de Tumucumaque às canhadas serenas do Jaguarão! És o estandarte imenso que oscilas às carícias dos aliseos atlânticos ou te retorces às rajadas frígidas dos Andes magestosos! Tu és a Pátria unificada! Tu és a integração de nossa grandeza, de nossa fôrça, de nossa cultura, de nossa crença, de nossa fé, de nossas esperanças!

Por tudo isto! Pelo que encerras de um passado de glórias! Pelo que significas num presente de afirmações! Pelo que prenuncias de um futuro dadivoso! Pela continuidade da vida pátria em ti simbolizada! Pela unidade, pela coesão que representas! POR TUDO ISTO, BENDITA SEJAS, BANDEIRA DO BRASIL!



CULTURA PROFISSIONAL

A TÉCNICA E A ENGENHARIA NO EXÉRCITO

A. RODRIGUES DA COSTA, Cel. de Eng.

I — A TÉCNICA



TRANSIÇÃO das doutrinas ensinadas pela ex-Missão Militar Francesa, para as novas concepções de Exército, decorrentes dos sucessos bélicos da

2ª Guerra Mundial, é em grande parte a causadora do panorama militar nacional.

A sofreguidão e a necessidade urgente em dotar o nosso Exército das novas conquistas realizadas no campo militar pelos países líderes do mundo, naturalmente em uma escala reduzida, não permitiu um suave e mais meditado planejamento. Os Exércitos das grandes potências, podem, mercê dos pujantes parques industriais das suas Nações, satisfazer-se de todos os recursos necessários a um bom aparelhamento.

Medidas as distâncias e confirmado o nosso atraso nesse domínio, só nos restavam realmente as decisões tomadas: recorrer momentaneamente ao nosso poderoso aliado continental no sentido do nosso

reequipamento bélico a fim de deter a decomposição material e forçar o progresso industrial brasileiro, única solução verdadeiramente patriótica e decisiva.

Entretanto, para criar indústrias de base e posteriormente as derivadas, era necessária a existência de brasileiros tecnicamente aptos na Engenharia Industrial. Esses homens não deveriam ser dotados apenas, da ilustração geral que advém da leitura de publicações e boletins técnicos informativos, mas possuidores de toda a gama de sólidos conhecimentos técnicos, adquiridos no estudo profundo e sistemático da matéria, isto é, de verdadeiros engenheiros especialistas nos vários ramos da Engenharia.

Deve o Paiz ao Exército a realização desse objetivo, concretizado com a fundação da Escola Técnica do Exército, onde pela primeira vez no Brasil, foram iniciados cursos superiores de especialização técnica até aquela época inexistentes na engenharia civil: Destarte começaram a surgir os primeiros oficiais diplomados em Metalurgia, Armamento, Rádio e Ele-

trônica, Química e outros ramos da engenharia industrial.

A sã política, inicialmente vigorante, de utilizar aqueles legítimos valores no surto industrial brasileiro, coroou-se de glórias na realização de Volta Redonda por exemplo, e só não prosseguiu nesse gabarito, porque aquêle critério começou a ser minado pela falsa doutrina de que para bem administrar um empreendimento não é indispensável a direção de um técnico especializado — antes deve ser evitada.

As funestas conseqüências desse procedimento são agora visíveis, mas parece que essas tristes experiências simplesmente passarão à História.

No entanto, a atual existência dentro do nosso Exército de um já numeroso grupo de técnicos, criou uma situação original face a dos outros países.

É que nestes, o campo industrial não precisou ser diretamente impulsionado pelas suas Forças Armadas e portanto, não tendo de resolver tais problemas, não nos puderam legar nenhuma experiência a respeito.

Por isso, cabe-nos sôzinhos resolver o caso, criado por uma conjuntura especificamente brasileira.

Conta hoje o nosso Exército com vultoso número de Oficiais técnicos enquistados no organismo das Armas e pouco aproveitados nas suas reais possibilidades.

A questão é agravada dentro da Arma de Engenharia, que conta no seu quadro de oficiais com nada menos de quatro grupos distintos:

— os Combatentes da Arma de Engenharia, os de Comunicações, os Geógrafos e os Técnicos. Esses grupos, representando cada qual uma especialidade, formam um todo heterogêneo, desajustados dentro do mesmo quadro, criando problemas recíprocos de promoção e prejudicando o rendimento do conjunto.

Dentro desse desajustamento, o constante afluxo de novos oficiais técnicos vai ano a ano piorando o mal, não só porque o número deles aumenta, mas também porque, em

contrapartida, reduz o quadro dos oficiais combatentes que é o seu celeiro.

Deve-se acrescentar ainda o apreciável prejuízo da Nação, que ela dispõe recursos para formar, por exemplo, um oficial de arma que reaparece depois travestido de químico...

Não queremos com isso criticar ou desmerecer esses companheiros, pois na época conveniente o Exército não lhes proporcionou as facilidades necessárias às suas vocações.

* *

Não é nosso objetivo resolver o problema, que é um trabalho de equipe, mas desejamos apresentar um ponto de vista.

Procedendo por partes, encaremos primeiramente a Arma de Engenharia. Esta deveria ser tripartida, formando-se a Arma de Engenharia, a Arma de Comunicações e o Corpo de Geógrafos do Exército.

A Arma de Engenharia seria constituída por seus oficiais de origem, isto é, dos atuais combatentes e dos que posteriormente se diplomaram em engenharia de construção. A Arma de Comunicações, pelos oficiais de engenharia que por ela optassem e dos engenheiros de comunicações diplomados pela Escola Técnica do Exército. Finalmente o Corpo de Geógrafos do Exército pelos respectivos engenheiros dessa especialidade.

Teríamos assim três agrupamentos homogêneos, independentes nos seus quadros próprios, nitidamente diferenciados.

A primeira vista poderá parecer um excesso a criação de um Corpo de Geógrafos, mas as vantagens são evidentes.

Trata-se de um problema brasileiro: — uma vasta extensão geográfica, só comparável com o nosso próprio desconhecimento dela; segundo porque o seu pleno conhecimento está intimamente ligado às necessidades militares; terceiro porque o enquistamento daqueles oficiais dentro de um outro organismo contraria os interesses de

ambos, na forma do que ficou exposto. Aliás não é uma solução original: outros Exércitos, hoje poderosos, a adotaram em épocas passadas.

Quanto aos outros oficiais técnicos, isto é, os possuidores dos diplomas de engenheiros de Armamento, Automóvel, Eletricidade, Eletrônica, Química e Metalurgia; todos eles têm uma atuação comum, que é o campo industrial, podendo, por isso, constituir em juntos, um novo grupo sensivelmente homogêneo.

Realmente, os seus "habitat" são as Fábricas, Oficinas, Arsenais, Laboratórios, Usinas, etc. Se restringirmos a acepção da palavra "Técnico", exclusivamente ao setor industrial, contribuiremos, pelo menos dentro do Exército, para limitar a amplitude do vocábulo que reconhecidamente é de significação vaga.

O desejo de síntese, próprio à natureza humana, leva-nos a agrupar dentro da mesma chave ou quadro todos os indivíduos igualmente adjetivados. É assim que muitos são seduzidos pela criação de um quadro Técnico onde se reuniram todos os oficiais técnicos, porém, na realidade, iríamos formar um agrupamento heterogêneo, verdadeiro saco de gatos, composto de elementos dispares, cada qual falando uma linguagem.

O grupo em estudo, sensivelmente homogêneo como dissemos, teria a sua continuidade assegurada no tempo, pois a sua fonte natural seria o Curso Inicial de Formação Técnica da AMAN, representado até aqui pelo extemporâneo cadete técnico. Formariamos com ele o embrião da nova "Arma Técnica" denominação indiscutivelmente valiosa, porém compreensível, pois seu futuro está acima dos mais fantasiosos prognósticos.

Também a não adoção dos característicos de Arma para aquele conjunto, iria no futuro, paulatinamente, criar uma situação análoga a dos técnicos de hoje: um clima de incompreensão, gerando susceptibilidades e justificando desvios para atividades extra-militares.

A instituição de Unidades Táticas para a nova Arma é sem dúvida assunto delicado, porém as necessidades militares em Química, Radar, Projéteis dirigidos, Física Nuclear, etc., estão cada dia se acentuando mais e constituiria desde já uma motivação para o estudo e estabelecimento dos seus primeiros núcleos.

Sabemos quanto é revolucionária a idéia, porém, ela é a resultante de uma situação de fato, viva e palpitante, e, por outro lado, representa um aproveitamento racional do potencial humano já existente, além de constituir uma solução para um caso especificamente brasileiro.

Contudo, uma análise mais profunda, possivelmente levaria a admitir que a nova Arma Técnica apresentará — nos objetivos colimados — certa similitude com os visados pelo Exército Norte Americano através do seu Army Industrial College.

A formação dos oficiais da Arma Técnica, poderia ser esquematizada do seguinte modo:

AMAN — formação do oficial técnico, apto até o posto de Capitão e com o currículo do terceiro ano dos cursos de engenharia industrial.

— Duração: — 4 anos.

EIE e EAO — revigoramento e aperfeiçoamento dos conhecimentos militares.

— Duração: — 6 meses cada.

EsTE — formação do engenheiro especialista num dos seguintes cursos: Armamento, Automóvel, Eletrônica, Eletricidade, Química, Metalurgia, Física Nuclear, etc.

— Duração: — 2 anos.

O curso da EsEM como entidade selecionadora, poderia, reconhecendo-se o alto nível intelectual daqueles oficiais, ser reduzido para um ano de estudo das disciplinas exclusivamente militares.

Restaria o problema dos Oficiais do Corpo de Geógrafos do Exército, cuja formação poderia ser iniciada

no curso Técnico da AMAN, com os competentes ajustamentos e complementada no Curso de Geodésia da ESTE.

Finalmente, para completar nosso ponto de vista, deveria ser resolvido o problema dos atuais técnicos, que protegidos por leis, não desejassem as soluções propostas. Então, a criação de um Quadro Técnico Provisório, com sua alimentação inicial cortada, embora não resolvesse o problema o afastaria do cenário militar ao fim de alguns anos.

Queremos ao concluir, deixar bem claro, que as idéias aqui expendidas, representam apenas uma contribuição pessoal, revolucionárias na forma, porém sinceras no fundo e feitas com o objetivo desinteressado de agitar um assunto, que cada vez mais, clama por uma solução patriótica e urgente.

II — A ENGENHARIA

A evolução da Arma de Engenharia, desde as suas origens até hoje, não se desenvolveu segundo uma diretriz uniforme. Assemelha-se mais a um fenômeno alternativo cujos dois polos, a Técnica e a Tática, atuam, no tempo, com intensidades descoordenadas. Por isso, com a intenção de ajustá-la, ultimamente vários estudiosos têm opinado a respeito.

Embora muitas dessas manifestações, algumas até escritas, se resintam de uma certa acrimônia, o fato é que se percebe a possibilidade e o caminho de uma solução, como a que foi delineada pelo Exmo. Gen. Juarez Távora em recente artigo. Também, outras autoridades reconhecidas e acatadas, vêm não só apontando os erros atuais como, principalmente, sugerindo as correções, haja-se entre outras, as contidas no discurso de posse na D.E. do Sr. Gen. Machado Lopes.

As dificuldades parecem-nos a nós, mais de ordem pessoal que de doutrina e embora receiemos avançar suposições, parece que se trata, no âmago, de uma falsa questão de hegemonia de grupos ou de susce-

tibilidades mal fundamentadas. Queremos nos referir, mais explicitamente, aos chamados grupos dos "Técnicos" e dos "Combatentes".

Assim é que, enquanto estes se obstinam em demonstrar o primado da tática sobre a técnica, os outros insistem em provar o caráter eminentemente científico da Arma. E fica a Engenharia Militar, de um modo geral, à mercê ou de oficiais que sabem aplicar uma Arma que pouco conhecem ou dos outros que a conhecendo não a sabem aplicar.

A nosso ver, a origem dessa situação é o rígido escolasticismo das facções em cisma, porém, o indiscutível, é que a Arma não pode ser assimilada às outras suas irmãs, nem ficar reduzida a puros escritórios de engenharia.

Impõe-se, nesta altura, uma rápida digressão às premissas fundamentais, terreno em que repousam os alicerces da nossa estrutura. O que caracteriza, de um modo objetivo, uma Arma, são dois fatores primordiais: a Missão, isto é, o encargo de tarefas compatíveis com sua organização e os Meios para essa execução. Estes são materiais: — potência de fogo, mobilidade e equipamentos, morais: — espírito militar e intelectuais: — a ciência e a técnica.

Enquanto nas outras Armas, os problemas nos âmbitos divisionários, de corpo de Exército, de Exército, etc. se complexionam (perdão pelo neologismo) principalmente pelo volume dos efetivos e acessórios a manobrar, na Engenharia os problemas nesses vários escalões são de outra natureza, pois envolvem um crescente grau de tecnicidade. Assim, a Engenharia no setor divisionário, apresenta-se normalmente com equipamentos reduzidos e padronizados e a sua atuação é singela, pois não é a Tática da Arma senão o modo de utilizar os seus meios frente ao inimigo e em determinado terreno. Nesta situação é cabível ou pelo menos possível, o seu emprêgo até mesmo em missões ofensivas normalmente a cargo da Infantaria, afora a sua normal utilização nos

serviços de pontagem, de minas, etc.

O aparecimento de problemas mais complexos vai exigir o emprego de novos equipamentos ou de mais profundos conhecimentos especializados ou de ambos e portanto do que há de mais avançado em Engenharia.

Neste momento, evidencia-se o declínio da importância tática da Arma superada pela sua própria capacidade técnica, e em benefício da Tática Geral ou da Estratégia da operação.

Comporta-se a Engenharia na guerra, como um organismo de atuação bifronte (tática e técnica), ora engajando-se mais no campo tático, ora no técnico, indiferentemente, porque no seu quadro de Oficiais aquêle binómio é indissociável.

Se as missões exclusivamente técnicas da Engenharia nos Teatros de Operações, fôsseis obras correntes ou previsíveis, seria o caso de criar-se uma nova Arma de Engenharia com seus efetivos e quadros próprios. Tal não acontece, porém. A mesma unidade da Arma, que opera num pequeno grupamento tático, imprevisivelmente pode-se ver face a um problema de grande envergadura ou de alta técnica. Então, com o auxílio de outras Armas, ou sem elê, cabe-lhe a missão de resolvê-lo. A exigência de grandes efetivos é de fácil ou possível atendimento, no entanto, o mesmo não acontece com a qualidade dos seus oficiais que devem ser engenheiros em tôda amplitude do vocábulo.

Acresce ainda que nas condições em que êsses engenheiros vão operar, faz-se mister, além do perfeito conhecimento profissional da especialidade, que êles possuam algo de mais sutil e precioso, que é o indefinível espírito da Arma, só adquirido através o árduo percurso que vai da adolescência nas Escolas Militares, até os últimos comandos.

A solução, muitas vêzes ouvida e até escrita, que nessas oportunidades se recorrerá ao emprego de "firmas profissionais civis" só pode

ser aceita com certa reserva nas Zonas do Interior, pois nas outras situações, quer pelo inesperado, quer pela urgência, não será viável aquela convocação.

Isto nos leva a concluir deva ser iniciado na paz o processo da formação dos oficiais de engenharia e ainda na paz efetuado o treinamento dêsses homens pela execução das mais variadas obras da engenharia de construção. Deve a nossa Arma ser reorganizada para a consecução dêsse objetivo que envolve dois problemas de base:

- A formação dos seus oficiais;
- A organização de suas unidades.

* *

A formação do oficial de engenharia não será mais que um "processus" capaz de permitir a criação de um engenheiro com mentalidade de militar. O protótipo do oficial de Engenharia completo é o de Estado-Maior com curso de engenharia civil. Ele deve pois possuir:

- o currículo completo da carreira de engenheiro construtor e o tirocinio prático correspondente;
- conhecimentos táticos conjugados às qualidades de líder ou de aptidão para o comando.

Os outros tipos de conhecimentos: cultura geral, logística, etc, constituem uma decorrência natural dos primeiros. É falso o conceito de que a cultura geral se obtém na leitura de generalidades. Esse verniz é até perigoso, porque pode gerar a irresponsabilidade. No aprendizado de qualquer curso de nível realmente superior, o estudante é obrigado a adquirir conhecimentos em amplitude das mais variadas questões, tais são as econômicas, geográficas, políticas, sociais, administrativas, legais e outras. Assim acontece com os engenheiros, médicos, políticos, etc., cujos espíritos se enriquecem de cultura geral, tanto mais, quanto mais profundamente estudam suas especialidades. O mesmo ocorre com o oficial de Estado-Maior cuja cultura

geral não deve ser obtida pelo estudo da própria cultura geral e sim conseguida subsidiariamente através o estudo aprofundado das questões militares que constituem o seu "leitmotiv".

A explicação é óbvia, primeiro porque a especulação em profundidade, obrigando ao estudo dos mais variados assuntos subsidiários, gera a sabedoria, e, segundo, porque o raciocínio excitado e exercitado pelo trabalho percuente se alça às fronteiras do gênio.

A prática constata esse fato e na EsSG inúmeros civis, possuidores apenas de cursos de nível superior, debatem, com amplitude de vistas, vários problemas de cúpula e na guerra passada, vimos a utilização nos USA, em altos postos militares, de paisanos das mais variadas procedências.

Para um oficial de Engenharia corretamente formado, pensamos, por exemplo, que o curso da EsEM poderia ser reduzido a um ano apenas, gasto no estudo dos assuntos exclusivamente militares. As outras disciplinas poderiam ser dispensadas, pois o oficial já as conhecerá de certo modo, por tê-las estudado marginalmente, embora sem cunho didático.

Em linhas gerais, julgamos satisfatório o seguinte esquema de planejamento de curso:

AMAN

- Formação de oficial apto até o posto de capitão e de engenheiro do mesmo nível dos engenheiros geógrafos (terceiro ano das escolas de Engenharia civis).
- Duração do curso: — 4 anos.

EsAO

- Revigoração e aperfeiçoamento dos conhecimentos militares.
- Duração do curso: — 6 meses.

EsTE

- Formação do engenheiro construtor no mesmo nível dos diplomados pelas escolas de Engenharia civis.
- Duração do curso: — 2 anos.

Como curso de seleção, o da Escola de Estado-Maior reduzido como se disse a um ano de estudo. A conveniência de cursos de especialização — "pos-graduação" — seria considerada a título facultativo.

Comparado a um oficial de mesmo valimento de outra Arma, o de Engenharia gastará nos 7 1/2 anos da sua formação escolar um tempo análogo ao do primeiro, admitindo-se para este a vigência dos atuais currículos escolares.

É claro que os diferentes cursos seriam intervalados de períodos de atividade prática que o oficial exerceria na tropa, unidades de construção e nos Serviços de Engenharia, não só para a obtenção do indispensável tirocínio como ainda para amenizar as fadigas de um curso contínuo.

Essa nova formação, poria em cheque os atuais oficiais da Arma, pois estes seriam os chefes ou comandantes daqueles.

Resulta, portanto, necessária uma readaptação dos mesmos, no sentido de dar aos atuais técnicos melhores habilitações militares e aos outros maiores conhecimentos técnicos. A questão é complexa mas a solução poderá ser obtida com minuciosos estudos desapaixonados e impessoais.

* *

A organização em novas bases das Unidades de Engenharia seria uma decorrência lógica dos novos rumos indicados e também uma consequência do fato de não carecer a Engenharia, ao contrário das outras Armas, de uma rigorosa capitalização de reservistas.

Com caráter meramente opinativo, julgamos possa a Engenharia ser formada de apenas dois tipos de unidades, onde seus oficiais serviriam com uma rotatividade obrigatória:

a) os Batalhões de Engenharia, organizados com o caráter divisionário onde se ministraria uma instrução especializada de pontagem, destruição e minas, fortificações de campanha, etc.

[illegible]

ESQUEMA TEÓRICO DA EVOLUÇÃO COMPLETA DE UM OFICIAL

b) os Batalhões de Construção, de âmbito de Exército, a cujo cargo se confiariam as tarefas rodoviárias, ferroviárias, aquaviárias, de açudagem, de barragens, construções e fortificações permanentes de vulto, etc.

Neste domínio, a contribuição ao País seria inestimável, principalmente se no setor rodoviário se desse destaque à construção de rodovias pioneiras mais congruentes com o gênio do Exército, ao invés das estradas de rodagem de alta

classe que deveriam ficar na alçada das entidades civis.

Essas realizações, não seriam mais que as previstas no art. III do Título III da Lei de 12 de Fevereiro de 1812:

"Os oficiais do Real Corpo de Engenheiros, julgando-se conveniente, poderão ser empregados além do que fica referido (art. I), na construção de Pontes, Abertura de Estradas, Barras e Canais e em outras obras de semelhante natureza".

"BRIGADA GAÚCHA"

A Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul a Redação de "A Defesa Nacional" agradece o recebimento do primeiro número de sua revista "Brigada Gaúcha" e a cumprimenta pela sua feliz iniciativa e pela excelência daquele primeiro número.

A "Brigada Gaúcha" os votos de felicidades de

"A Defesa Nacional".

«EMERCO»

EMPRESA MERCANTIL E CONSTRUTORA LTDA.

AV. RIO BRANCO, 151-10º ANDAR

SALAS 1013-14 - TELEFONE 42-5836

RIO DE JANEIRO

AS GRANDES ESCOLAS MILITARES FRANCESAS

A ESCOLA DE APLICAÇÃO DO TREM

Um artigo inédito de GEORGES MAREY

Artigo gentilmente cedido pelo "Serviço de Informação e de Imprensa da Embaixada da França".



TREM, o antigo Trem das Equipagens que foi criado pelo Imperador Napoleão em 1807, é em França a arma dos transportes — arma tão necessá-

ria ao combate como a infantaria ou a cavalaria blindada, pois é ela que garante os transportes e os movimentos tanto nas primeiras linhas como na retaguarda. Mas, embora não seja recente, o Trem só ultimamente adquiriu uma autonomia completa, pois em 1928 ainda era uma subdivisão da arma de artilharia. E teve que esperar até 1945 para obter uma Escola independente. De 1928 a 1940, os alunos oficiais eram, com efeito instruídos em Saumur, na "Escola de Cavalaria e do Trem". Foi a tal título que os moços "tringlots" participaram, em agosto de 1940, ao lado dos seus camaradas cavaleiros, na célebre resistência dos Cadetes de Saumur, que conseguiram impedir a passagem do Loire às forças alemãs durante três dias. Instalada em 1945 no bairro de Beaumont em Tours, a Escola de aplicação do Trem foi dirigida durante nove anos, até junho de 1954, pelo mesmo chefe, o coronel, depois general Salaun, do qual se pode dizer que amassou com as próprias mãos a sua obra.

* *

Tal qual é hoje, recebendo por ano cerca de 1.500 a 2.000 alunos e estagiários, assegurando a ins-

trução por correspondência de vários milhares de oficiais de reserva, a Escola de Tours, sem pretender igualar as suas irmãs mais velhas (Saint-Maixent, Saumur, Châlons-sur-Marne), conquistou um lugar digno entre as escolas militares de França. A sua missão, que é análoga à das outras escolas de aplicação, consiste essencialmente em instruir oficiais-alunos do exército ativo, alunos suboficiais do ativo e alunos-oficiais de reserva. Os primeiros, são moços subtenentes que saem da Escola especial militar de Saint-Cyr-Coetquidan. A Escola especial militar é uma escola interarmas encarregada de formar oficiais para todas as armas, desde a infantaria até às transmissões. Os alunos recebem uma formação comum. É necessário, por conseguinte, especializá-los em seguida na arma que escolhem: é o que compete às várias escolas de aplicação. Em Tours, onde o estágio dura normalmente dez meses, os subtenentes do Trem aprendem o ofício de chefe de pelotão, no quadro dos grupos de transporte automóvel ou de circulação por estrada.

O curso de aplicação 1953-1954 contava uns quarenta oficiais-alunos. Tendo início em outubro de 1953, deveria ter terminado normalmente em agosto; mas as necessidades de enquadramento dos corpos de tropa e a convocação antecipada do contingente (provocada pela criação de novas "divisões de intervenção") levaram o comando a interromper o estágio a partir

de 1 de junho. Estes estudos, embora curtos, permitiram todavia dar aos oficiais novos complementos indispensáveis hoje nos transportes anfíbios (na Indochina existem pelotões fluviais do Trem) e aéreos. A arma do Trem compreende com efeito certo número de "Compagnias de remessa por ar", a maioria operando na Indochina. São os aviadores que, como é natural, conduzem os aparelhos, o carregamento dos aviões de abastecimento e o largar das cargas nas zonas de operações compete aos "trenglots". Como nas outras armas, os suboficiais de ativo do Trem são normalmente formados nos corpos de tropas. Os suboficiais selecionados que frequentam a Escola de Tours são escolhidos porém entre os voluntários, que ficam o tempo necessário para a preparação do exame para oficiais em Coetquidan. A estes vêm juntar-se algumas dezenas de antigos "enfants de troupe", isto é, moços de 18 anos que acabaram o curso das "Escolas Militares preparatórias" e que se alistam por cinco anos. Uns e outros passam dez meses em Tours, onde obtêm sucessivamente os diplomas de suboficiais: os dois certificados de aptidão técnica, n. 1 e n. 2, assim como o certificado inter-armas.

* *

Quanto aos alunos-oficiais de reserva, são rapazes que fazem o seu serviço militar legal de dezoito meses e que desejam obter o galão de subtenente dos quadros de reserva. Dois cursos de seis meses, organizados anualmente em sua intenção, permitem fazer um curso de inverno, que dura de outubro até abril, e um curso de verão, que vai de maio a outubro — cada um deles compreendendo 120 a 140 alunos. Entre estes, uns — cerca de metade — são incorporados diretamente na Escola de aplicação: frequentaram, durante os estudos civis, os cursos de Preparação militar superior, cujo diploma dá direito de admissão aos pelotões de alunos-oficiais de reserva; os outros passaram por um exame espe-

cial nos corpos de tropas para que foram chamados. Quer os alunos venham da Preparação militar superior ou dos corpos de tropas, são repartidos em quatro brigadas especializadas. A Escola, que dispensa aos jovens oficiais do ativo uma instrução "polivalente" que os torna aptos a cumprir qualquer função da sua patente, apenas dá aos alunos oficiais, em virtude da brevidade do estágio, uma formação de ritmo "utilitário", ensinando-lhes uma só especialidade: transporte, circulação ou transmissões. É por isto que duas brigadas são destinadas aos futuros chefes de pelotão das unidades de transporte, uma brigada aos das unidades de circulação por estrada e a última aos futuros oficiais de transmissões. Além disso, alguns alunos recebem uma instrução particular sobre os transportes em mulas e são afetados à saída da Escola a unidades de montanha. Os estudos teóricos e práticos, com intervalos nos campos de manobras e um estágio na Escola de transportes aéreos de Pau, são sancionados por um exame final. Segundo a classificação, os alunos obtêm o galão de subtenente ou, apenas, o de aspirante, com os quais vão terminar, num corpo de tropa, como chefes ou instrutores, o tempo de serviço ativo.

* *

A par dos principais cursos, a Escola de aplicação de Trem de Tours está encarregada de organizar e efetuar várias espécies de estágios, de semanas ou dias, para uso de categorias diversas de oficiais e suboficiais: estágios de informação para os oficiais alunos da Escola de Estado-Maior ou da Escola de Guerra, para os oficiais estrangeiros, para os oficiais de reserva pertencentes ao Serviço Militar dos Caminhos de Ferro — estágios de aperfeiçoamento para os quadros superiores do ativo ou de reserva — estágios de suboficiais mecânicos; de oficiais chefes de centro automóvel dos regimentos de infantaria, de oficiais chefes de

"centro de formação racional acelerada" dos choferes... Um serviço particular ocupa-se, finalmente, de preparar os Cursos por correspondência destinados aos oficiais de reserva voluntários, desejosos de aperfeiçoar a sua instrução técnica e tática. Recebem por ano três ou quatro pastas contendo uma do-

cumentação sobre a arma do Trem ou sobre o exército em geral, assim como um trabalho tático para resolver em casa. Todos os quadros de reserva de Trem estão assim constantemente em relação com a Escola de aplicação de Tours, que se tornou, apesar de ser ainda recente, a "casa-mãe" da arma.

RELAÇÃO DE LIVROS À VENDA NESTA REDAÇÃO

	Cr\$
As Repúblicas Hespanos S. Americanas — Major Ayrtton S. Freitas.....	20,00
As Condições Geográficas — General Mario Travassos.....	10,00
As Manobras de Nioac — General Bertoldo Klinger.....	5,00
Aspecto Geográfico Sul Americano — General Mario Travassos.....	10,00
Algumas Coisas da Rússia — Coronel J.B. Magalhães.....	12,00
A Compreensão da Guerra — Coronel J.B. Magalhães.....	30,00
A Linha de Fogo na Guerra — Capitão Germano Seidl Vidal..	6,00
A Batalha de Roma — Capitão Geraldo de Menezes Côrtes.....	18,00
A Batalha do Monte das Tabocas — Coronel J.B. Magalhães..	12,00
A Guerra de Sucessão — Artur Carnauba.....	5,00
Artilharia de Dorso — Capitão Otavio A. Velho.....	15,00
As Transmissões no Reg. Sampaio — M.F. Castelo Branco...	15,00
Abreviaturas M.N. Americanas — Capitão Otavio Alves Velho	5,00
A Fôrça Mecanizada — Silvio do Amaral.....	60,00
Bateria de Acumuladores — Archimedes P. de Oliveira.....	15,00
Balística Externa — Coronel Morgado da Hora.....	60,00
Crônicas de Guerra — Coronel Olivio G. de Uzeda.....	30,00
Cartilha da Mocidade — Coronel Micaldas Correia.....	8,00
Contribuição para a Guerra Brasil B. Aires — General Bertoldo Klinger.....	6,00
Centralização do Tiro — Breno B. Fortes.....	6,00
Do Recôncavo aos Guararapes — Major Antônio S. Junior....	50,00
Dêm Estádios ap Exército — Coronel Jair J. Ramos.....	30,00
Ensaio Sobre a Informa na Guerra — Coronel José Horácio Garcia.....	15,00
Estudos dos Morteiros — Capitão Gustavo Lisboa Braga.....	7,00
Estratégia dos Terros — Coronel J.B. Magalhães.....	15,00
Fichário dos Instrutores de Ed. Física — Coronel Jair Jordão Ramos.....	20,00

NORMAS PADRÕES DE AÇÃO

Coronel MANOEL JOAQUIM GUEDES

10 — INSTRUÇÕES PARA REVISTA DE FARDAMENTO

I) *Introdução :*

O comando do Regimento tendo em vista uniformizar as revistas de fardamento, criando para isso uma unidade de doutrina, baixa as presentes instruções que deverão ser obedecidas não só nas revistas internas das subunidades como nas do comando do R.I.

II) *Dispositivo para a Revista :*

Numa área externa ou no próprio alojamento da subunidade, caso haja espaço, os soldados formarão num círculo, quadrado ou retângulo, indiferente, dependendo apenas das dimensões do alojamento, da área externa e do efetivo a ser revistado. Todos voltados para o interior, tendo no chão e em suas frentes, à distância de suas mãos, o material a ser revista.

No centro do círculo (quadrado ou retângulo) ficarão :

- O subtenente da Cia. com as fichas de distribuição de fardamento, caderno de distribuição de material e documentos outros necessários à inspeção.
- Os sargentos disponíveis. (Vide croquis anexo).

III) *Mecanismo da Revista :*

- A) O círculo (quadrado ou retângulo) será dividido em tantos setores quanto seja o número de sargentos disponíveis ;
- B) Cada sargento encarregado de setor terá uma ficha idêntica a da de distribuição de fardamento, na qual anotará as faltas constatadas no decorrer da revista. (Vide modelo anexo) ;
- C) O subtenente, guiando-se pela ficha de distribuição de fardamento, dirá em voz alta a quantidade e qualidade da peça a ser mostrada pelos soldados ;
- D) A essa ordem os soldados mostrarão simultaneamente as peças indicadas, levantando-as ;

- E) Os sargentos encarregados dos setores anotarão em suas fichas apenas as faltas constatadas em cada soldado, dentro de seu setor, anunciando para o subtenente, tão logo tenha terminado, o seguinte : — "SETOR TAL, TERMINADO" ;
- F) O subtenente continuará a chamada das peças, uma após outras, até o término da ficha de distribuição de fardamento, procedendo os sargentos e os soldados como acima ficou exposto, para cada chamada.

Exemplo :

- O subtenente dirá : dois pares de borzeguins.
- os solds. mostrá-los-ão, levantando-os do chão.
- os sargentos de setores anotarão na ficha-contrôle as faltas constatadas e os responsáveis ou nada assinalando, caso não haja faltas ;
- G) Terminada a revista os sargentos entregarão ao subten. as fichas-contrôle de faltas com as alterações nelas escrituradas. Este, por sua vez, verificará os casos particulares e apresentará, dentro do prazo previamente estipulado, o resultado final a quem de direito, para os fins devidos. Se a revista fôr do comando do R.I. a relação de faltas será entregue no mesmo dia da revista, para publicar no boletim do dia seguinte.

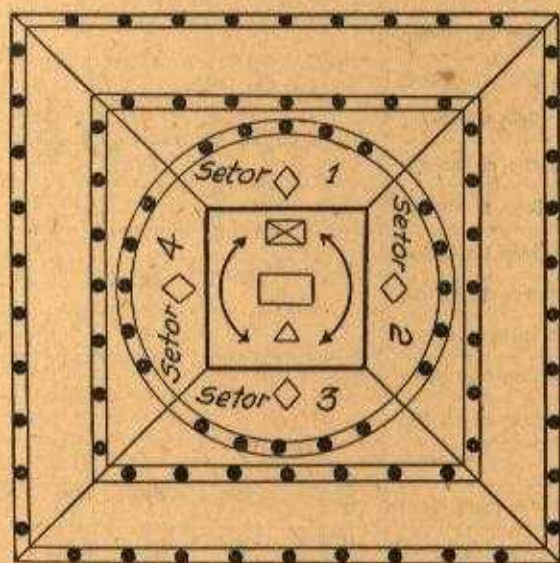
IV) Vantagem do processo :

- A) A Revista será passada num tempo relativamente curto, independente do efetivo. A 1ª Cia. realizou uma revista de fardamento em 20', com 98 homens, tempo esse que seria gasto com apenas 10 homens ! ;
- B) Em virtude da simultaneidade da revista torna-se impossível o empréstimo de peças entre os soldados, dentro da subunidade ;
- C) A autoridade inspecionante terá oportunidade de ver no conjunto os soldados, as peças e o estado das mesmas ;
- D) O conhecimento do resultado será imediato ; o tempo necessário a fazer a soma das mesmas parcelas das fichas-contrôle ;
- E) A revista poderá ser feita dentro do horário da instrução, sem que haja necessidade de um expediente completo, pois, a sua realização levará 60', no máximo para todo o R.I.

V) Observações :

- A) Sempre que uma subunidade tiver de ser inspecionada, serão os seus elementos de serviço substituídos e seus empregados, presos, etc., reunidos. (Providência do Cmt. do Btl. e S/1) ;
- B) As revistas serão inopinadas ou previamente marcadas, conforme prevê o R/3. As revistas serão realizadas, de preferência, às 2^{as} feiras, a fim de que sejam tomadas as medidas preparatórias.

10ºR1/S3 Agosto 1952
-CROQUIS DO DISPOSITIVO-
*Anexo às Instruções para a
 Revista de Fardamento.*



LEGENDA:





- Autoridade inspecionadora*..... 
Subtenente da Cia - Mesa..... 
Sargentos disponíveis..... 
Soldados..... 

FIG. 1

CROQUIS PARA REVISTA DE ANIMAIS

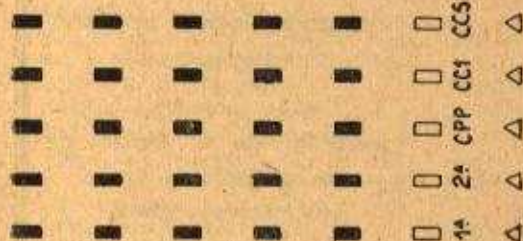
LEGENDA:

□ - Cavalo

■ - Muar

△ - Subtenente

⊕ - Cmt do RI



□ 1^a 2^a CPP CCY CCS
△

⊕ ⊕ LOCAL EM QUE FICARÃO AS
AUTORIDADES PARA O DESFILE.

ENF	C C S	CINEMA	CC/1

FIG. 2

11 — INSTRUÇÕES PARA A REVISTA DOS ANIMAIS

- I) Local : Pátio fronteiro ao pavilhão da C.C./S.
- II) Dia : 1ª quinta-feira de cada mês.
- III) Hora : 16,00 horas.
- IV) Formação : Conforme "croquis" anexo.
- V) Após a revista haverá o desfile.
- VI) Durante a revista os comandantes de subunidades acompanharão o comandante do R.I.
- VII) Durante o desfile, os condutores ao passarem pelo comandante do Regimento dirão : "CAVALO N. TAL, MONTADA DO COMANDANTE DA CIA.", etc. ou "MUAR N. TAL" (tração ou carga).
- VIII) Os comandantes de subunidades para o desfile formarão à esquerda do comandante do Batalhão e todos à esquerda do Cmt. do R.I. com o qual assistirão ao desfile.
- IX) Os condutores se apresentarão com todo o material de limpeza dos animais e os subtenentes com o livro de ferragem.
- X) Uniforme : 5º (quinto).
- XI) Equipamento : O de Guarnição.

(Continua)

CONFEITARIA COLOMBO



As mais delicadas iguarias
em um ambiente da maior
distinção

A Colombo caracteriza a vida
social do Rio de Janeiro na
sua expressão de fina e
requintada elegância

R. GONÇALVES DIAS, 32/36

FILIAL DE COPACABANA :

Av. N.S. de Copacabana, 890

Esquina da Rua Barão de Ipanema

O mesmo serviço irrepreensível
e os mesmos preços razoáveis
da Casa Matriz

ORGANIZAÇÃO DA A. D. DA D. I. BASEADA NO SEU EMPREGO

Cel. BRUNELLI, da "Revista Militar"

Traduzido e condensado, "data vênica", pelo
Ten.-Cel. CÉSAR NEVES



emprego da Artilharia de Divisão de Infantaria pode ser considerado sob o duplo aspecto de:

— emprego derivado do conceito da ação que o Comandante da Divisão tenha pôsto em prática nos Planos de Fogos do Comandante da Artilharia;

— emprego imposto pelo desenvolver do combate e solicitado pelos Comandantes das Unidades de Infantaria que intervêm diretamente na luta.

O primeiro baseia-se em provisões e vale-se, em geral, de grande massas de fogo. O segundo deve se traduzir num emprego minucioso, cujo objetivo é, quase sempre, completar os resultados conseguidos pelo primeiro.

Isto ocorre em maior ou menor escala conforme a competência e a sorte do Comandante da Divisão, que traça a sua idéia de manobra, e do Comandante da Artilharia da mesma, que a executa.

Admitindo-se como certa, em ambos, a pericia necessária, entra em jogo o fator sorte, que influi na maior ou menor eficácia do fogo imposto pelo desenvolvimento do plano de emprego. Este fator sorte compreende todos os numerosos dados que os citados Comandantes devem necessariamente deduzir, ter à intuição e, até em alguns casos, adivinhar, uma vez que o conhecimento que dêles se tem é incom-

pleto, quando não são completamente desconhecidos (situação real do inimigo, suas intenções, possibilidades, conhecimento pormenorizado do terreno da ação, exploração do terreno por parte do inimigo, etc.).

Por isto, o emprego parcelado da Artilharia, efetuado como consequência dos pedidos dos Comandantes das Unidades de Infantaria, cujo fim deverá ser unicamente o de completar os efeitos do emprego em massa do plano de fogos divisionário, chega em certas ocasiões a adquirir tal amplitude, que é necessário recorrer a intervenções imprevistas e imprevisadas, e sempre muito urgentes, de massas de fogo de notável importância, para o que é preciso estarem convenientemente preparadas.

Estas considerações que a meu juízo são fundamentais no que se refere ao emprego da Artilharia Divisionária, dão lugar às três soluções seguintes na organização:

— Contar com tanta artilharia quanto fôr necessária para poder fazer frente ao mesmo tempo à execução do plano de fogo e às necessidades, por numerosas que sejam, dos pedidos dos Comandantes das Unidades de Infantaria.

— Organizar a artilharia de que se disponha (desde logo insuficiente, como temos dito, para atender ao emprego simultâneo indicado), de tal forma que seja possível garantir a execução do plano de fogos divisionário e que per-

maneira um mínimo para o seu emprego em ações isoladas à disposição das Unidades de Infantaria, sempre com vistas a que, se as necessidades do combate tornarem insuficiente o resto mínimo calculado, possam estas ser atendidas pelo Comandante da Artilharia, modificando para isto o plano de fogos na medida que for possível fazê-lo.

— Organizar a artilharia (insuficiente, como temos dito, para atender simultaneamente a ambas as exigências), de tal maneira que caso os Comandantes das Unidades de Infantaria fizerem pedidos superiores a quanto se pode fazer com as peças não empregadas no plano de fogo, se possa atender imediatamente a estes pedidos, adotando-se critérios de emprego descentralizado e forçando ao máximo a manobra de fogo sobretudo no plano divisionário, no qual é facilmente realizável dita manobra.

Nós temos que descartar desde logo a primeira solução. É evidente que se se pode pretender garantir a todos os Batalhões, em primeiro escalão, a artilharia necessária para poder atender diretamente às suas necessidades e dispor ao mesmo tempo de toda a artilharia precisa para a execução do plano de fogos divisionário de uma importância média, o número de peças que para isso faria falta, seria tão elevado, que não poderia razoavelmente ser levado em consideração.

Por outro lado, será coisa de perguntar-se se, embora podendo fazê-lo, seria conveniente. E talvez se pudesse responder negativamente, se se considerar que Exércitos de grandes possibilidades estabeleceram a Artilharia Divisionária orgânica em setenta e duas peças, insuficientes, sem dúvida alguma, para atender simultânea e eficazmente às duas ordens de necessidades expressas.

Conquanto tenha sido a segunda solução a que inspirou a anterior organização da nossa Artilharia para a criação do grupo de 12 peças como Unidade orgânica de em-

prêgo, em apoio direto da Infantaria, o que constitui, no campo tático, a origem do binômio Batalhão-Grupo.

Nos casos em que o fogo do Grupo não é bastante para atender às necessidades do Batalhão, tem sido necessário pedir apoio de outros Grupos, e no caso de conseguí-lo, o fogo chegava algumas vezes incerto e quase sempre com atraso, pelas inevitáveis dificuldades do tiro, das ligações, e da organização dos comandos, originadas por um sistema que não estava preparado para esta contingência.

A terceira solução apresenta para a Artilharia o seguinte problema:

Como e quantas peças podem intervir imediatamente, em qualquer circunstância, em apoio direto da Infantaria contra qualquer objetivo que se apresente de improviso sobre o campo da batalha?

A resposta é a seguinte:

A intervenção, que resulta sempre e rapidamente segura em qualquer circunstância, contra qualquer objetivo que se apresente de improviso, é a em que se efetua prévia correção do tiro. Podem intervir imediatamente no tiro de eficácia todos os canhões do mesmo tipo e calibre, ajustados entre si, que estejam situados em acordo a determinadas e convenientes relações de posição com referência à peça diretriz, efetuada a correção, e, se achem ligados entre si por uma organização de comandos de técnica de tiro e de ligações dispostas de antemão.

E assim foi como nasceu, como critério básico de organização, a Unidade de Artilharia Divisionária "de emprego imediato", de calibre único, com a composição conveniente para explorar ao máximo a limitada zona das indicadas relações de posição, articulada e organizada de forma a poder se empregar a fundo no tiro de eficácia, que previa a correção de uma só das suas peças.

Esta Unidade "de emprego imediato" é o atual Regimento Divisionário, composto de três Grupos:

de duas Baterias cada um: ao total, 24 peças.

Com ela se garante o maior rendimento quando pode desdobrar numa zona de uns 800 a 1.000 m de frente por 400 a 500 m de profundidade; nestas condições oferece à Infantaria, apenas terminada a coreção do tiro, a intervenção instantânea, de 4 a 8 peças, e a imediata (poucos minutos depois), de 16 a 24; uma gama, como se vê, capaz de fazer frente a qualquer exigência.

Uma vez determinada a Unidade de emprêgo imediato calculou-se quantas destas Unidades exigiria uma Divisão para fazer frente às necessidades que, por termo médio, podem se apresentar durante a sua ação, tendo-se chegado à adoção de uma trama de três ditas Unidades, com um total de 72 peças.

É evidente que, para adotar a organização indicada, deve-se levar em conta muitas outras considerações, e, sobretudo, a de que nem sempre é possível desdobrar o Regimento na forma do rendimento máximo a que antes aludimos, tendo sido esta consideração a que mais influiu na articulação interna que foi dada ao Regimento, uma vez que com ela, e quando não há mais remédio que fazê-lo, se o pode descentralizar em Grupos e inclusive, em casos excepcionais, em Baterias, sem que esta descentralização dê lugar a rendimento no tiro das diferentes Unidades.

A solução "Regimento-Unidade de emprêgo", conquanto seja vantajosa para as necessidades técnicas da execução dos planos de fogo do Comandante da artilharia (é muito mais fácil o exercício do comando com três Unidades de emprêgo da entidade do Regimento, do que com uma série numerosa de Unidades de emprêgo menores, e maior a margem de inserção no comando das Unidades de reforço), não é essencialmente necessária para o desenvolvimento do plano de fogos, que pode ser levado a cabo em boas condições com qualquer outra organização de artilharia que possa ser considerada como tal.

Passemos agora a estudar como se pode conciliar, na terceira solução proposta, a possibilidade de atender com rapidez aos pedidos da Infantaria, mediante o fogo em massa do Regimento, com as exigências do plano de fogos divisionário, que se deve basear necessariamente sobre os mesmos Regimentos.

Consideremos para este efeito, o caso de uma Divisão que, sem artilharia de reforço, se lance ao ataque com três Batalhões em primeiro escalão. Deve-se considerar, logicamente que o ataque é o ato tático em que mais aleatórias resultam as previsões do General em relação ao emprêgo do fogo, e no qual, portanto, maior é a possibilidade de solicitações imprevistas e importantes da Infantaria, e deve-se pensar, além do mais, que o ataque executado com três Batalhões em primeiro escalão pode ser considerado como o esforço máximo que se pode exigir de uma Divisão sem artilharia de reforço, como temos suposto. O Comandante da Artilharia designará cada um dos três Regimentos divisionários aos três Batalhões em primeiro escalão, com um Comandante de Grupo para a ligação com o respectivo Batalhão; este Comandante de Grupo se servirá dos Capitães de suas duas Baterias para a observação do setor de ação do citado Batalhão.

Qualquer outra solução que adotasse o Comandante da Artilharia seria pior do que esta; pois se um Regimento tivesse mais do que um Comandante de Grupo na mencionada missão de ligação, poderiam surgir confusões nos pedidos de intervenção dos Regimentos, e se, pelo contrário, não contasse o Regimento com este elemento de cooperação com a Infantaria, as suas intervenções, em apoio imediato da mesma, seriam molestadas necessariamente do atraso consequente à falta de uma ligação direta entre aquela e o Regimento, que é precisamente a missão do Comandante de Grupo a que nos referimos.

Na redacção do Plano de Fogos para o ataque, o Comandante da Artilharia procurará não empregar simultaneamente os três Grupos (ou as seis Baterias) do mesmo Regimento, com o fim de que o Comandante do Grupo, encarregado da missão de cooperação que temos indicado, possa contar a qualquer momento com um elemento de fogo, seja para intervenções de pouca importância que possam ser resolvidas pelo mesmo, seja, sobretudo, para poder efetuar correções que possam ser utilizadas para intervenções de maior envergadura.

Empregará, em geral, seis Grupos (dois por Regimento) ao por em prática o seu plano de fogos, levando em conta que :

- deve empregar de preferência o fogo do mesmo Regimento na direcção de ataque do Batalhão a que Regimento esteja afeto, sempre que as forças inimigas localizadas revelem, com a maior margem de segurança, que são as que se opõem ao avanço do Batalhão e, por conseguinte, deverão ser tomados como objetivos ;

- não deve empregar muito a fundo o fogo de um Regimento nos casos em que os dados relativos aos elementos inimigos que se defrontam com o Batalhão ao qual está atribuído, não sejam claramente conhecidos ;

- deve escalonar de tal forma a série de concentrações que qualquer ação imprevista possa ser levada a cabo em acordo com o plano de emprego, sem menoscabo ao desenvolvimento sucessivo deste, para o qual deverá estabelecer um plano horário combinado das ações de fogo.

Desta forma, os pedidos dos Comandantes das forças de Infantaria-Artilharia, em cooperação, que interessam ao Regimento, não influirão sobre o plano divisionário, e mesmo que infuissem, poderiam em tudo e por tudo serem consideradas como adaptações oportunísticas do citado plano às exigências do combate, adaptações pedidas pela Unidade de Infantaria que as necessitasse e postas em prática

pelo Comandante de Artilharia em missão de cooperação, como representante do Comandante da Artilharia da Divisão em primeira linha.

Esta descentralização do emprego do fogo é possível e se pode por em prática com rapidez quando a organização é a base do Regimento como Unidade de emprego imediato e se pode enquadrar no plano divisionário da manobra de fogo, que fica geralmente concentrada nas mãos do Comandante da Artilharia.

E no caso em que a descentralização fôr além dos limites que o Comandante da Artilharia tiver fixado, atribui-se a este a mais ampla faculdade de condicionar ou negar a intervenção que a seu juízo, constitua uma variação no seu plano de fogo.

Com relação a este ponto pode estabelecer-se uma comparação com o que em casos semelhantes fôr possível obter-se com a organização anterior de Grupos de 12 peças.

Nessa comparação por-se-ia em evidência que :

- um número muito menor de peças é ilimitado a priori do plano divisionário para atender aos planos da Infantaria ;

- obtém-se um volume de fogo duplo para a intervenção parcelada e instantânea (Grupo de 8 peças — bateria de 4 peças) ;

- dispõem-se de um volume de fogo dobrado para a intervenção imediata em favor dos Batalhões em primeiro escalão (24 peças no lugar de 12) ;

- consegue-se uma grande facilidade de manobra de fogo, que pode ser levada a efeito através das três centrais de tiro regimentais, em contra-posição à que se podia conseguir através de ordens para cada Grupo.

Permanecendo invariável a dotação orgânica de 72 canhões por Divisão, poder-se-ia introduzir variações nesta organização tão vantajosa para os fins de emprego ?

Dois Regimentos de 36 peças cada um, articulados em três Grupos de três Baterias ?

Devemos convir que as 36 peças não encontram lugar adequado na zona útil para os fins que temos indicado, a qual já fica bem saturada com as 24 peças do Regimento atual.

Nela poderão desdobrar somente dois Grupos permanecendo o terceiro fora do desdobramento.

Este último não poderá aproveitar as correções dos outros nem estes as suas, para fins de intervenção direta em favor da Infantaria; ficará isolado e limitado aos seus próprios meios.

Além do mais, somente poderão beneficiar-se das intervenções imediatas de 24 peças, dois Batalhões em primeiro escalão, uma vez que não é de se presumir que um comando improvisado possa constituir-se em central de tiro e de ligação para os dois Grupos que tem permanecido fora da zona de desdobramento regimental e formar uma terceira unidade de emprêgo.

E não é só isto, mas também que a intervenção instantânea e parcelada fica limitada somente às quatro peças da Bateria, uma vez que é difícil conseguí-la com o Grupo de três Baterias.

Enquanto que a variante do Regimento de 36 peças com Grupos de duas Baterias de 6 peças cada uma, é vantajosa para a intervenção instantânea que compreende 12 peças, porém não elimina os inconvenientes relativos ao Regimento e ao conjunto da Artilharia Divisionária.

Não temos até aqui falado da descentralização da artilharia, não obstante ser este um argumento que deva ser levado em conta na organização; sobretudo, em nosso Exército, para o que é necessário levar em consideração a necessidade da constituição de Agrupamentos Táticos.

Não é certo que o atual Regimento de Campanha pareça ser uma Unidade muito bem dosada taticamente para a descentralização?

Que elementos poderiam ser descentralizados se se chegasse à constituição de Regimentos mais

pesados? Demasiado pouco. Um Regimento de 36 peças? Demasiado em relação à dotação orgânica divisionária. Dois Grupos? Quantos inconvenientes de ordem tática;

Considerando tudo quanto acabo de dizer, opino que não é possível introduzir variações na organização projetada sem menosprezo da eficiência do emprêgo.

A menos que se não pretenda levar em consideração a organização de grandes Grupos, dotando-os de uma potência que chegue a igualar ou quando muito às possibilidades do Regimento.

A solução mais aceita parece ser a do Grupo de três Baterias de 6 peças cada uma, 18 no total; com as que, de certo modo, se pode equiparar ao Regimento de 24 peças, se se adotar um material de maior potência.

E ainda assim, a economia de comandos que se conseguiria seria muito relativa, de vez que é preciso levar em conta que um Grupo de tal natureza necessita de uma organização similar a do atual Regimento, pelo que seria necessário, para os 72 canhões, um acréscimo de três ou quatro comandos, aumento que anularia em grande parte as economias que porventura fôsem possíveis fazer no interior das Unidades.

Ter-se-á alm do mais, u'a menor capacidade de absorção de Unidades de reforço por parte do comando da Artilharia divisionária, já bastante sobrecarregado com quatro Unidades orgânicas, e, embora fique por considerar se convirá adotar uma Unidade de emprêgo articulada em três grandes secções em lugar da atual, dividida em pequenos elementos que se adaptam melhor a terrenos acidentados e compartimentados.

A intervenção instantânea em favor da Infantaria baixa de 8 para 6 peças, e a intervenção imediata, de 24 para 18. Sob o ponto de vista de volume de fogo, poderá haver a compensação do maior calibre; porém isto dará u'a menor

aderência às intervenções em favor da própria Infantaria.

Resultará mais rígida e mais difícil a solução dos problemas relativos à cooperação e à observação como consequência da menor articulação interior deste Grupo em comparação com a do Regimento.

Em compensação em tudo isto está assegurada a economia dos quadros, sabretudo nos emprêgos elevados.

Somente por esta última consideração, que cremos exercerá uma influência notável nas decisões que se adotarão, formulamos uma proposição com a qual terminamos estas notas.

Se se decide o aumento da artilharia orgânica da Divisão (as 48 peças atuais são verdadeiramente poucas), se o associe como terceira

Unidade de emprêgo, um Grupo de 18 peças com três Baterias, se possível, com obuses de calibre superiores ao 88.

Com isto, o trabalho de instrução desenvolvido até agora no Regimento não se ressentirá de modo algum, e no que se refere ao emprêgo, e não se podendo criar o terceiro Regimento, esta nos parece a melhor solução sob todos os pontos de vista.

Além do mais, oferecerá valiosas elementos de comparação entre as Unidades de emprêgo dos dois tipos, e, uma vez apreciado o rendimento prático da mesma, em vários períodos de instrução, poder-se-á chegar a estabelecer definitivamente o que melhor concilie todos os aspectos deste complexo problema.

REVISTA MILITAR DE PORTUGAL

Do General Teixeira Botelho, Diretor-Presidente da "Revista Militar", de Portugal, recebeu este mensário um rico volume, primorosamente encadernado, contendo todos os números do ano de 1948, o centésimo de ininterrupta publicação daquela veterana revista.

O volume veio acompanhado da seguinte dedicatória:

"A GLORIOSA "DEFESA NACIONAL", que tanto tem contribuído para elevar o nível cultural do nobre Exército Brasileiro.

A "REVISTA MILITAR", DE PORTUGAL, aproveitando o ensejo da ida ao Brasil do seu Diretor-Gerente, Sr. Major do Corpo do Estado-Maior Raul Ribeiro Ramos, tem a honra de oferecer os seus sugestivos números do ano de 1948, o centésimo da sua ininterrupta publicação, ao que junta os rendidos cumprimentos da sua admiração.

Lisboa, agosto de 1954.

O Presidente da Direção da Revista Militar.

(a) General Teixeira Botelho."

A direção desta revista, ao agradecer tão valiosa e significativa lembrança, ressaltou os tradicionais laços de amizade que unem o nosso ao glorioso exército da mãe-pátria, formulando ainda votos de prosperidade à "REVISTA MILITAR" e de felicidades ao General Teixeira Botelho.

MANUTENÇÃO

(REFLEXÕES)

Col. J.H. GARCIA



EMBORA consideremos a manutenção preventiva em geral, de armamento, de fardamento, de equipamento, etc. nos cingiremos nestas observações apenas à manutenção preventiva das viaturas a motor (sobre rodas e sobre lagartas).

Em uma unidade blindada, nada há mais importante do que a manutenção preventiva; ela é instrução e dela resulta uma eficiência econômica da unidade.

Por eficiência econômica devemos entender unidades em condições de por-se em campo com o mínimo de gastos possível. O problema da disponibilidade das viaturas sobre rodas, é apenas um problema financeiro: quem tem dinheiro tem viaturas sobre rodas rodando; daí a expressão econômica eficiência, porque é esta eficiência que interessa ao Estado (em lugar de substituir-se pela aquisição no comércio o que deixou de funcionar, façamos a manutenção preventiva para evitar que essas coisas deixem de funcionar, esse é o ideal).

Mas assim não é e não tem sido justamente porque a MP (manutenção preventiva) tem sido falha.

Para haver manutenção preventiva é preciso criar o hábito de executá-la. Há indivíduos maniacos que, por exemplo, não se servem do lenço sem após dobrá-lo perfeitamente e guardá-lo no bolso; não fazem isto sem fazer aquilo, etc., etc.; somente com u'a mania, a manutenção preventiva produzirá resultados.

Diária, periódica e sempre que se fôr utilizar uma viatura, ela deve ser feita.

Ninguém deve utilizar uma viatura sem fazer as verificações constantes no verso da ficha de serviço, no entanto, achamos que 10% apenas as executa.

Qual o meio de obrigar os motoristas a executar seus deveres antes e depois do trabalho?

Em primeiro lugar, a instrução de formação do motorista deve ser por forma a criar o hábito de executá-la. Agora, com esta ela, não é: há falta de tempo para uma instrução consolidada e em geral há falta de instrutores que sintam a importância da manutenção. Aqui cabe uma observação sobre os PP: sendo o problema da manutenção tão importante, seja entre nós, seja nos EE UU donde os PP originais, como se compreende nestes não serem reservados tempos para a manutenção de acôrdo com a sua importância?

Manutenção nas unidades blindadas não é coisa supérflua, é toda instrução porque não pode ser classificada como um ramo da instrução (de que vale um canhão, metralhadora, mobilidade, massa, etc., em um carro que não anda ou que anda mal?)

Manejar o canhão é fácil e mesmo facilimo e não exige nenhum esforço, mas manter em ótimas condições os órgãos que o servem, isto é, o sistema elétrico, baterias, geradores, caixas reguladoras, estabilizadores, periscópios, etc., isto sim exige esforço, atenção e conhecimento. Portanto, isto é que é o es-

sencial e não manejar o canhão, fazer o tiro.

Um indivíduo que nunca dirigiu uma viatura, aprende em poucas horas a dirigir um carro e um que dirige automóvel, com algumas explicações o faz em minutos; mas conservar este carro em condições de ser dirigido, conservar o seu motor e órgãos anexos em condições de permitirem ao carro a realização de suas características, isto é que é importante.

Em nossa modesta opinião, 75% do tempo em uma unidade blindada devia ser dedicado à manutenção, porque o resto é quase nada.

Onde o ímpeto da blindada e as travessias que permitem a surpresa, com motores falhando, com guarnições que não sentem as suas viaturas?

Modifiquemos os PP completamente, que teremos em 6 meses unidades em condições de fazer manobras de envergadura.

A manutenção é tudo nas unidades blindadas e sem a instrução respectiva ela não existirá; viveremos sempre como Tântulos esbravejando em busca do impossível.

Como queremos que as guarnições façam automaticamente determinadas coisas se mesmo nós, os oficiais, não possuímos aqueles reflexos necessários?

— E estes só se adquirem com instrução: metódica, persistente e séria.

Em segundo lugar, responsabilizando disciplinar e pecuniariamente o motorista pelos danos ocasionados por aquela falta. Coisa alguma se deve autorizar, o conserto ou a substituição, sem que se saiba como foi avariada ou como desapareceu a peça.

Há uma batalha a ser travada pelo respeito aos bens da Fazenda: quase sempre há imponderáveis envolvidos nas avarias ou nos desaparecimentos, cobrindo os responsáveis.

É necessário criar o hábito, fiscalizando sua execução, mas, perguntamos — como fazê-lo?

— Exigindo essa execução na presença do sargento de dia, do oficial

de dia ou do comandante da companhia?

— Será que a urgência do serviço da unidade permite que assim se proceda?

— Será que todos os sargento de dia e oficiais de dia estão em condições de fiscalizar este trabalho?

Estas reflexões não desviam nossa convicção de que há necessidade da descentralização dessa fiscalização na companhia: nas CCM, por exemplo, nenhum caminhão, carro ou jeep, sai da garagem sem que o sargento mecânico verifique a inspeção do motorista ou sem que o sargento de dia o faça, é uma idéia.

A manutenção preventiva é responsabilidade de todos os comandos desde o chefe de carro até o comandante do batalhão. O carro deve ser para o pessoal da guarnição como o cavalo é para o soldado em campanha: o soldado tem todo o interesse em mantê-lo em bom estado porque ele é que o conduz, ele é a sua arma principal; o cavaleiro sem cavalo tem ainda de seu valor 50%, mas o blindado sem seu carro vale apenas 10%, senão menos.

O carro é a unidade de carros, isto é, a unidade de carros vale o que valem os motores de seus carros; é de tal forma vital a MP das viaturas que podemos considerar o armamento das mesmas como uma constante na equação do valor da unidade.

Um carro com seu poderoso armamento — parado na estrada, antes de chegar à zona de combate, vale os 10%, mas na área de combate, vale zero. E um carro para por "da cá aquela falha".

Como é delicado um motor!

Não adianta o pano por fora, a pintura; o carro fica apenas como uma coisa velha que, para "tapear" sua apresentação, se dá uma pintura por cima de todos os seus defeitos.

Não adianta também a manutenção esporádica: ressona a guarnição, em um dado momento seu chefe lança o grito de lubrificação.

A manutenção periódica, quando dá na "veneta" de um dos chefes responsáveis pela viatura, deve ser

tão condenada como a ausência de manutenção ou a manutenção no papel, "a manutenção fantasiada".

A manutenção tem que ser metódica, programada e baseada em documentos.

Organizando o programa de manutenção o chefe que o organizou, o comandante da companhia ou o oficial de motores, deve prever sua execução à risca; uma viatura que não seja atendida no seu dia deve passar para outro dia (não comentamos o esquecimento dessa medida porque isto já constitui crime contra o patrimônio). O que aconteceria, por exemplo, ou melhor, o que aconteceria com certeza se, por ocasião da lubrificação de um carro, o executante esquecesse um dos rodetes? Seu rolamento lutaria sob as 30 t. em desigualdade de condições com seus companheiros e naturalmente quando nada mais houvesse de graxa naquele local, quando suas forças se estinguissem e a resistência do material expirasse, as esferas tontas de tanto fugir à violenta pressão, cederiam e seriam trituradas... e era uma vez um rolamento e era uma vez um carro.

E o responsável encontra uma explicação para o caso porque o Estado é rico e tem poucos defensores...

Embora tornemos nosso trabalho uma espécie de colcha de retalhos não podemos deixar de registrar que ao nosso ver o sistema de incorporação e a forma do serviço militar exigido nas unidades blindadas bem como a qualidade do contingente que incorporam merecem um estudo cuidadoso para melhor aproveitarmos um material caro como o de que dispomos. Por esse sistema que estamos adotando realmente teremos em pouco tempo uma unidade em condições de fazer barulho ou de abafar barulhos, mas o rendimento, isto é, a cota de reservistas qualificados que mandamos para a reserva não corresponde ao desgaste do material.

Continuando neste veio, a cota de graduados que formamos é também muito pequena e sua qualidade, por interferência de vários fa-

tôres existentes aqui neste meio da Capital Federal, não é muito recomendada. Voltemos à manutenção...

O planejamento das inspeções, as inspeções, antes, durante e após a utilização da viatura e a escrituração dos cadernos das viaturas, constituem a base da manutenção.

O planejamento das inspeções em geral é feito, mas a inspeção da ficha de serviço e a escrituração dos CRV, constituem problemas nas unidades motorizadas ou blindadas. Por que?

Várias razões são apresentadas: não há dúvida de que a não execução pelo motorista da inspeção prevista no verso da ficha de serviço constitui defeito de instrução; esta deveria ter criado no motorista o hábito de fazê-la; as punições disciplinares e a responsabilidade pecuniária ajudariam a manter o estado de atenção de todos.

No verso da ficha de serviço há uma série de itens que devem ser verificados pelo motorista antes da partida, durante o serviço e após este ao recolher a viatura: perguntamos, a disposição desses itens, a ordem em que são apresentados é lógica, por forma a facilitar sua execução?

— Não.

— Não há ordem nenhuma, a organização dessa ficha não induz o motorista à sua prática.

Atendendo a isto que nos parece uma falha, porque o ideal seria que esses itens estivessem dispostos por exemplos por forma a ser seguida uma ordem lógica na sua execução e não como estão sem ordem... é que mandamos organizar outro tipo aqui no batalhão que comandamos.

Sobre esta ficha há outro defeito na sua execução, por exemplo, verifica a água — como?

— Há ou não água?

— Está cheio ou à altura suficiente?

— Qual é esta altura suficiente?

Da mesma forma há outros itens cuja execução tem que ser exigida de uma determinada forma. Podíamos citá-los...

Esta ordem de argumentos nos leva à conclusão de que a instrução

dos homens que vão lidar com as viaturas, tem que ser desde o início, *séria, metódica, clara, precisa* e sobretudo muito repetida, por forma a passar aos reflexos e muito fiscalizada para não serem fixados erros que permanecerão o resto do tempo de serviço do homem.

O que colhemos durante quase a totalidade deste tempo de serviço, isto é, MC > MP (manutenção corretiva maior que manutenção preventiva) dominando-a mesmo, acidentes, etc., são frutos de diminuto tempo reservado para a instrução de formação de motoristas e mesmo de adaptação dos motoristas já possuidores de carteira ou ainda da qualidade da instrução que se lhes ministra.

Quanto à escrituração dos CRV há os partidários da escrituração nos pelotões e mesmo nas viaturas; com referência ao CC é possível a escrituração no próprio carro porque o chefe do carro é um sargento, mas nas outras viaturas tem que ser na secção ou no pelotão porque os motoristas não podem sê-lo.

Não há dúvida de que a manutenção preventiva é a chave da eficiência da unidade na estrada, mas a atenção constante de todos e a preocupação de executar as prescrições regulamentares muito contribui também.

É inconcebível, por exemplo, que um comandante de cia. não saiba a situação de cada uma de suas viaturas; é inaceitável que um comandante de pelotão, de secção ou chefe de carro não historie em detalhe a vida passada e presente de seus carros ou de seu carro.

A trama ou rede que inspeciona e que corrige os defeitos encontrados é cerrada, justamente porque de nada vale o canhão, o morteiro e as metralhadoras que o carro possui se o seu motor não virar.

Não há quem não saiba que uma viatura quanto mais velha mais trabalho dá: quando começa a exigir a substituição de peças é um não parar mais, por isso dissemos que a disponibilidade das viaturas sobre rodas é apenas um problema financeiro, quem tem dinheiro, tem caminhões e jeeps rodando.

Então, a viatura velha, aquela que já ultrapassou o limite de trabalho económico, é um fator favorável à criação do respeito pela manutenção. Só nós sabemos o trabalho que temos para manter rodando 50 viaturas sobre rodas com 9 anos de vida em nossas mãos, com apenas, dez mil cruzeiros por ano!

Como escola de mecânicos, não há dúvida, que não pode haver melhor! — Mas onde estão estes se quando os temos é um para 20 viaturas?

O sistema de incorporação que adotamos não é económico para o nosso material: todos os anos recebemos novos efetivos, são mais motoristas que se iniciam, são as mesmas viaturas que sofrem, são as mesmas viaturas que se expõem aos descuidos dos novatos... Quando estes motoristas estão cumprindo integralmente seus deveres, isto é, quando eles integralmente incorporaram os ensinamentos, momento em que as viaturas começariam a tirar partido, todos são desincorporados e as viaturas, não dizemos, que seus motores silenciem completamente, mas tudo cai de 70%... pois, o nosso núcleo-base é constituído exclusivamente de graduados em pequeno número.

Se não nos enganamos é a França que incorpora efetivo e meio por ano, a fim de dar melhor assistência às suas viaturas.

Nós achamos que, considerando o custo do material que é distribuído às unidades blindadas (hoje em dia o carro Patton está custando Cr\$ 6.000.000,00) este mereceria melhor aproveitamento que o que lhe damos: incorporamos poucos homens e destes 40% de analfabetos, o que equivale a pequeno lucro para grandes despesas anuais.

Só nós sabemos o que se é obrigado a exigir dos elementos encarregados da manutenção para mantermos 60% das viaturas rodando, o que já é uma grande coisa.

Discutindo o problema de manutenção preventiva, com um de meus capitães ele argumentou com a falta de pessoal: realmente as CCM devem ter dois sargentos mecânicos, um cabo e dois soldados, mas

possuem apenas um sargento e um cabo porque o 3º sargento não existe e os soldados são formados no batalhão, terminando o curso em julho e sendo excluídos em outubro, pouca prática chegam a adquirir e logo são excluídos; e ainda mais há falta de chefes de carro e de comandantes de seção e em consequência um tenente ou sargento às vezes toma conta de cinco carros o que não é o mesmo que ter um sargento em cada carro. Outro oficial argumenta com a complicação da escrituração (LRV) somada a falta de instrumentos, como em quase todas as viaturas. Não vemos complicação na escrituração dos LRV mas sim falta de hábito

de fazê-la. Culpar os instrumentos pela não escrituração dos livros das viaturas é apenas vontade de passar adiante uma responsabilidade.

* *

Realmente sentimos que em nossas considerações, ora andamos ao rés-do-chão, ora nos encontramos às alturas, ora deixamos a impressão de que o nosso trabalho é uma colcha de retalhos, mas perdoemos os leitores e aqueles destes que se interessam pelos problemas ligados à manutenção ou melhor aqueles que estão em situação de senti-los, os quais temos certeza não terão dificuldade em fazê-lo — pelo que ficamos muito gratos.

O JOCKEY CLUB BRASILEIRO NA SEMANA DA ASA

BRILHANTE O ENCERRAMENTO DAS FESTIVIDADES NO HIPÓDROMO DA GÁVEA

Dentre as manifestações de caráter cívico que seus estatutos prescrevem, o Jockey Club Brasileiro participa das comemorações das nossas forças militares. Coube, domingo último fazê-lo com respeito à Semana da Asa, cujo encerramento se deu com um belo programa social-esportivo desenvolvido na Gávea. Iniciado foi ele com a realização de lauto almoço, servido no lindo Salão das Rosas e a que compareceram: o Ministro da Aeronáutica, Tenente Brigadeiro Eduardo Gomes e mais os Tenentes Brigadeiros Gervásio Duncan, Armando F. Trompowski, Majores Brigadeiros Apeel Netto, Hugo Cunha Machado, Alvaro Hocksher, Antônio Guedes Muniz, Brigadeiros Luiz L. Netto dos Reis, Henrique R. Dyott Fontenelle, Carlos P. Brasil, Ismar P. Brasil, Jussara Fausto de Souza, Antônio A. Barcelos, Márcio de Souza Mello, Raymundo Aboim, Henrique Fleiues, Ivan Carpenter Ferreira, Manoel Castello Branco e Coronéis Armando Serra de Menezes e Homero Souto de Oliveira. A diretoria e demais comissões administrativas do Jockey Club estavam representadas pelos Srs. Drs. Mário de Azevedo Ribeiro, Francisco Eduardo de Paula Machado, Ministro Luiz Gallotti, Professor Luiz Pinheiro Guimarães, Ministro Osório Dutra, Ministro Napoleão Alencastro Guimarães, Drs. José Moreira da Fonseca, Adayr Eiras de Araujo, Carlos Mendes Campos, Edgard Pereira Braga, Pedro Franco Camargo, Alvaro Werneck, Júlio Moura, Jair Negrão de Lima, Celso da Rocha Miranda, Almirante Jorge Dodsworth Martins, Desembargador Antônio Toscano Espínola, Drs. Justo Mendes de Moraes, Ibsen de Rossi, Pedro Magalhães Corrêa, Eduardo Caldas Brito

Filho, José Manoel Fernandes, Jorge Guerra, José Cândido de Miranda, Alberto Paiza Garcia, Ary Miranda, Adherbal de Miranda Pougny, Arthur Dias e Jayme de Oliveira Santos.

OS DISCURSOS TROCADOS

Ao champagne, o Dr. Mário de Azevedo Ribeiro, Presidente do Jockey Club Brasileiro, saudou a Aeronáutica, em eloquentes palavras, dizendo a honra com que a nossa maior sociedade turfista participava das comemorações cívicas que a Semana da Asa exalta, despertando em tôdas as esferas sociais a admiração e aprêço pela aviação militar e civil no desempenho patriótico dos seus deveres.

Com a convocação do Jockey Club Brasileiro nesses festejos oficiais reconhecem, assim, os poderes públicos que não é exclusivamente turfista a sua finalidade, salienta o Dr. Mário de Azevedo Ribeiro, para concluir, dirigindo-se ao Brigadeiro Eduardo Gomes, com as seguintes palavras: "Sr. Ministro. A responsabilidade, que me cabe, neste instante, realça a figura inconfundível que se tornou o símbolo de uma classe. Através de vida pública exemplar, conseguiu assegurar, no ânimo dos compatriotas, a fidelidade aos eternos princípios de dignidade humana. Nem outros são os motivos que afelcoam, num sentimento comum, os companheiros de armas devotados a idénticos ideais.

A modesta contribuição do Jockey Club Brasileiro, à Semana da Asa, obedeceu à vontade do quadro social. Expressando a alegria de receber, em seu hipódromo, a visita de tão garbosa oficialidade, faço ardentes votos para que o Cruzeiro do Sul ilumine sempre as rotas aéreas do Brasil".

Em nome da Aeronáutica, o Ministro Eduardo Gomes pronunciou a seguinte oração: "Apresento a V. Excia. Sr. Presidente do Jockey Club Brasileiro, bem como aos seus colegas de Diretoria, os agradecimentos da Aeronáutica por essa honrosa homenagem, com que se encerram as festividades programadas para a "Semana da Asa". Nesta ilustre associação, em cujos quadros se incluem figuras representativas das atividades profissionais e culturais de nosso país, sentimos, ainda uma vez, o estímulo de votos fervorosos em prol da aviação nacional.

De todos os grupos sociais nos têm chegado vozes assim autorizadas como eloquentes, em testemunho da amizade que o nosso novo tributa à Força Aérea e em renovado preito de admiração à obra patriótica dos seus pioneiros. Retribuímos, de coração, essas provas de estima, reafirmando o nosso propósito de dedicar os melhores esforços ao prosseguimento da missão, que recebemos, para servir ao Brasil, às suas instituições livres e à aproximação fraterna de todos os seus filhos".

O PROGRAMA TURFISTA

Após o almoço, diante de assistência numerosa e entusiasta desenrolou-se excelente programa de corridas. O Ministro Eduardo Gomes retirou-se findo o 6º páreo, depois de ter entregue ao Sr. Lionio Ramos de Carvalho, um troféu. Foi servida nessa ocasião uma taça de champagne. A família do comandante Dante de Mattos ofereceu, também, delicadas lembranças ao tratador, joquei e cavaleiro de Rossmery, a égua vencedora do páreo com que era homenageado aquele saudoso aviador.

BATALHA DECISIVA

FRENTES CONTÍNUAS E INTERVALOS

Coronel AILLERET

Traduzido da "Revue Militaire d'Information"
de julho de 1954, pelo Major FERNANDO
ALLAH MOREIRA BARBOSA.

Na hipótese da ameaça de uma invasão inimiga, duas atitudes são possíveis :

— marchar ao encontro das forças inimigas e destruí-las, rapidamente, em uma batalha decisiva ou em uma sucessão de batalhas ;

— ou, se não é possível, por falta de meios imediatamente disponíveis, travar a batalha decisiva, utilizar as vantagens proporcionadas pela defensiva, para ganhar o tempo e manter o espaço necessários à reunião dos meios que permitirão, posteriormente, travar a batalha da destruição das forças inimigas.

Infelizmente, no momento atual, quando os exércitos mecanizados e motorizados progredem no ritmo que já é conhecido, mesmo nas regiões reputadas como de trânsito difícil, não é fácil, quando se enfrentam forças superiores, que dispõem da iniciativa, ganhar tempo suficiente por meio da manobra retardadora e, ainda menos, manter a posse de grandes espaços.

E, ao contrário, freqüentemente são necessários prazos consideráveis, não somente para iniciar e incrementar a produção de guerra, mas também, simplesmente, para mobilizar as forças da reserva disponível ou para trazer, de além-mar, os reforços capazes de restabelecerem o equilíbrio com as forças atacantes.

E, portanto, de se acreditar que, se as forças necessárias para travar rapidamente, a batalha decisiva

contra o agressor, não estiverem disponíveis, quando da realização do ataque, talvez não seja possível criar as condições para a retomada da iniciativa, antes que o inimigo haja ocupado a totalidade do território do país. E isso, a menos que se possa, por meio de defensiva, colocar este território ao abrigo de uma invasão, durante um tempo considerável, isto é, de forma tal que, taticamente falando, poderia ser qualificada de permanente.

Foi isso que se tornou possível à França, em 1914, pelo estabelecimento de sólidas frentes contínuas, que nem mesmo as maiores concentrações de meios conseguiram romper ; e foi o que, ao contrário, não se conseguiu realizar em 1940, uma vez que as frentes contínuas, em virtude dos meios modernos de ataque, não eram mais capazes de constituir um obstáculo decisivo à progressão das forças de ruptura e de exploração do êxito.

Desde a Primeira Guerra Mundial, a frente contínua nunca deixou de exercer, sobre os estrategistas "defensivos", encargos de colocarem seus respectivos países ao abrigo de uma invasão, um atrativo muito grande, que, entretanto, não deixava de ser grandemente justificado : se admitirmos que a criação de uma tal frente contínua e sólida é possível, ela assegura a integridade real do território que protege, desde que os efeitos da guerra de usura não venham enfra-

quecer sua capacidade de resistência.

Essa teoria desperta, portanto, um grande interesse, principalmente para os países pacíficos, como a França, que estão, sempre, na situação de serem atacados, sem disporem, de momento, dos meios suficientes para travarem, com sucesso, a batalha de aniquilamento decisiva (1).

Infelizmente, não é verdadeiro que essa doutrina haja, sempre, justificado a confiança nela depositada. E, portanto, a adoção da frente contínua, "em situações em que ela não é aconselhável", torna-se um empreendimento dos mais perigosos, pois, uma vez rompida em um de seus setores, uma frente dessa natureza, na decorrência da profundidade medíocre, que representa, e da imobilização de massas consideráveis de forças, nos setores não atacados, não permite reações eficazes contra as forças de exploração do êxito do inimigo e desmora, dando lugar a uma catástrofe. Dispostas, linearmente, a priori, sobre uma frente muito extensa, pressas ao terreno, para aí barrarem direções bem definidas, as forças da defesa não dispõem, necessariamente, senão de uma fraca proporção de reservas, pois é necessário consagrar os efetivos indispensáveis à ocupação das grandes frentes e, dessa maneira, não têm outro recurso, além do de se deixarem cercar e destruir nas posições, enquanto os elementos de segundo escalão só podem chegar, sucessivamente e demasiado tarde, para serem batidos e destruídos em rasa campanha: essa a história da frente francesa em 1940.

É preciso, conseqüentemente, fazer repousar a defesa de um país em dispositivos profundos que ofe-

reçam as largas possibilidades de manobra, que faltam às frentes contínuas, mas nos quais aparecerão, fatalmente, intervalos mais ou menos grandes, entre as partes solidamente mantidas?

Esta noção de intervalos não é nova. Ela já existia na antiga estratégia, mas dava-se-lhe, então, o nome de "intervalos de manobra", o que mostrava, claramente, qual sua natureza e razão de ser.

Os diferentes exércitos e corpos de exército marchavam ao encontro do inimigo separados por tais "intervalos", e, portanto, se desdobravam através de grandes extensões do terreno. Esses intervalos eram utilizados para a tomada de um dispositivo concentrado para a batalha, por meio do qual procurava-se atuar com "todas as forças reunidas". Os intervalos eram, então, reduzidos ao mínimo, e limitavam-se aos espaços que separavam o grosso das forças das unidades encarregadas de realizarem a manobra de envolvimento. É verdade, porém, que para além das alas se estendiam intervalos exteriores imensos.

Mas, dentro desse sistema, não se tratava de deter o inimigo pela ação prolongada da barragem do dispositivo. A contentação definitiva era buscada através da batalha decisiva (2), pela destruição das forças inimigas e, dessa maneira, o dispositivo preparatório de intervalos era, apenas, provisório e tinha uma única finalidade: permitir travar a batalha decisiva nas melhores condições.

Entretanto, desde essa época, as circunstâncias e, particularmente, a ordem das grandezas, no campo de batalha, mudaram de tal maneira, que não é possível generalizar, sem um estudo minucioso das novas condições, as lições do passado.

(1) O combate em frentes contínuas exige, dos comandantes e da tropa, tantas qualidades quanto o combate em rasa campanha. Mas não, exatamente, as mesmas. Se, para travar o primeiro, é necessário tanta coragem, vontade e saber como para conduzir o segundo, no primeiro caso é indispensável, ainda, muito mais tenacidade, paciência e persistência. Em compensação, não é preciso possuir a mesma capacidade manobreira, os mesmos reflexos rápidos, a mesma flexibilidade e a mesma instantaneidade de decisões.

(2) Ou, algumas vezes, o que vinha a dar no mesmo, pela simples ameaça da batalha decisiva, embora os dois adversários continuassem em suas respectivas posições.

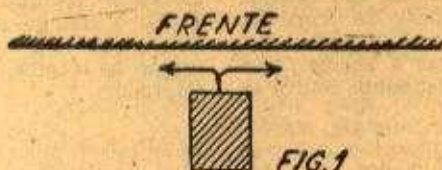


FIG. 1

No quadro atual da guerra, que já é atômico, podemos nos perguntar se é possível assegurar a proteção duradoura de um país ou de um continente, de outra forma, que não seja a batalha decisiva imediata. E, se é possível encontrar solução para esse problema, será a frente contínua que apresenta as melhores possibilidades de vir a constituir a solução procurada, ou um dispositivo com intervalos?

te, o resultado das idéias e doutrinas dos chefes militares em presença. Estava, diretamente, condicionada pelas características do armamento da época. Dependeu de condições muito gerais, que, uma vez sobrevindas, tornaram essa solução necessária.

Quando as frentes contínuas se destinam a fechar intervalos de várias centenas de quilômetros, como, por exemplo, do Mar do Norte

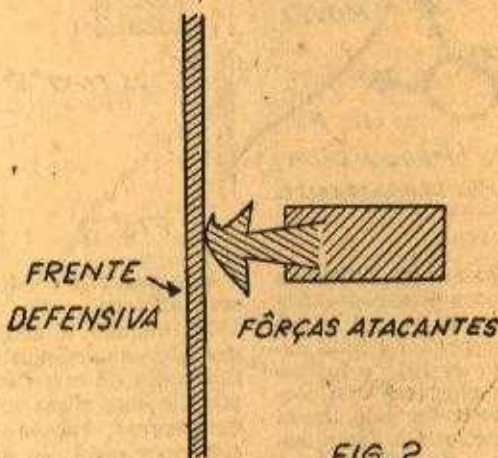


FIG. 2

Condições da existência de frentes contínuas sólidas:

Provavelmente, a Primeira Guerra Mundial constitui o único exemplo de frentes contínuas sólidas. Ainda assim, já naquela época, um observador experimentado teria reconhecido, em certos fatos, os indícios do fim próximo desse tipo de guerra, em virtude de uma diminuição progressiva da capacidade de resistência das frentes.

Na verdade, a existência prolongada de tais frentes foi, tão sômen-

te, à Suíça, não podem ser mantidas, a menos que sejam saturadas de fogos bastante poderosos, que detenham as tropas que tentem transpô-la. É inteiramente inútil querer se dar ao incômodo de demonstrar que a criação de tais frentes, ao tempo do Imperador, com fuzis que atiravam a duzentos ou trezentos metros, um tiro cada dois minutos, era, evidentemente, impraticável.

Esta primeira condição foi preenchida, no começo do século, com a introdução das armas automáti-

cas e dos canhões de tiro rápido. Uma fraca densidade de ocupação, onde os defensores ficavam abrigados em trincheiras e abrigos, que os protegiam eficazmente contra os

assaltante (3) que as armas, de que dispõe o inimigo, sobre o pessoal da defesa (4) — e isso depende da situação da técnica, no momento considerado.

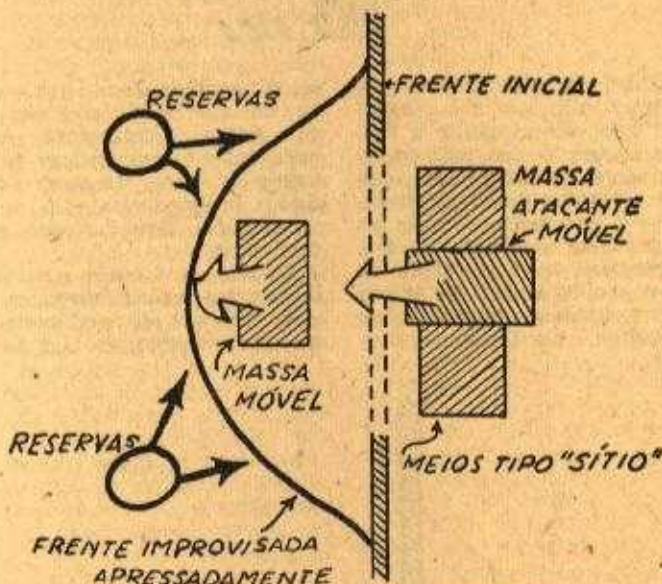


FIG. 3

efeitos dessas armas, era suficiente para deter as possantes concentrações atacantes inimigas. A experiência a esse respeito foi feita durante todo o ano de 1915 e foi necessário, para se chegar a uma conclusão, que poderia ter sido tirada de um simples raciocínio, fazer matar, de um lado e do outro, várias dezenas de milhares de homens, lançando-os ao ataque de metralhadoras não neutralizadas.

A lição desse período mostra, claramente, que a condição, necessária e suficiente, da criação de frentes intangíveis perfeitas, é que a extensão a barrar seja saturada de fogo e efetivos — o que vem a ser um problema humano e industrial — por meio de armas que sejam muito mais eficazes sobre o pessoal

Esta segunda condição deixou de ser satisfeita, mais ou menos em 1917, quando a artilharia pesada, que dispunha de quantidades quase ilimitadas de munição, pôde atuar, por sua vez, eficazmente, contra os defensores. Tornou-se, então, possível, por meio das preparações de artilharia, destruir, suficientemente, as organizações defensivas e seus ocupantes, para que os escalões atacantes pudessem se apoderar das linhas de resistência destruídas. No entanto, essa nova possibilidade, que tirava às posições defensivas seu caráter de inviolabilidade total, não era ainda suficiente para que a guerra de movimento pudesse ser retomada, com o desmoronamento das frentes contínuas.

(3) Representado, no caso, pela infantaria em progressão, desabrigada.

(4) Representado, no caso, pelo pessoal abrigado em trincheiras protegidas por sólidas rédes de arame farpado.

A preparação de artilharia do ataque exigia, na verdade, a colocação em ação de meios muito pesados, que se poderia qualificar como do tipo "sítio": numerosa artilharia pesada e quantidades consideráveis de munição.

A colocação em linha desses meios era, forçosamente, demorada e indiscreta, e a preparação não podia ter lugar, senão, dentro dos limites, relativamente pequenos, do alcance da artilharia, razão por que as forças móveis de ataque, lançadas pela brecha obtida, e que não podiam continuar a dispor dos mesmos meios possantes de fogo, senão após as grandes demoras exigidas pelo deslocamento da artilharia, eram detidas, rapidamente, pelas posições de segundo escalão, criadas pelo adversário.

pois, no caso de ser "penetrada" em um setor, podia ser restabelecida, facilmente, a uma dezena de quilômetros mais atrás, no máximo.

Em 1918, no momento em que estava para terminar a Primeira Guerra Mundial, as frentes começaram a ser rompidas, de maneira mais séria, pois, enquanto era possível, às massas de artilharia, abrirem o caminho para as tropas atacantes, através das primeiras posições defensivas, estas últimas, quando entravam em contato com um novo dispositivo, mesmo improvisado, não eram mais obrigadas, como anteriormente, a ficarem aferadas ao terreno, sem possibilidade de conduzirem os acontecimentos. Na verdade, elas já dispunham, para atacar esse dispositivo, do apoio dos carros de combate e dos aviões.

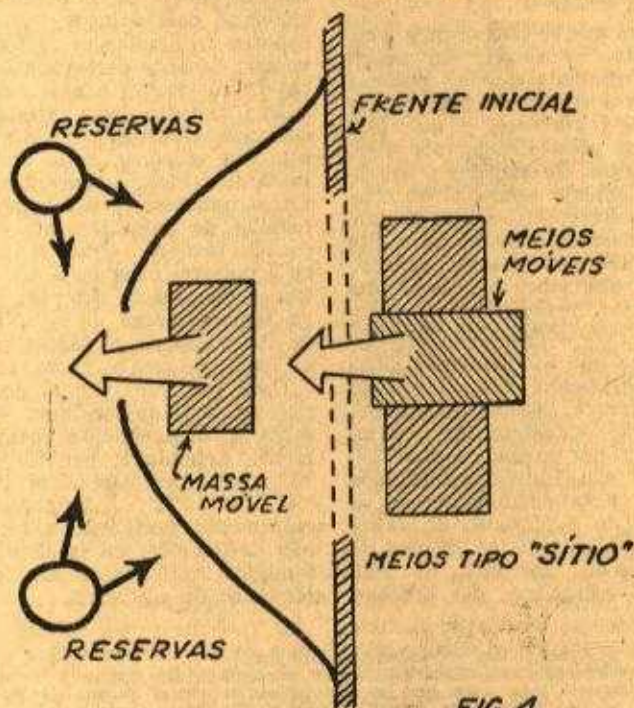


FIG. 4

Se, nessas condições, a frente continua não era mais, inteiramente, inviolável, não deixava, porém, de continuar exequível, no conjunto,

Estas duas armas ainda estavam muito na infância, para serem inteiramente eficientes, mas, não obstante, sua ação já se fazia sentir

na batalha, e já era, claramente evidente, para quem soubesse avaliar a evolução dos processos e do ritmo do combate, que as frentes contínuas estavam em vias de perderem suas últimas possibilidades de resistência indefinida.

Em 1940, realmente, a rutura das posições mais fortes foi, sempre, possível, desde que o ataque dispusesse de meios suficientes para isso e de elementos móveis para a exploração do êxito, em particular, o binômio "carro de combate — avião de assalto", que era capaz, por si só, de destruir os dispositivos que tentavam se reconstituir, atrás das brechas. A frente contínua estava, pelo menos por algum tempo, superada.

Façamos um resumo de tudo isso, esquematicamente:

a) Para que se tivesse uma frente contínua inviolável, era necessário e suficiente que se pudesse saturar essa frente de fogos eficazes sobre o atacante, e que este não tivesse possibilidade, por meio de seus fogos, de abordar o defensor. O elemento essencial da criação da frente contínua era, portanto, um armamento de efeito muito superior sobre o pessoal desabrigado (5), que sobre o pessoal protegido pelas fortificações de campanha ou permanentes da "frente".

b) Para que não houvesse guerra de movimento, era necessário que as frentes fossem invioláveis, ou que não pudessem ser destruídas, senão, por meios do tipo "sítio", que não tinham mobilidade suficiente para acompanhar os elementos de exploração do êxito, o que permitia que as frentes se reconstituíssem, por meio de "colchetes", à retaguarda das brechas.

c) Para que as frentes contínuas se tornem impraticáveis e a guerra de movimento seja inevitável, é necessário e suficiente que:

1º. Os meios de fogos, móveis e pesados, estejam em condições de destruir as primeiras posições;

2º. Os meios de fogos móveis estejam em condições de, atuando isoladamente, destruir as posições improvisadas, organizadas apressadamente à retaguarda das brechas feitas na posição inicial (6).

Validade dos sistemas defensivos descontinuos na guerra atômica:

Se admitirmos que estamos em uma época em que as frentes contínuas devem ser proscritas, pois estão fadadas à rutura, desde que o inimigo nisso se empenhe e consagre os meios necessários, podemos nos perguntar se é possível criar sistemas descontinuos, que sejam capazes de manterem as forças adversas, durante certo tempo, à distância do território nacional.

Não se trata, bem entendido, de sistemas retardadores, destinados, somente, a permitirem, em prazos bastante curtos, a concentração das forças indispensáveis à condução da batalha de aniquilamento das forças do invasor. Trata-se de saber se é possível criar sistemas descontinuos capazes de deterem, por longo tempo, mercê de seus fogos e de sua manobra, as forças inimigas, ao longo de seu contorno aparente.

Uma vez que, por hipótese, tal sistema seria descontinuo, ele apresentaria, forçosamente, zonas tenazmente defendidas por forças "a", "b", "c", que barrariam direções "A", "B", "C"... julgadas particularmente perigosas, e intervalos não defendidos, ou fracamente defendidos, onde atuariam simples elementos de vigilância.

(5) Ali compreendidos os engenhos blindados.

(6) É necessário ressaltar que essas condições, seja para a criação das frentes contínuas, seja para que as operações tomem a forma de guerra de movimento, são extremamente gerais, e não podem ser aplicadas, sem uma interpretação adequada.

É possível, por exemplo, que a potência do armamento ofensivo seja tal que lhe permita destruir as posições mais sólidas, estabelecidas em terrenos médios, mas que se mostre insuficiente, no caso da posição defensiva ser protegida por um obstáculo natural de grande porte. Poder-se-ia pensar, então, que, conquanto as frentes contínuas sejam penetráveis, quando são localizadas ao acaso, através dos continentes, como em 1918, podem se mostrar eficazes, quando são localizadas sob a proteção de obstáculos de grande valor.

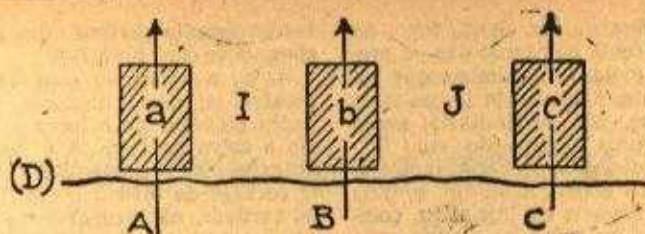


FIG. 5.

Se quisermos, por outro lado, que o dispositivo tenha profundidade, o que lhe daria possibilidade de atuar pela manobra, coisa que não existe na frente contínua, será necessário, então, em virtude da limitação das forças disponíveis, que os intervalos sejam grandes.

Ora, é inteiramente evidente que, quando o inimigo, que se supõe que fará o papel de invasor, deslocar suas forças para a frente, tentará utilizar os intervalos para atingir o espaço livre que, no final de contas, será o objetivo imediato de sua manobra estratégica e que, uma vez atingido, acarretará, quase sempre, o sucesso da operação.

Se ele empregar forças maciças e concentradas em um ou vários dos intervalos, por exemplo, no intervalo "I", (figura 5) podemos imaginar, unicamente, uma combinação de fogos aéreos e de fogos provenientes das posições "a" e "b", fogos esses que seriam principalmente atômicos, aliados a ações ofensivas de flanco, partidas dessas mesmas posições "a" e "b", como o meio de destruir suas forças ou de obrigá-las a se retraírem para além do contorno aparente "D".

Mas, se ele empregar, nos intervalos, apenas frações de forças sucessivas, estritamente suficientes para recalcarem os elementos de vigilância, que aí estiverem — e essas frações poderão ser muito fracas —; se ele, em uma palavra, infiltrar suas forças pelos intervalos, fazendo-as avançarem sob a forma de um dispositivo de pequena densidade, não vemos, exatamente, como essas infiltrações poderiam ser detidas, mesmo com o emprego de fogos maciços.

Na verdade, qualquer que seja a potência dos fogos atômicos, ela não poderá ser de molde a permitir que eles cubram, em permanência, espaços consideráveis, nos quais o inimigo haja feito progredir tropas dispersas, pois nada o obrigará a se concentrar, antes que suas forças estejam em contato.

Se bem que os fogos atômicos sejam muito possantes e permitam bater, instantaneamente, superfícies de áreas enormes, em comparação com as superfícies batidas, eficientemente, pelas concentrações clássicas de artilharia ou de aviação, não têm qualquer permanência.

Se admitirmos, que o intervalo "I", por exemplo (figura 5), tem 30 quilômetros de largura e que as tropas, que aí se infiltrassem, à noite, progredissem à velocidade de 4 quilômetros por hora, seria necessário, para impedir que elas progredissem, disparar, cada hora, um mínimo de 7 bombas de 20.000 toneladas, o que, evidentemente, não é concebível. Quanto aos meios clássicos, sabemos que eles não deveriam ser empregados, em absoluto, em uma tentativa de fechar o intervalo por meio de fogos. O mais que se poderia esperar que eles realizassem, seria uma inquietação, de efeitos duvidosos.

Não vemos, portanto, nada que pudesse impedir o atacante de penetrar pelos intervalos e atingir as retaguardas do dispositivo inimigo, atrás das posições.

Na realidade, se forças providas de "a", de "b" ou de zonas de estacionamento de reservas fossem lançadas para os intervalos ameaçados, seja para contra-atacar o inimigo, seja para tamponar a

brecha, recairíamos, desde logo, no caso da frente contínua, que se pretenderia evitar. O inimigo, que supostamente, disporia de forças mais numerosas, não se limitaria, nesse caso, a uma infiltração em "I". Presumivelmente, atacaria, também, segundo os eixos "A" e "B" e, uma vez que disporia da iniciativa, combinaria essas ações no tempo, não só entre si, mas também com os fogos atômicos que desencadearia sobre os pontos sensíveis das posições "a" e "b" e que, em virtude de sua concentração suposta, seriam muito vulneráveis a esses fogos.

No campo de batalha atômico, as forças inimigas que atuassem no intervalo "I" teriam muito maiores possibilidades de manobrar, sem perigo de serem destruídas, que as forças de contra-ataque partidas de "a" ou "b", e que teriam de estar concentradas na base de partida, uma vez que se ignoraria a direção exata em que elas teriam que atuar.

Não parece, portanto, que um dispositivo descontínuo esteja em condições de impedir a progressão de forças invasoras. Após haver atingido a retaguarda da posição, por meio de infiltrações através dos intervalos, cujos elementos restabeleceriam as comunicações e assegurariam a cobertura necessária, o inimigo poderia lançar suas forças de exploração do êxito pelas brechas artificiais pré-existentes, que, a essa altura, estariam bem desempeçadas, e nada poderia deter esses elementos, salvo poderosas reservas... se aí existissem.

Não é provável, conseqüentemente, que o sistema da frente descontínua possa conseguir barrar o acesso ao território, em uma situação em que uma frente contínua não o pudesse fazer.

É presumível que o verdadeiro dilema possa ser expresso da maneira seguinte:

— ou a defensiva estática é possível, em virtude das condições de equilíbrio entre o armamento ofensivo, o armamento defensivo, a organização do terreno e os obstáculos e, neste caso, parece que a frente contínua, já que elimina o processo

extremamente perigoso das infiltrações, deve ser preferido;

— ou a defensiva estática não é possível e, nesta hipótese, a só e única maneira de colocar o território a salvo do inimigo é destruí-lo, antes que haja começado a invasão. O recurso da manobra em retirada, na verdade, não proporcionaria, provavelmente, o prazo suficiente para alterar a equação de equilíbrio das forças em presença, antes que a conquista houvesse sido completada.

O problema crucial criado, atualmente, pelas armas especiais, para os estrategistas e para a estratégia, é determinar se essas armas tornam ou não possível a criação de frentes contínuas, talvez muito diferentes, na forma, das frentes de 1915 a 1918, mas igualmente sólidas e duráveis.

Da solução desse difícil problema dependerá que a proteção de um país deva ser procurada, seja em uma frente contínua, seja em uma batalha decisiva inicial. Entre essas duas soluções extremas, não parece haver lugar para um meio-termo.

Companhia Progresso Industrial
do Brasil

FÁBRICA BANGU

TECIDOS FINOS

EXIJAM SEMPRE A MARCA



QUE GARANTE:

Elegância, Cores firmes e Durabilidade

EMPREGO DAS FORÇAS TERRESTRES

Maj. RUI ALENCAR NOGUEIRA

Algumas operações especiais. Transposição de um curso d'água. Combate em localidade. Combate nas selvas

X



Não se pode conceber que as operações militares, sujeitas que são a uma série de fatores, dentre os quais é de ressaltar, pela sua

tiranía, o terreno, possam desenvolver-se seguindo um padrão clássico.

Caso isto acontecesse tudo seria mais simples de realizar e o Chefe poderia ter outras características, porquanto chegar-se-ia quase à aplicação de algumas fórmulas.

A guerra, contudo, nem é exclusivamente defensiva nem apenas ofensiva; tanto ocorre nas planuras, como nas montanhas; nos terrenos limpos ou nas selvas; no ar, nos mares, em toda parte.

Dai, portanto, a existência de certas operações que, pelas suas características, merecem designação de "especiais" e exigem, quase sempre, tropas devidamente treinadas e capacitadas para essas modalidades da luta.

Unidades que vão participar de operações anfíbias precisam ser submetidas a um adextramento conveniente, antes de serem lançadas às operações de desembarque, assim como aquelas que combaterão nas selvas cuidarão de desenvolver nos seus homens certas qualidades indispensáveis ao exato cumprimento da missão.

Também na sua progressão, não raro, encontram os atacantes cursos d'água volumosos e que, bem aproveitados pelo inimigo, constituem sérios obstáculos, principalmente se são bem batidos pelo fogo, impondo a montagem de uma transposição, a cargo das tropas de Engenharia.

E fundamental que essa transposição deve constituir "um meio e não um fim" é, neste caso, o que se torna imperioso é a conquista de uma "cabeça de ponte" na margem oposta a fim de evitar os fogos diretos das armas adversárias sobre os locais de passagem e permitir o desembocar de efetivos maiores para a continuação do ataque.

O estabelecimento dessa "cabeça de ponte" é progressivo, variando com os escalões empenhados. Assim, numa primeira fase, trata-se de eliminar as armas portáteis que atiram sobre o rio; na segunda, deve-se chegar aos locais dos observatórios para suprimir o fogo da Artilharia de apoio direto contra os locais escolhidos para as pontes de equipagem; na terceira fase, cogita-se de alargá-la, ampliando o espaço destinado à manobra.

Desta forma, o início da operação é feito à viva força e sob pressão direta do inimigo, só podendo ser praticado em "botes de assalto", com capacidade para 1 Grupo de

Combate em cada um deles, aproveitando-se os últimos resquícios da noite e os alvares.

Passando-se à 2ª fase, empregam-se as "portadas", que estão capacitadas para conduzir até algumas viaturas, por meios descontinuos, e começa o lançamento das "passadeiras", favorecendo uma travessia mais fácil aos componentes dos escalões recuados.

A 3ª fase autoriza a construção das "pontes de equipagem", cuja solidez permite a passagem de veículos pesados, peças de artilharia, carros de combate, viaturas de suprimentos, etc.

As tropas de Engenharia são encarregadas dos aprestos para a operação, utilizando Unidades especializadas e dispondo de material variado e adequado aos fins a que se propõe.

As localidades favorecem extraordinariamente o defensor e canalizam o ataque, devido a existência dos edifícios, ruas e demais obras darte.

Normalmente, elas são evitadas, preferindo-se desbordá-las, dominar as alturas que as cercam, realizar a limpeza do interior por outras tropas.

A defesa das regiões populosas impede que o atacante utilize os centros de comunicações, estradas de rodagem, vias-férreas, cursos d'água navegáveis que atravessam a cidade, pelo que muitas serão as vantagens táticas disso decorrentes, quais sejam: transformação em pontos fortes da cobertura e ocultamento proporcionados; facilidade do estabelecimento das defesas contra carros; existência de meios de comunicação e itinerários de suprimento e evacuação; favorecimento de proteção para as tropas e armas.

Quer a Aviação quer a Artilharia devem bombardeá-las e, se possível, incendiá-las por meio de projéteis especiais, o que tornará insustentável a vida dos seus defensores.

Sempre que se tornar imperioso o ataque haverá:

a) Um Grupamento de forças para desbordar e isolar;

b) Um Grupamento de forças para atacar e dominar.

Quando não é possível, de nenhum modo, dirigir-se o ataque principal contra o flanco ou a retaguarda, a fim de obter as vantagens de uma ação desbordante ou envolvente, então o esforço será frontal.

No seu interior a operação é inteiramente descentralizada, pois a deficiência de observação impede o controle do comando e o ataque precisa ser impulsionado rapidamente para conquistar as saídas do lado oposto.

Exigência inicial é de haver um forte apoio da Artilharia, da Guerra Química e da Aviação.

Os elementos da reserva, principalmente, secundados por outras tropas disponíveis, limpam-nas, isto é, eliminam os focos de resistência ainda remanescentes, reúnem prisioneiros e organizam o terreno para se oporem aos contra-ataques desferidos.

Uma localidade cercada obriga o atacante a conservar grande força para subjugar-la e apresentará sempre uma ameaça contra os seus flancos e retaguarda, razão pela qual um cerco não deve demorar muito tempo, sem que se tentem operações de limpeza devidamente planejadas.

Quando o combate fica muito aproximado, o apoio de fogo é precário, de modo a não por em risco as tropas amigas que, por isto mesmo, terão que dispensar tão preciosa colaboração, justamente quando mais se fazia necessário.

Destacam-se três fases distintas:

- Ataque à orla anterior;
- Progressão no interior da localidade;
- Desembocar da localidade.

Na primeira delas, procura-se conquistar uma posição inicial, dentro da orla edificada, cuja posse limitará a eficiência do fogo e da observação inimiga.

Durante a outra fase, o combate atinge os seus paroxismos, numa luta titânica, quase individual, de casa em casa e de rua em rua, aproveitando-se telhados, janelas, ci-

lhas e quaisquer locais onde as nas possam ter boas posições.

Os atacantes tendem a dividir-se em pequenos grupos e o combate abre-se transformando numa série de pequenas ações isoladas, exigindo bravura e sangue frio.

As zonas de ação são estreitas, seus limites são as próprias ruas e a reserva tem pouca oportunidade para manobrar livremente.

As saídas posteriores, que marcam a última etapa, devem merecer o cuidado e o desembocar requer um decisivo apoio das meliladoras e dos morteiros.

Assemelham-se bastante a esta forma de ataque, os que se realizam nos bosques sendo que, nestes observação e o controle da tropa são mais difíceis.

As selvas, em cujo interior se desenrolaram tantos e sangrentos combates na 2ª Guerra Mundial, as regiões cobertas por densos matagais, quase sempre inóspitos, os muros de pantanais e miasmas, nos quais a vida humana se torna difícil e evitada de perigos.

A vegetação varia em função das descargas pluviométricas e do próprio clima, indo desde o tipo subtrófico até o mais alto porte das espécies, consideradas.

Decorrem, pois, alterações substanciais no estado sanitário da tropa, solicitando cuidados especiais material profilático em grande quantidade.

Sabendo-se que, segundo dados estatísticos conhecidos, para cada combatente que segue para a linha de frente há necessidade do embarque de 6 a 10 toneladas de material e mais uma tonelada mensal de suprimentos a fim de mantê-lo na luta em boas condições, no caso da guerra nas selvas esses números aumentam consideravelmente.

Os movimentos restringem-se aos caminhos, trilhos ou pistas porventura existentes e à proporção que aumenta a densidade dos espécimes vegetais a penetração fica mais difícil, mais lenta e fatigante, obrigando em alguns casos a abertura de novos caminhamentos com

grande sacrifício para os participantes da luta.

Os cursos d'água navegáveis são as melhores vias de transporte e devem ser aproveitadas convenientemente, tendo-se em vista que as distâncias se medem, geralmente, pelo tempo gasto em percorrê-las ao invés de referenciá-las quilmétricamente.

Os Petrechos Pesados são de difícil transporte e, quase sempre, precisam ser transformados em pequenos fardos, carregados em animais, carretas e, até, nas costas dos homens.

A operação chega a ser descentralizada, numa luta de pequenos grupos em compartimentos limitados, onde o controle é impossível e a manobra dos escalões maiores é extremamente perturbada pela surpresa e pela emboscada.

Os fumígenos têm larga aplicação, a Engenharia tem o seu papel proeminente nas demolições, na construção de pontes, remoção de obstáculos, construção e conservação de trilhos, purificação de água, construção de pontos fortificados, etc.

A Aviação, pela impossibilidade de uma observação eficiente, tem restringido o seu emprego no apoio às forças combatentes, porque os resultados são pouco eficazes.

Os blindados, dadas as limitações do movimento e a precariedade do remunciação e do suprimento de carburante, têm pouco uso.

Mesmo a Artilharia e as Tropas Químicas chegam a ter pouca utilização, em virtude dos tropeços com que tem de contar ao se embrenharem nas selvas.

Quanto ao ataque, podem-se destacar algumas características essenciais, assim resumidas:

- progressão em colunas, ações limitadas;
- desbordamentos curtos e rápidos;
- proteção dos flancos e retaguarda;
- agressividade, pouca coordenação;

- flexibilidade e reajustamento constante dos dispositivos;
- partida o mais próximo possível do inimigo;
- planejamento meticuloso.

A incerteza está sempre presente nestes combates e o Chefe deve estar constantemente alertado e informado, para decidir com prestes e agir impetuosamente.

AOS COLABORADORES !

Como COOPERAÇÃO muito preciosa no sentido de facilitar as tarefas de impressão da Revista e, conseqüentemente, evitar o atraso de suas edições, solicitamos, encarecidamente, aos nossos colaboradores que :

1. Dattilografem, na íntegra, seus trabalhos, utilizando **UMA SÓ FACE DAS FÓLHAS DE PAPEL** e deixando espaço duplo entre as linhas.
2. Destaquem, com letras maiúsculas, o título do artigo. O nome do autor (ou seu pseudônimo) deve vir entre o título e o texto.
3. Coloquem, preferentemente, em fôlhas separadas do texto, as figuras, as fotografias, os desenhos, etc., com as respectivas legendas. (No texto, no local desejado, basta uma simples referência ao número da figura, fotografia ou desenho, correspondente).
4. Sempre que possível, desenhem as figuras a nanquim e em papel vegetal.
5. Tratando-se de tradução, quando a fonte original autorizar a reprodução, cite essa fonte sem esquecer o nome do autor do trabalho ; no caso contrário, obtenham autorização prévia.
6. **REVEJAM SEMPRE OS ORIGINAIS** observando, rigorosamente, a ortografia oficial (a do "PEQUENO VOCABULÁRIO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA", da Academia Brasileira de Letras, dezembro de 1943, Imprensa Nacional).
7. Assinem a última fôlha e **INDIQUEM O ENDEREÇO ATUAL** para que se possa acusar o recebimento e realizar entendimentos quando necessários.

REESTRUTURAÇÃO DO SERVIÇO DE INTENDÊNCIA

Major IE JOSE MARTINS DE ALMEIDA

"Temos que apelar para uma estrutura de base permanente, eficaz e lógica e para expedientes vários que possibilitem o surgimento de uma organização de guerra, no menor tempo possível e sem grandes transtornos para as atividades normais do país" (Cel. Sena Campos).

1. As grandes missões atribuídas aos Serviços, de um modo geral, resumem-se no polinômio SUPRIR, EVACUAR, MANTER e TRANSPORTAR. Dentro dele são cometidos ao SERVIÇO DE INTENDÊNCIA os mais variados misteres.
2. Os suprimentos a seu cargo, se não os mais importantes, são, por outro lado, imprescindíveis e os mais volumosos.
3. A seriação dos suprimentos, na sua totalidade, compreende cinco grandes Classes:
 - Classe I — Artigos de alimentação;
 - Classe II — Dotações tabelares;
 - Classe III — Combustíveis e lubrificantes líquidos;
 - Classe IV — Material não tabelar;
 - Classe V — Material bélico.
4. Excetuada a Classe V, todas são de provimento pelo Serviço de Intendência, atribuindo-se-lhe peculiarmente as Classes I e III e divididas entre ele e os demais serviços as Classes II e IV.
5. Em sua missão de SUPRIR arca o Serviço de Intendência com as responsabilidades da obtenção, do armazenamento, do controle e da distribuição, carecendo de órgãos apropriados para se encarregarem dessas atribuições.
6. A obtenção, em sua maior parte, é confiada a órgãos da ZONA DO INTERIOR, diminuindo, sensivelmente, na ZONA DE ADMINISTRAÇÃO e na ZONA DE COMBATE as preocupações em torno desse mister que, todavia, ainda avulta, propiciando economia de transportes com a exploração dos recursos locais.
7. O armazenamento e o controle prevalecem na ZONA DE ADMINISTRAÇÃO como os mais importantes, assumindo, na ZONA DE COMBATE, a distribuição caráter preponderante. Isso não significa desapareçam, na ZONA DE COMBATE, tais problemas e os relativos à obtenção, nem que a distribuição inexista na ZONA DE ADMINISTRAÇÃO.
8. O controle e o armazenamento são satisfeitos através unidades de depósito — Companhias — e, assim, devemos contar com:
 - a. para a Classe I:
 - (1) Companhias Depósito de Subsistência;
 - (2) Companhias de Refrigeração Fixas;
 - (3) Companhias de Refrigeração Móveis.

- b. para as Classes II e IV :
 - (4) Companhias Depósito de Material de Intendência.
- c. para a Classe III :
 - (5) Companhias Depósito de Petróleo.
- 9. O armazenamento, devido ao grande volume a manusear, às baldeações e desembarques, requer unidades complementares, emprestando seu concurso às já mencionadas. Dêsse modo, no grupo de unidades de depósito podemos acrescentar :
 - d. para o manuseio :
 - (6) Companhias de Mão-de-Obra.
 - e. para baldeações e desembarques :
 - (7) Companhias Terminais Rodo-Ferrovárias.
- 10. A distribuição carece de unidades especializadas no metiér e entre as que integram êsse grupo, devemos encontrar :
 - f. para a Classe I :
 - (8) Companhias Suprimento de Subsistência ;
 - (9) Companhias de Panificação Móveis ;
 - (10) Companhias de Suprimento de Carne.
 - g. para a Classe III :
 - (11) Companhias de Suprimento de Gasolina.
- 11. Via de regra, não há necessidade de Companhia de Suprimento de Material de Intendência. O abastecimento do material das Classes II e IV faz-se diretamente no Depósito respectivo, cuja Companhia poderá montar Depósitos Avançados, em caso de necessidade, como também o podem fazer as Companhias Depósito das demais Classes.
- 12. Certos artigos são proporcionados aos homens mediante indenização. Por isso surgirão :
 - h. no grupo de unidades do suprimento (distribuição) :
 - (12) Companhias de Suprimentos Indenizáveis de Base ;
 - (13) Companhias de Suprimentos Indenizáveis Móveis.
- 13. As Companhias de Suprimento, em geral, não operam integradas. Ao contrário, agem desdobradas, restabelecendo Pontos de Suprimento que variam até seis por unidade, cada um podendo atender a uma Divisão, permitindo facilidades de abastecimento às tropas em ação espalhadas por vastas áreas da ZONA DE COMBATE.
- 14. Ainda aí far-se-á notar o concurso das Companhias Terminais e o das de Mão-de-Obra, possuindo estas últimas outras aplicações, como adiante verificaremos.
- 15. Na missão de EVACUAR a Intendência compete a importante atribuição de reunir e conduzir para a retaguarda todo o material, exceto o bélico e o pesado, que se abandona, perde ou extravia no campo de batalha e que, assim, salvo, vem constituir excelente fonte de obtenção de novos recursos, como ficou comprovado na última GRANDE GUERRA.
- 16. Outra espécie de evacuação é cometida à Intendência. Os feridos recuperáveis ou não, são evacuados pelo SERVIÇO DE SAÚDE ; os mortos o são, porém, pelo SERVIÇO DE INTENDÊNCIA que efetua a coleta, a identificação, o recolhimento de

espólios, o sepultamento e a administração de cemitérios destinados a essa última finalidade ou abertos especialmente para isso.

17. Integrando peculiarmente a Intendência, surgirão, pois, mais duas espécies de unidades :

i. no campo da evacuação :

(14) Companhias Coleta de Salvados ;

(15) Companhias Coleta e Sepultamento de Mortos ou Companhias de Sepultamento, como, normalmente, são denominadas.

A Mão-de-Obra pode oferecer a ambas as espécies seu concurso prestimoso.

18. Sob a rubrica MANTER, os encargos da Intendência ora relacionam-se com o moral da tropa, proporcionando certo conforto e facilidades que se não esperam encontrar no campo de batalha (1º grupo), ora diz respeito especificamente ao material (2º grupo), tratando de sua recuperação para novamente entregá-lo à cadeia de suprimentos.

j. Satisfazendo às necessidades do 1º grupo encontraremos :

(16) Companhias de Banho e Desinfecção ;

(17) Companhias de Lavanderia ;

(18) Companhias de Esterilização (do vestuário, cuidando ainda do despioalhamento dos homens).

1. Integrando o 2º grupo vamos achar :

(19) Companhias de Reparação Fixas ;

(20) Companhias de Reparação de Intendência ;

(21) Companhias de Peças Sobressalentes ;

(22) Companhias Manufadoras de Tonéis.

A Mão-de-Obra também aí é chamada a cooperar.

19. Focalizando a atribuição de TRANSPORTAR, para só citar a parte referente aos deslocamentos rodoviários, mais de perto, em nosso país, ligados à Intendência, mais unidades aparecerão.

m. Relacionam-se com o transporte rodoviário :

(23) Companhias de Transporte Auto ;

(24) Companhias de Transporte Pesado ;

(25) Companhias de Transporte de Petróleo ;

(26) Companhias Transporte de Cargueiros ;

(27) Companhias Transporte de Q.G.

20. As Companhias diversas, operando em determinadas zonas, são, de duas até seis, grupadas para fins de controle operacional, dando lugar ao aparecimento de Batalhões. Estes recebem denominação correspondente à maioria das unidades da mesma espécie que os integram.

21. Para a organização dos Batalhões faz-se mister a constituição de comandos e Destacamentos de Comando de Batalhões, de natureza uniforme.

n. Relacionam-se, entre outros, os :

(28) Batalhões de Depósito ;

(29) Batalhões de Suprimento ;

(30) Batalhões de Serviços Especiais ;

- (31) Batalhões de Mão-de-Obra ;
 - (32) Batalhões de Transporte Auto ;
 - (33) Batalhões de Transporte Pesado ;
 - (34) Batalhões de Transporte de Petróleo ;
 - (35) Batalhões de Transporte de Cargueiros, etc.
22. Os diversos Batalhões, por sua vez, são grupados, de dois a seis, sob contróle operacional único. Isso determina o advento dos Grupamentos, de nível de Regimento. Faz-se aí também necessária a constituição dos Comandos e Destacamentos de Comando de Grupamento.
- o. Aparecem, consequentemente, os :
- (36) Grupamentos de Intendência ;
 - (37) Grupamentos de Transportes, específicos dessa finalidade.
23. Todavia, o quadro geral ainda não está completo. Os Depósitos devem possuir as suas administrações próprias. Podem-se organizar isolados — de Classe I, das Classes II e IV e da Classe III — ; podem formar um Depósito do ramo privativo da Intendência, reunindo armazéns de todas as classes — I, II e IV e III — ; e podem constituir uma Secção de Intendência de Depósito Geral, também reunindo as quatro Classes de suprimentos.
24. Daí aparecerem, para tal administração :
- p. Companhias de Comando e Serviços de :
- (38) Depósitos de Classe I, II e IV ou de Classe III ;
 - (39) Depósitos de Intendência, das quatro classes ;
 - (40) Secção de Intendência de Depósito Geral.
25. Nos escalões Teatro de Operações, Forças Terrestres, Grupos de Exército, Exércitos, Corpos de Exército, Divisões e Destacamentos, o Comando é assistido por Chefias de Intendência também encontradas na Zona de Administração, nas Secções da Zona de Administração, nos Depósitos Gerais (Cabeça e Secções de Intendência), nos Reguladores, nos Depósitos Privativos bem como nos isolados do ramo de Intendência.
26. Em consequência, relacionam-se :
- q. Chefias de Intendência :
- (41) dos Teatros de Operações ;
 - (42) dos Grupos de Exércitos ou das Forças Terrestres ;
 - (43) dos Exércitos ;
 - (44) dos Corpos de Exército ;
 - (45) das Divisões ;
 - (46) dos Destacamentos ;
 - (47) da Zona de Administração ;
 - (48) das Secções da Zona de Administração ;
 - (49) dos Depósitos Gerais e dos Reguladores (Cabeça) ;
 - (50) das Secções de Intendência dos Depósitos supra ;
 - (51) dos Depósitos de todas as Classes do ramo de Intendência ; e
 - (52) dos Depósitos de Intendência, privativos de cada Classe.
27. Não é apenas no âmbito dos Exércitos e escalões superiores que se desenvolve a atividade do SERVIÇO DE INTENDÊNCIA. Penetra, com organização similar, conquanto bem mais aligeirada, na esfera das Divisões, exercendo as mesmas funções, os mesmos

misteres, satisfazendo as missões gerais definidas no polinômio referido no n. 1.

28. E, além das Chefias de Intendência de Divisões, já citadas, e de Destacamentos, aparecem outras unidades de Intendência.

r. Unidades de Intendência das Divisões :

- (53) Batalhões de Intendência de Divisão Blindada ;
- (54) Batalhões de Intendência de Divisão de Cavalaria ;
- (55) Companhias de Intendência de Divisão de Infantaria ;
- (56) Companhias de Intendência de Divisão Aeroterrestre ; e
- (57) Companhias de Manutenção de Para-quedas.

29. Salvo a última, que possui função precípua e organização adequada à finalidade de sua criação, as unidades de Intendência das Divisões (GU) reúnem, em sua composição, meios e elementos capacitados à satisfação das atribuições compreendidas nas missões gerais do SERVIÇO.

30. Ocorre ainda : — nem sempre a Companhia é a unidade operacional por excelência. É preciso, por vezes, complementá-las com elementos adicionais, outras organizações da Intendência, de composição mais leve, mas tecnicamente capazes do desempenho de missões precípua. É a vez das equipes, turmas ou unidades celulares, de variada composição, atendendo aos mais diversificados misteres, quer das unidades supra-mencionadas quer de organizações outras que não exigem constituição em Companhias.

s. Assim, deverão ser organizadas :

- (58) Equipes de Comando (Batalhão, Companhia e Pelotão) ;
- (59) Equipes de Suprimento (normal ou indenizável) ;
- (60) Equipes de Rancho ;
- (61) Equipes de Magarefes ;
- (62) Equipes de Banho e Desinfecção ;
- (63) Equipes de Lavanderia ;
- (64) Equipes de Coleta ;
- (65) Equipes de Reparação ;
- (66) Equipes de Limpeza e Enchimento de Camburões ;
- (67) Equipes de Laboratório ;
- (68) Equipes de Informações ;
- (69) Equipes de Motoristas ;
- (70) Equipes de Transportes ;
- (71) Equipes de Mão-de-Obra, etc., etc.

31. Recapitulação e resumindo as necessidades em elementos do SERVIÇO DE INTENDÊNCIA, podemos grupar :

a. Órgãos de Chefia :

- (1) Chefias dos SI dos Teatros de Operações ;
- (2) Chefias dos SI das Forças Terrestres ou dos Grupos de Exército ;
- (3) Chefias dos SI dos Exércitos ;
- (4) Chefias dos SI dos Corpos de Exército ;
- (5) Chefias dos SI das Divisões ;
- (6) Chefias dos SI dos Destacamentos ;
- (7) Chefias dos SI das Zonas de Administração ;
- (8) Chefias dos SI das Seções das Zonas de Administração ;
- (9) Chefias dos Depósitos Gerais (Cabeça) ;

- (10) Chefias dos Depósitos Reguladores (Cabeça);
- (11) Chefias dos Depósitos do Ramo da Intendência;
- (12) Chefias dos Depósitos Privativos da Intendência;
- (13) Chefias de Secção de Intendência dos Depósitos Gerais;
- (14) Chefias de Secção de Intendência dos Depósitos Reguladores.

b. Órgãos de Comando :

- (15) Companhias de Comando e Serviço dos Depósitos Gerais;
- (16) Companhias de Comando e Serviço dos Depósitos Reguladores;
- (17) Companhias de Comando e Serviço de Secção de Intendência dos Depósitos Gerais;
- (18) Companhias de Comando e Serviços de Secção de Intendência dos Depósitos Reguladores;
- (19) Companhias de Comando e Serviços dos Depósitos do Ramo de Intendência (das quatro Classes);
- (20) Companhias de Comando e Serviços dos Depósitos Privativos de Intendência (de cada uma das Classes);
- (21) Comandos e Destacamentos de Comando de Grupos de Intendências;
- (22) Comandos e Destacamentos de Comando de Grupos de Transportes;
- (23) Comandos e Destacamentos de Comando de Batalhões de Intendência;
- (24) Comandos e Destacamentos de Comando de Batalhões de Transportes.

c. Unidades de Depósito :

- (25) Companhias Depósito de Subsistência;
- (26) Companhias Depósito de Material de Intendência;
- (27) Companhias de Refrigeração Fixas;
- (28) Companhias de Refrigeração Móveis;
- (29) Companhias de Mão-de-Obra;
- (30) Companhias Terminais Rodo-Ferrovárias.

d. Unidades de Suprimento :

- (31) Companhias Suprimento de Subsistência;
- (32) Companhias de Panificação Móveis;
- (33) Companhias de Suprimento de Carne;
- (34) Companhias de Suprimentos Indenizáveis de Base;
- (35) Companhias de Suprimentos Indenizáveis Móveis;
- (36) Companhias de Suprimento de Gasolina.

e. Unidades dos Serviços Especiais :

- (37) Companhias de Banho e Desinfecção (Semi-móveis);
- (38) Companhias de Lavanderia (Semi-móveis);
- (39) Companhias de Esterilização;
- (40) Companhias de Sepultamento;
- (41) Companhias Coleta de Salvados;
- (42) Companhias de Reparação Fixas;
- (43) Companhias de Reparação de Intendência;
- (44) Companhias de Peças Sobressalentes;
- (45) Companhias Manufadoras de Tonéis.

f. Unidades de Transporte :

- (46) Companhias de Transporte Auto ;
- (47) Companhias de Transporte Pesado ;
- (48) Companhias de Transporte de Petróleo ;
- (49) Companhias Transporte de Q.G. ;
- (50) Companhias de Transporte de Cargueiros.

g. Unidades das Divisões :

- (51) Batalhões de Intendência de Divisão Blindada ;
- (52) Batalhões de Intendência de Divisão de Cavalaria ;
- (53) Companhias de Intendência de Divisão de Infantaria ;
- (54) Companhias de Intendência de Divisão Aeroterrestre ;
- (55) Companhias de Manutenção de Pára-quadras.

h. Equipes, turmas ou unidades celulares :

- (56) Além das já mencionadas no n. 30. s, todas as que se façam necessárias.

32. Diante dessa enumeração exaustiva far-se-á razoável idéia das atribuições cometidas ao SERVIÇO DE INTENDÊNCIA.

Para as árduas missões de guerra, felizmente, nem todos esses elementos carecem de funcionar desde a paz. A maioria, porém, precisa estar perfeitamente constituída para que o Serviço não sofra brusca transição ou permaneça, por muito tempo, inabilitado, incapaz de produzir. Deve partir de arcabouço facilmente desdobrável, flexível, que forneça, sem exasperos, todas as unidades requeridas.

33. Dentro de cada unidade de paz, quer das que se deslocam para o Teatro de Operações, quer das que permanecem fixas, há sempre representação do SERVIÇO DE INTENDÊNCIA para três ou, pelo menos, dois de seus principais ramos : FINANÇAS (os tesoureiros) ; MATERIAL DE INTENDÊNCIA (os almoxarifes) ; SUBSISTÊNCIA (os aprovisionadores). Embora as deficiências numéricas do QUADRO, em muitos casos, reduzam essa representação a um só indivíduo, eleva-se consideravelmente a oficialidade indispensável para atender a todas as funções pertinentes à Intendência, já nas repartições, estabelecimentos e unidades do próprio Serviço, já nos elementos de Intendência das GRANDES UNIDADES ; já, ainda, nas unidades administrativas em geral não pertencentes ao SI.

34. Com tão elevado número de unidades especializadas fora de dúvida está que inumeráveis serão também as especializações individuais. A organização atual não permitirá fácil e rapidamente passarmos do pé de paz ao pé de guerra. Ponderemos as sensatas, as sábias palavras que precedem este artigo. Elas valem como conselho sóbrio e aviso providente.

35. Conhecemos todos, de sobejo, a constituição de nossa Intendência e sabemos que para ela contribuem : o Curso de Formação de Oficiais da Ativa da ACADEMIA MILITAR DE AGULHAS NEGRAS ; os CENTROS DE PREPARAÇÃO DE OFICIAIS DA RESERVA ; as formações de praças das COMPANHIA-ESCOLA DE INTENDÊNCIA e ESCOLA DE INSTRUÇÃO ESPECIALIZADA. Há, outrossim, perene formação de reservistas nas reduzidas unidades hoje existentes. Mas, apenas esse fraco concurso não permitirá a transformação indispensável à guerra, constituição adequada e insaciável renovação, sabido quão grandes serão as necessidades do Teatro de Operações e da Zona do Interior.

36. Fugamos das improvisações para não termos de dizer como EISENHOWER, após a vitória :

"A improvisação caracterizou muito o nosso esforço de guerra, nas suas etapas iniciais. Tivemos u'a magnífica unidade nacional, mas, se houvésssemos tido a vantagem de um prévio planejamento, teríamos ganho tempo e dinheiro" (Citação do já referido autor).

37. Urge organizar, desde já, o SERVIÇO DE INTENDÊNCIA em novos moldes. É forçoso modernizá-lo, ou seja, criar a gama variada de unidades de paz que lhe faltam e lhe são inestimáveis a fim de poder desdobrar a Intendência da guerra, dispensando o concurso de outras Armas e Serviços para a sua estruturação, na ocasião mesma em que estarão cuidando de sua própria mobilização.
38. Cabe, pois, aos nossos maiores a grande tarefa dêsse planejamento. Só eles estarão em condições de estabelecer o plano, em conjunção com as nossas possibilidades econômicas, que permita a realização por etapas, mas em progresso contínuo, estimulando, ao mesmo tempo, a indústria civil correlata, para não ficarmos sujeitos às improvisações de última hora, nos momentos mais calamitosos da vida da Nação.
39. Pensamos que devem partir das premissas de uma organização que, mesmo teórica, oferecerá bases objetivas calcadas em experiências nossas, haja vista nossa participação no último conflito mundial.

MALA REAL INGLESA

ROYAL MAIL LINE

Serviços rápidos de carga e passageiros para

EUROPA E RIO DA PRATA

pelos luxuosos paquetes ANDES *, ALCANTARA e tipo HIGHLAND

* O "Andes" é o único transatlântico na linha da América do Sul equipado com "Estabilizadores" para neutralizar o balanço do navio em alto mar

PARA PASSAGENS E MAIS INFORMAÇÕES COM "ROYAL MAIL AGENCIES (BRAZIL) LIMITED"

AVENIDA RIO BRANCO, 51/5 — TELEFONE 23-2161 — RIO DE JANEIRO

NECESSIDADE DE UM ÓRGÃO DE "ESTUDO" E "PESQUISA EXPERIMENTAL"

Cap. DARIO BOMFIGLIO AFFONSO DA COSTA



COM a elaboração dos novos Regulamentos, quer da parte tática ou técnica, de todas as Armas e Serviços, que a experiência da última guerra não-lo levou a realizar; vimos também surgir paralelamente, novos "quadros de dotação de material". A conseqüente aplicação destes novos organismos, na instrução de nossos estabelecimentos de ensino militar e corpos de tropa, trouxe-nos uma série de dúvidas e embaraços, que reclamam pela existência de um órgão consultivo, para o qual possamos dirigir "dúvidas", "idéias" e "conceitos".

Necessário se faz, que nos sintamos apoiados por um elemento dedicado a estudar nossas dificuldades, e a receber com idéias de experimentação, o que por por ventura opinarmos.

Quanto se vêm frente a tais dificuldades, sem que tenham a certeza de que se opinarem sobre a adaptação ou aperfeiçoamento de um determinado tipo de material, que apresente deficiências; terão suas idéias e sugestões bem acolhidas, e de imediato levadas a experimentação?

É assim que vemos as Unidades de Cavalaria Hipo, abraçadas pelos seguintes problemas, sem que até então, soluções tenham sido tomadas:

— Material de Estacionamento constante da equipagem da sela; pouco portátil, em virtude da dificuldade de bem adaptá-lo a sela,

sem que venha cair durante os percursos, ou prejudicar o estado físico do cavalo, por meio de escoriações no dorso.

— Não existência de "cangalhas" adequadas, para o transporte em dorso; do Morteiro de 60MM — Lança Rojão — Estação Rádio do Esquadrão de Fuzileiros (RAD-200) — Equipamento do Pelotão de Sapadores.

— Impossibilidade em utilizar o bocal DMB, junto ao Mosquetão, como arma dos granadeiros; por não ser adaptável.

— Deficiências quanto a rusticidade e capacidade de transporte, da Viatura Hipomóvel tipo M-1, de avântrem e retrotrem, que veio substituir a já nossa conhecida Viatura Colonial.

O acima exposto, que representa uma pequena parcela, do muito que existe, e que não só na Cavalaria Hipo deve existir; impassivo se conservará, ante as adaptações de iniciativa do pessoal da tropa, que não passarão de medidas paliativas, a concorrerem para a quebra de uniformidade e diversidade de características, de um mesmo tipo de material.

Daí a premente necessidade, da existência do aludido órgão de "Estudo" e "Pesquisa Experimental".

A guisa de exemplo, encontramos no Exército dos Estados Unidos da América do Norte, equipes de "experimentação" e "testes", sediadas em escolas (fortes), tais como: Escola de Cavalaria (Cavalery School), Escola de Motomecanização (Armored School), cuja fina-

lidade, é a de testar experimentalmente, o material que se destina aos corpos de tropa e centros de instrução. O material é testado, verificando-se as possibilidades de sua utilização, antes de sua produção em série.

Para o caso do nosso Exército, a criação de órgão similar, muito concorreria para que breve vissemos sanadas, a maioria de nossas deficiências de ordem material, que sob hipótese alguma, podem continuar a cargo dos militantes da tropa, que com os poucos meios que possuem, pouco poderão fazer.

O órgão em questão poderia ser criado junto ao Grupamento de Unidades-Escolas, tendo como campo de ação para as experiências e testes, as próprias unidades do referido grupamento. Seu corpo de oficiais, contaria com elementos

de todas as armas e serviços, mais oficiais técnicos.

Inicialmente o trabalho se resumiria a adaptações e modificações mais urgentes, tendo como oficinas de apoio, o Arsenal de Guerra e o E.M.I.

Posteriormente: Dedicar-se-iam ao teste do material importado, quando seriam os mais indicados integrantes, das comissões de compras no exterior. Seriam os conselheiros táticos, quanto ao material que fôssemos produzir em série; pois devemos sempre usar a técnica a serviço da tática, e não esta a se adaptar àquela.

Mister se faz, que não nos tornemos alheios ao campo da experimentação, onde a ciência proporciona tudo para as descobertas do homem; para que possamos dar maior capacidade de emprego às nossas unidades de combate.

VENDA DE LIVROS

Monumentos Nacionais — autor "Cel. J. B. Mattos" :

	Cr\$
Santa Catarina.....	60,00
Piauí.....	40,00
Guaporé.....	30,00
Estado do Rio de Janeiro.....	80,00
Espírito Santo.....	40,00
Lei do Serviço Militar Atualizada.....	30,00
Lei Movimento e Quadros.....	20,00
Estatuto dos Militares.....	20,00
Brasiléi "Lucas da Silveira".....	45,00

O S-4 NA UNIDADE

Cap. JOSÉ MURILLO BEUREM RAMALHO

1. INTRODUÇÃO

1.1 Aqueles que já tenham desempenhado a função de oficial S/4 (Fiscal Administrativo) de Unidade, avaliam o quanto ela tem de absorvente, cansativa e de grande responsabilidade.

O nosso objetivo em trazer as presentes linhas ao conhecimento dos demais camaradas converge-se mais para aqueles que não tiveram ainda a oportunidade de exercer as funções de S/4, que sirva, outrossim, para aproveitamento de todos os que acompanham nessa função.

2. MISSÃO

2.1 Sendo a 4ª seção (Fiscalização Administrativa) uma repartição na Unidade, encarregada de exercer a fiscalização de fundos e material, o seu chefe, o S/4, tem uma missão difícil e trabalhosa. Porque, qualquer processo que vise a busca do sucesso em qualquer operação, seja esta de paz ou de guerra, sempre encontra a ligação, íntima, homem e material. Daí, a existência de uma gama considerável de instruções, normas, avisos, portarias, decretos, etc., enquadrando o setor administrativo num círculo em que, quanto mais este fechado estiver, melhor atendidos serão os interesses do Estado e do Exército, que nele se concentram.

2.2 O fato de que toda a documentação referente a material e dinheiro da Unidade tenha que ser canalizado para as mãos do S/4, fornece a este, implicitamente, um dispêndio de energia estupendo, para que tudo possa sair nas melhores condições possíveis. O feixe de partes, informações, ofícios, etc.,

administrativos, vindo de fora da Unidade ou dela oriunda e que converge para o S/4, tem que ser recebido, analisado e dado um fim específico. No que tange à documentação que flui das Subunidades e repartições da Unidade, esta pode estar certa como também pode ser que não. Enfim, o trabalho está dirigido para o S/4 e nele concentra-se; como racionalmente resolvê-lo?

2.3 Não há dúvida de que, para desempenhar a contento seu dever, o S/4 tem que se armar, formar o seu sistema, organizar seu método de trabalho pessoal e a sua Fiscalização Administrativa, enfim, para poder dar vazão, satisfatoriamente, ao fluxo de documentos. Antes de doutrinar, corrigir, apontar falhas e incorreções de suas Subunidades e repartições, a 4ª Seção tem que estar aparelhada convenientemente de maneira a que possa ser cumprido o objetivo primacial: máxima eficiência no menor tempo possível. A 4ª Seção, constituindo o cérebro da organização administrativa da Unidade, deve mostrar-se à altura, para os que dela dependem, possam locomover-se com maior dose de correção, rapidez e segurança em suas obrigações administrativas, fornecendo ao ritmo burocrático a normalização necessária para atender a todas as evoluções de trabalho.

2.4 A finalidade do S/4 consiste em trabalhar num campo de atividades racional, que lhe dê eficiência necessária, traduzido pelo conhecimento do assunto e controle científico dos meios e rapidez, isto é, menor espaço de tempo possível. Portanto: execução das tarefas num

grau de atividade e distribuição de tarefas tal, por parte de seus auxiliares diretos, de maneira que sejam aplicados métodos e processos de trabalho, simples, práticos e rendosos, os quais, assim, serão implantados desde que não venham a ferir textos regulamentares.

2.5 É tremendamente importante ressaltar que o segredo para o sucesso reside na implantação do sistema eficiência-tempo.

3. ORGANIZAÇÃO

3.1 O S/4 tendo diante de si a tarefa de começar a exercer as suas funções planeja o esboçamento de duas fases:

a) Estudo pormenorizado da legislação que trata da parte administrativa;

b) Confeção de um quadro de trabalho em sua repartição de forma a poder ir à frente, face aos conhecimentos adquiridos que possui e tendo em vista os novos que estão a surgir.

3.2 Estudo da Legislação:

a) 1ª urgência: Ler o R/3 (RAE) (o mais importante de todos), começando pelo artigo que caracteriza o que o S/4 deve fazer, e depois terminando nas atribuições do Cmt. da Unidade (chamado Agente Diretor) (seu chefe direito) e nas funções dos Almojarife, Tesoureiro e Aproveitador (estes três seus subordinados imediatos). Saberá, então, consequentemente, o que tem a fazer, a determinação a receber e a orientação que deve propiciar.

b) 2ª urgência: Proceder à leitura nos R/1 (RISG) (vendo no índice e marcando as referências relacionadas com sua função, direta ou indiretamente, para então, após, ler, de uma passada, os assuntos propriamente); IDF (Instruções para distribuição de fardamento) (leitura de maneira que venha a ter noção sumária do assunto); (CVVM (Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares — adquirir o elaborado pelo CAER, edição EGCF por ser bem racional) (proceder à leitura no índice para adquirir uma

essência do assunto nele contido).

c) 3ª urgência: Guia de Legislação Militar do Subten. Rabelo (leitura sumária dos títulos de decretos, avisos, portarias, etc., que lhe dizem respeito, marcando-os num documento à parte, para consulta posterior) e procura de instruções, normas, etc., administrativas, existentes no Corpo.

d) 4ª urgência: Organizar uma pequena biblioteca na sua Secção, para conter as publicações referentes à administração, o que será de grande valia não só para seu uso pessoal bem quanto para seus auxiliares diretos e indiretos.

3.3 Quadro de trabalho:

a) O S/4 dispõe de uma equipe de auxiliares (sargentos e cabos, normalmente), a qual tem que ser selecionada, para que, do seu esforço, seja tirado o máximo, dentro do espírito de confiança, lealdade e de apego ao trabalho.

A essa equipe ele distribui tarefa por elemento, caracterizando sua função e consequentemente definindo sua responsabilidade. O essencial é que, todo elemento de sua Secção tenha uma ocupação definida dentro do esquema de trabalho elaborado pelo S/4.

b) O método pelo qual ele irá agir deverá ser estudado para saber qual a trilha a seguir, como por exemplo, hora do despacho com o Agente Diretor, procedimento a ter quando for examinar material ou inspecionar dependências, localização de documentos diretamente sob seu controle, etc., etc. O essencial é que possua uma norma de ação, um plano a seguir, pois: Isso lhe permitirá atender, com razoável segurança, as questões atinentes à sua função, dando a todos e quaisquer papéis submetidos a sua análise, um mesmo gabarito de atenção.

c) Junto ao seu gabinete de trabalho deverá contar com um ou mais "celotex", contendo diagramas, modelos, mapas, etc., referentes à sua tarefa, para facilitar sua missão. Toda papelada que não possua aplicação real deverá daí ser abolida, ficando somente o que

for bem simples e essencialmente prático. Anular a tendência exagerada que há em mostrar e realçar bonitos gráficos, que não somente não estão atualizados como dele extrair dados concretos, escapa ao seu conhecimento.

4. EXECUÇÃO

4.1 A realização de um trabalho qualquer deverá processar-se no mais curto tempo possível. Ora, sabido é que terá que solucionar uma parte, um ofício, etc., mais cedo ou mais tarde, justo e lógico será que o faça LOGO, se no momento outro assunto não estiver tomando seu tempo. O que perturba a máquina administrativa, trazendo suas maléficas conseqüências, são os processos de trabalho rotineiros e empíricos aliados a u'a manifestação má vontade em procurar num tempo mínimo, resolver os assuntos trazidos para busca de solução. Não deixar atrazar a resolução dos assuntos que, numa corrente contínua, vão à sua consideração, deve ser o seu lema permanente.

4.2 Os documentos devem ser rápida e eficientemente enfrentados e desquacionados. Para isso, adotar a norma de que, no máximo em oito dias, as partes, informações, etc., submetidos ao seu parecer, terão solução (que, aliás, está de acordo com o item 33, da Circular n. 18-46, de 5 de julho de 1946: "Os processos somente poderão ficar em poder do servidor num prazo máximo de oito dias, sob pena de responsabilidade; o assunto exigindo mais prazo, o retardamento deverá ser justificado com a declaração do motivo que o terminou, evitando a forma vaga do "acúmulo do serviço" e outras semelhantes"). É evidente que, por exemplo, uma parte de uma Subunidade relacionada com um assunto cuja solução não depende do S/4 e, sim, de esclarecimentos, consultas, etc., ao escalão superior ao de Unidade, terá sua resolução retardada. Nesse caso, uma comunicação, simples, do ocorrido, ao detentor da parte, constituirá um pro-

cedimento normal. Essa atitude serve para inspirar confiança no desenvolvimento dos trabalhos da Fiscalização Administrativa por parte dos interessados.

4.3 Aplicar, ou propor se fôr o caso, métodos de maneira que haja coordenação das partes, informações, etc., com o despacho a ser dado pelo Agente Diretor (geralmente processado na 4ª Seção) e sua transcrição no Boletim, após o publique-se do Comandante (Agente Diretor). Essa medida, que tão insignificante possa parecer à primeira vista, fornece, porém, economia de tempo e material, simplificando a conferência, o controle da documentação e reduz o trabalho desde o elemento que deu a parte até ao dactilógrafo que publica a matéria em Boletim.

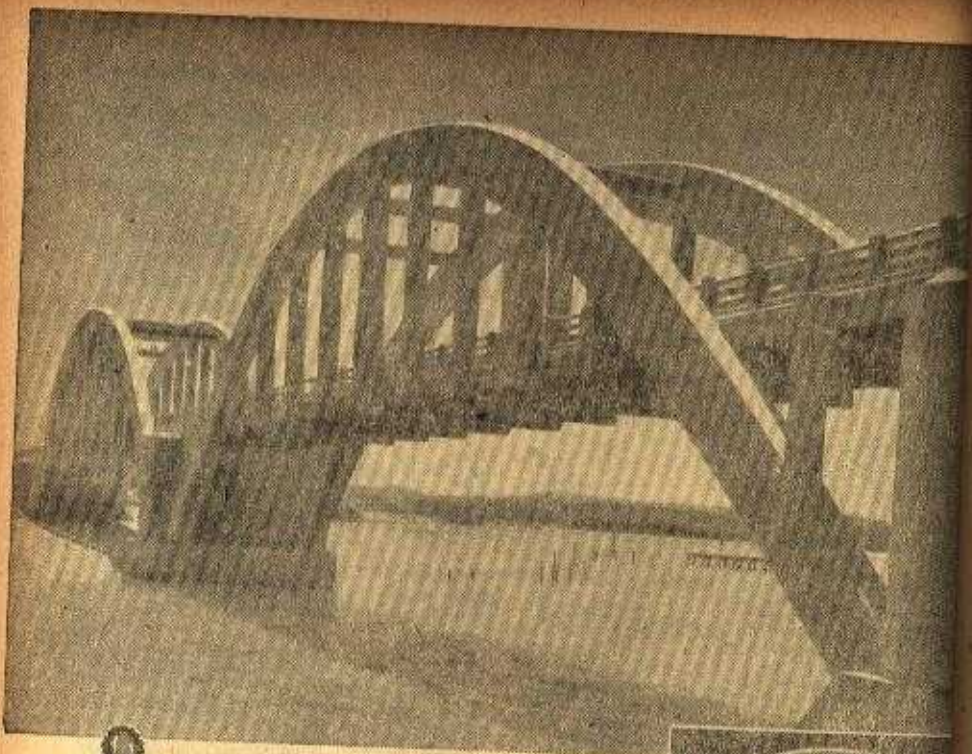
5. APERFEIÇOAMENTO

5.1 A fase de aperfeiçoamento é aquela em que após o S/4 estar familiarizado com suas funções, conhecedor da evolução do sistema administrativo da Unidade e do seu método implantado, sentir imperfeições, que sempre as há, naturalmente. Como tudo é susceptível de aperfeiçoamento, com o decorrer do tempo ele renova, introduz, simplifica, medidas, as quais darão melhor rendimento no menor tempo possível.

6. CONCLUSÃO

6.1 Em outro número veremos "o S/4 no campo prático", em que seu processo de agir baseia-se mais em fatos concretos e dados regulamentares existentes.

6.2 Que a nossa inspiração em trazer à luz para os nossos camaradas esses conhecimentos, adquiridos e ativados, sejam, acertadamente, preenchidos em suas finalidades: dar ao S/4 um campo de tarefas, que seja racional para gerar resultados que venham refletir na segurança dos bens do Estado e da administração do Exército, de modo geral.



O CIMENTO MAUÁ NA MODERNIZAÇÃO DO EXERCITO

O Polígono de Tiro da Marambaia apresenta em suas obras uma visão agradável de linhas harmoniosas, às quais se alia a solidez e segurança que lhes assegura o emprego do cimento Portland MAUÁ.



COMPANHIA NACIONAL DE CIMENTO PORTLAND

QUADROS DE SARGENTOS

Cop. A. GODOY



atual legislação sôbra a formação, a especialização e a promoção de Sargentos é bastante numerosa e vai se avolumando dia a dia. Apresenta aspectos

bastantes curiosos e que dão lugar a longas consultas e pareceres, para solucionar um caso muitas vezes único.

Sargentos há, que sendo de uma especialidade, chegam a trocar mesmo de arma, não se podendo mais saber, depois de algum tempo, em que lei se poderá ampará-lo, ou que, pelo contrário, está amparado simultaneamente em mais de uma lei. Como se diz vulgarmente, com um pé lá e outro cá.

Existem nas Unidades de Manutenção, por exemplo, Sargentos oriundos de tôdas as Armas e que aí servem por serem especialistas em motomecanização, e que no entanto, por um motivo ou por outro, ainda continuam vinculados à Arma de origem. Esses Sargentos poderiam constituir um quadro de motomecanização, destinado somente a êsses especialistas. Recentemente, a situação dos mecânicos oriundos das várias Armas, que serviam nas unidades, foi regularizada por um Aviso que determinou optassem se desejavam permanecer na Arma da Unidade ou retornar à de origem. É nosso pensamento que êsses homens não deveriam estar em nenhuma Arma e sim no mesmo quadro de motomecanização acima referido. Também a situação dos Sargentos oriundos da cavalaria hipomóvel e da infantaria, que servem nas unidades blindadas foi regularizada por outro Aviso deter-

minando que os mesmos se habilitem com o curso de combatente blindado da E.M.M.

Têm-se procurado, efetivamente, regularizar a situação dos Sargentos, haja visto as medidas adotadas com a Portaria n. 333, de 17 de agosto de 1953, que estabeleceu normas gerais para a promoção de graduados.

Os músicos, os radiotelegrafistas e os especialistas de saúde, já têm a sua situação regularizada, formando Quadros especiais. E é isso o que pretendemos, para os demais.

Os exércitos modernos exigem dia a dia, e cada vez mais, um maior número de especialistas. Não convém portanto aos interesses do Exército, salvo melhor juízo, dar a um só indivíduo uma dupla formação, quando se poderia dar a dois. Assim, não será interessante formar primeiramente um Sargento de fileira, para depois torná-lo um especialista.

O exemplo já está sendo apontado com a criação na Academia Militar do curso preparatório à Escola Técnica, a fim de não mais desviar oficiais das Armas para funções essencialmente técnicas. O mesmo se poderá fazer no tocante aos Sargentos.

A Escola de Sargentos das Armas já foi um grande passo dado nesse sentido, na parte que se refere às Armas. Julgamos oportuno estender às demais Escolas, as mesmas normas, para formação dos especialistas destinados aos diversos serviços. A par disso, criar ou reorganizar os diversos quadros, no sentido de solucionar definitivamente a questão, respeitando contudo os direitos já adquiridos.

E formulamos o seguinte projeto, para maior facilidade na exposição do assunto.

CAPÍTULO I

Da Organização dos Quadros

Art. 1º. São criados ou reorganizados no Exército os seguintes Quadros de Sargentos, das Armas e Serviços: a) Infantaria; b) Cavalaria; c) Artilharia de Campanha; d) Artilharia de Costa; e) Artilharia Anti-aérea; f) Engenharia; g) Comunicações; h) Combatente Blindado; i) Intendência; j) Motomecanização; k) Material Bélico; l) Saúde; m) Veterinária; n) Topógrafo; o) Músico; p) Radiotelegrafista; q) Identificador; r) Artífices.

Art. 2º. Cada Quadro comportará tantas especializações, quantos os cursos de formação, que poderão ainda ser desdobradas ou acrescidas, sempre que a evolução ou a necessidade assim o exigirem, por proposta da Diretoria respectiva, ouvido o Estado-Maior do Exército (Vide o art. 5º do Dec. número 32.850, de 23. de maio de 1953).

Art. 3º. Os especialistas referidos no artigo anterior, conquanto classificados pelo critérios de suas especializações, manterão dentro de seu Quadro, o escalonamento que lhes couber, de conformidade com a classificação intelectual e as disposições desta lei.

Art. 4º. Os Quadros de Infantaria, Artilharia de Campanha, Artilharia de Costa, Artilharia Anti-aérea, Engenharia e Combatente Blindado terão um único curso de formação, e são constituídos pelos Sargentos de fileira das Armas.

Art. 5º. O Quadro de Cavalaria, constituído pelos Sargentos da Arma, compreende: a) Cavalaria Hipomóvel e b) Cavalaria Mecanizada.

Art. 6º. O Quadro de Comunicações, constituído pelos Sargentos dos órgãos e unidades de comunicações, compreende: a) Operador de radiofonia; b) Operador de ra-

diotelegrafia; c) Operador de radar; d) Operador de teletipo; e) Mecânico de rádio; f) Mecânico de radar; g) Mecânico de teletipo; h) Mecânico de projetor cinematográfico; e) Mecânico de construção de linha; j) Mecânico de telefone, telégrafo e central telefônica; k) Mecânico de criptógrafo; l) Telefonista.

Art. 7º. O Quadro de Motomecanização, constituído dos Sargentos das unidades de tropa e órgãos do Serviço, compreende: a) Mecânica de auto; b) Mecânico de rolamento misto; c) Mecânico de carro de combate e veículos sobre lagarta; d) Mecânico de alimentação; e) Mecânico de máquinas e ferramentas; f) Mecânico eletricista; g) Mecânico de solda oxiacetilênica e elétrica; h) Mecânico de carroceria (lanterneiro); i) Mecânico de instrumentos (painel); j) Mecânico de reparação de radiadores; k) Mecânico de recapagem (Vide art. 4º do Reg. da E.M.M.).

Art. 8º. O Quadro de Saúde, constituído dos Sargentos das unidades de tropa e órgãos do Serviço, compreende os seguintes cursos: a) Auxiliar de enfermagem; b) Auxiliar de laboratório; i) Auxiliar de anestesia; d) Auxiliar de fisioterapia; e) Auxiliar de odontologia; f) Auxiliar de radiologia; g) Auxiliar de laboratório; i) Auxiliar de farmácia; j) Protético; k) Massagista; l) Pediatras (Vide o art. 4º do Reg. Quadro Esp. de Saúde).

Art. 9º. O Quadro de Material Bélico, compreende os Sargentos das unidades e órgãos dos Serviços de M. Bélico e Fabricação (Port. n. 189, de 2 de junho de 1952) e compreende os seguintes cursos: a) Mecânico de armamento de infantaria; b) Mecânico de artilharia; c) Mecânico de equipamento pesado de engenharia; d) Mecânico de máquina a vapor; e) Mecânico ferroviário; f) Mecânico torneiro; g) Mecânico ajustador; h) Mecânico de instrumentos ópticos; i) Mecânico reparador de meteorologia; j) Mecânico relojoeiro; k) Remuniciador.

Art. 10. O Quadro de Veterinária, constituído dos Sargentos das unidades de tropa e órgãos do Serviço, compreende os seguintes cursos: a) Enfermeiro veterinário; b) Ferrador.

Art. 11. O Quadro de Topógrafos, constituído dos Sargentos dos órgãos e unidades do Serviço Geográfico, terá um só curso de formação.

Art. 12. O Quadro de Músicos, regulado pelo Decreto-lei n. 8.442, de 26 de dezembro de 1945, compreende tantas especialidades quantos são os instrumentos exigidos.

Art. 13. O Quadro de Radiotelegrafistas, constituído dos Sargentos do Serviço Rádio do Exército, tem um só curso de formação.

Art. 14. O Quadro de Identificadores, constituído dos Sargentos do Serviço de Identificação, terá um só curso de formação.

Art. 15. O Quadro de Atífices, constituído de Sargentos especialmente do Serviço de Obras e Fortificações, compreende as diversas profissões civis de aplicação no Exército: a) Alfaiate; b) Carpinteiro; c) Marceneiro; d) Bombeiro hidráulico; e) Sapateiro; f) Serralheiro; g) Seleiro-Corrieiro; h) Eletricista; i) Pedreiro; j) Jardineiro; k) Ferreiro; l) Mestre de rebocador; m) Maquinista (máquina a vapor); n) Mestre de linha ferroviária, etc., etc.

Art. 16. O Quadro de Intendência, constituído dos Sargentos das unidades e órgãos de Intendência, e em tempo de paz, também dos das unidades de tropa compreende os seguintes cursos: a) Contador; b) Auxiliar de transporte; c) Auxiliar de suprimentos; d) Auxiliar de lavanderia; e) Auxiliar de refrigeração; f) Auxiliar de sepultamento; g) Padeiro; h) Magarefe; i) Auxiliar de Intendência; j) Furriel (também Enc. de rancho); k) Cosinheiro.

Nos Exércitos modernos a Intendência é vista somente a partir do Escalão Divisão, razão porque não deve haver especialistas de Intendência nas unidades de tropa. As funções de rancho, suprimento,

etc., são desempenhadas pelo pessoal, da própria unidade sob a orientação do S/4, oficial de suprimentos (Vide a "Intendência Moderna" publicada em "A Defesa Nacional" de 1950). Entretanto, em tempo de paz, como já contamos com os oficiais desse Serviço, poderemos também dispor dos Sargentos. Mais adiante veremos entre os especialistas das Armas o Furriel e o Contador, que se destinam justamente para este caso.

CAPITULO II

Da formação dos Sargentos

Art. 17. A formação dos Sargentos para os diversos Quadros será realizada: a) para os de Infantaria, Cavalaria, Artilharia de Campanha, Engenharia, Intendência e Combatente Blindado, na Escola de Sargentos das Armas; b) para os de motomecanização na Escola de Motomecanização; c) para os de Artilharia de Costa na Escola de Artilharia de Costa; d) para os de Artilharia Antiaérea no Centro de Instrução e Defesa Antiaérea; e) para os de comunicações e Radiotelegrafistas na Escola de Comunicações; f) para os de Material Bélico, Topógrafos e Identificadores, na Escola de Instrução Especializada; g) para os de Saúde na Escola de Saúde do Exército; h) para os de Veterinária, na Escola de Veterinária do Exército.

Art. 18. O Quadro de Artífices será recrutado mediante concurso de habilitação, por forma a ser estabelecida pelo M. da Guerra.

Art. 19. Em cada uma dessas Escolas funcionarão os seguintes cursos: a) de Formação; b) de Aperfeiçoamento (ou de Cmt. de Pel. ou Secção).

§ 1º. O regime escolar obedecerá ao atualmente adotado na E.S.A.

§ 2º. Nos Quadros de Músicos, Identificadores e Artífices, o curso de Aperfeiçoamento será substituído por um exame de habilitação destinado a seleccionar os "Mestres".

Será interessante ressaltar aqui a necessidade da criação de mais duas E.S.A., uma no norte e outra no sul, por exemplo, em Caruarú e Passo Fundo, a fim de melhor atender nas necessidades das Unidades. Já previmos também a mudança do curso de Combatente Blindado para a E.S.A., pois que assim, o aluno já se destinará exclusivamente para esse Quadro. Também o regime escolar é muito importante na formação dos jovens, incorporando, enquadrando e ensinando os futuros Sargentos os seus princípios da vida na caserna a par da instrução necessária a sua formação.

Art. 19. O Curso de Formação se destina a ministrar a instrução básica do graduado e a instrução de especialização necessárias ao 3º Sargento.

Art. 20. Para matrícula no curso de Formação os candidatos serão submetidos a concurso de seleção, que constará de: a) exame médico; b) exame físico; c) exame intelectual.

§ 1º. O preenchimento das vagas existentes far-se-á dentro de rigorosa classificação intelectual entre os candidatos julgados aptos nos exames médico e físico.

§ 2º. Na falta de candidatos, os comandantes de Unidades poderão indicar cabos e soldados, que satisfaçam as condições exigidas, para matrícula compulsória.

Art. 21. A inscrição ao concurso de seleção será feita mediante requerimento do interessado dirigido ao Cmt. da Escola ou do C.A.E.R., desde que satisfaça as seguintes condições: a) ter menos de 25 anos de idade, referido esse limite a data do início do curso; b) possuir o curso primário completo; c) juízo favorável do comandante do Corpo em que serve (quando militar); d) consentimento do pai ou tutor, para os civis menores de 18 anos; e) bom comportamento militar ou atestado de boa conduta para os civis; declaração escrita do candidato de se sujeitar ao disposto no art. 22 desta lei (Vide art. 59 do Reg. da E.M.M.).

Art. 22. Serão admitidos no curso de Formação, cabos e soldados, mediante engajamento por cinco anos, a partir da data da matrícula, e civis, alistados pelo mesmo prazo.

§ 1º. Em igualdade de condições terão preferência os candidatos militares sobre os civis; destes, serão preferidos os que forem reservistas do Exército. Dentre dois ou mais candidatos em igualdade de condições terão preferência os de maior idade.

§ 2º. Os cabos e os reservistas ao matricularem-se na Escola, perderão as prerrogativas de sua graduação.

§ 3º. Os engajamentos referidos no § 1º serão reduzidos ao tempo nominal de serviço da praça convocada, caso o matriculando não concluir o curso com aproveitamento (Vide o art. 7º do Reg. da E.S.A.).

Art. 23. A duração dos cursos e outras particularidades serão estabelecidas no regulamento de cada Escola.

Art. 24. O comando das Escolas, em ligação com a Diretoria Geral do Ensino e a Diretoria técnica interessada, caberá organizar e rever anualmente os programas de ensino para os cursos de Formação e Aperfeiçoamento (Vide o art. 8º do Reg. do Quadro Esp. de Saúde).

Art. 25. A distribuição dos alunos do curso de Formação, pelas especialidades estabelecidas para o respectivo Quadro, obedecerá ao seguinte critério: 1) escolha por parte dos candidatos, até o limite das necessidades do quadro — em cada uma das especialidades — de acordo com a estimativa apresentada anualmente pela Dir. Geral de Ensino; 2) designação compulsória, quando se impuser a necessidade desse critério, de modo a assegurar a proporcionalidade estabelecida.

Parágrafo único. Para qualquer dos critérios estabelecidos no presente artigo — escolha voluntária ou designação compulsória — as possibilidades vocacionais do candidato deverão ser confirmadas em

cias das Unidades. Os Sargentos possuidores de um curso Complementar são chamados: "especialistas".

Art. 31. Nenhum Sargento poderá fazer mais de um curso Básico e um Complementar.

Art. 32. Os cursos de Especialização poderão funcionar em Escolas, Centros e Órgãos Regionais, nunca, porém, em Unidades de tropa.

Art. 33. São cursos básicos os seguintes: a) Para-quedistas; b) Guerra Química.

Art. 34. São cursos Complementares os seguintes:

a) Comunicações (B 1 da Escola Com.); b) Auxiliar de reconhecimento; c) Armeiro; d) Manutenção orgânica; e) Arquivista-dactilógrafo; f) Munições; g) Educação Física; h) Foto-informação; i) Equitação; j) Operador de Cinematografia; k) Estenografia; l) Taquigrafia; m) Telemetrista; n) Metralhador; o) Moiteiro; p) Canhão Anti-carro; q) Sapador mineiro (Infantaria); r) Pontoneiro.

Art. 35. As especializações de dactilógrafo e motorista são consideradas conhecimento geral que todo Sargento deve possuir.

Art. 36. Os Sargentos corneteiros-clarins são recrutados da mesma forma estabelecida para os Músicos (Aviso n. 432, de 30 de abril de 1947), e incluídos no Quadro da Arma ou Serviço, como especialistas.

CAPÍTULO V

Da Formação na Tropa

A formação de Sargentos na tropa ainda é e será sempre uma necessidade, mesmo porque a ESA é insuficiente para as necessidades atuais e mesmo que assim não fôsse, sempre será necessária para a formação de reservas. Entretanto, essa formação deve ser restringida aos elementos humanos e materiais disponíveis, pois que já existem também os CRFG

Art. 37. As Unidades de tropa poderão formar Sargentos para os quadros a que forem autorizadas. A formação poderá também ser centralizada em órgãos regionais, a critério do Cmt. de Região.

Art. 38. Os Sargentos formados na tropa se destinam de modo especial à formação de reservas. Entretanto, poderão permanecer em serviço na forma da legislação em vigor.

Art. 39. As promoções serão realizadas após a habilitação dos candidatos, dentro dos números de vagas existentes, com exceção das destinadas aos oriundos das Escolas, no âmbito dos Corpos, Repartições e Estabelecimentos, mediante autorização dos Cmts. de Região (Vide art. 3º da Portaria número 333, de 17 de agosto de 1953).

Art. 40. Ao serem transferidos para a reserva, por término de tempo de serviço, aqueles que contarem mais de um ano de interstício na graduação, serão promovidos a graduação superior, se para tal estiverem devidamente habilitados.

Art. 41. Aos 1º Sargentos formados na tropa é assegurado o direito de matrícula no curso de Aperfeiçoamento, nas mesmas condições dos demais.

Por aí se vê que aos Sargentos formados na tropa serão asseguradas as mesmas vantagens dos que fazem um curso. Lhes é dado o direito de engajamento e reengajamento, que lhes permite alcançar a graduação de 1º Sargento e a consequente matrícula no curso de Aperfeiçoamento, para alcançar a estabilidade, e a mais alta graduação.

Art. 42. São condições para ingresso no curso de Formação de Sargentos na tropa: a) Ter menos de 25 anos de idade, na data do início do curso; b) estar no bom comportamento; c) ter sido aprovado no curso de cabo; d) possuir o curso primário completo; e) ter sido aprovado em concurso de seleção.

CAPITULO VI

Da promoção e do acesso

Art. 43. As promoções de Sargentos e Subtenentes serão realizadas no âmbito das Regiões Militares, para 2º e 1º Sargentos, pelos Cmts. de Região, e no âmbito do Exército, para Sargento-Ajudante e Subtenente, pela Diretoria Geral do Pessoal (Vide art. 2º da Portaria n. 33, de 17 de agosto de 1953).

§ 1º. Para as promoções a Sargento-Ajudante obedecer-se-á a rigorosa ordem de classificação intelectual dentro de cada turma do curso de Aperfeiçoamento.

Art. 44. No preenchimento dos claros e na classificação dos Sargentos promovidos, o interesse do serviço tem prioridade sobre qualquer outra consideração (Vide art. 6º da Portaria n. 333, de 17 de agosto de 1953).

Art. 45. As promoções far-se-ão para o próprio Corpo, Repartição ou Estabelecimento, sempre que houver vaga (Vide art. 7º da Portaria n. 333). Quando isso não for possível, se fará para a mesma guarnição ou na mais próxima, dentro do mesmo critério (idem).

Art. 46. São condições para a promoção à graduação superior: a) ser julgado apto em inspeção de saúde para a organização para a qual e promovido (para-quedista, etc.); b) estar classificado, no mínimo, no comportamento bom; c) possuir o interstício exigido; d) possuir os cursos exigidos para a nova graduação; e) estar classificado dentro do número de vagas existente (Vide art. 9º da Portaria n. 333, de 17 de agosto de 1953).

§ 1º. O prazo de validade da inspeção de saúde é de 12 meses (Vide art. 10º da Portaria n. 333).

Art. 47. Os interstícios mínimos para a promoção dos Sargentos de todos os Quadros são os seguintes:

- 3º Sargento 2 (dois) anos;
- 2º Sargento 2 (dois) anos;
- 1º Sargento 3 (três) anos;

Sargento-Ajudante 2 (dois) anos;
Subtenente —

O 1º Sargento tem necessidade de mais um ano para tirar o curso de Aperfeiçoamento, tempo esse em que ficará fora da tropa. Com um mínimo de 9 anos estará o Sargento em condições de concorrer para o ingresso no QAO, se bem que isso nem sempre seja possível devido a falta de vagas.

Art. 48. O Sargento que contar mais de 10 anos como 1º Sargento, sem estar habilitado à promoção a Sargento-Ajudante será obrigatoriamente transferido para a Reserva.

Com isto pretendemos permitir a renovação dos quadros, e evitar que os mesmos fiquem trancando o acesso a outros mais capazes.

Art. 49. Ficam dispensados os requisitos da alínea a) do art. 46 para os Sargentos em tratamento de saúde por motivo de: a) ferimentos recebidos em campanha ou moléstias deles consequente; b) desastre ou acidente no serviço, na instrução, ou moléstia deles decorrente.

Parágrafo único. Para efeito desta dispensa faz-se necessário anexar à ata de inspeção de saúde o respectivo documento sanitário de origem, devidamente controlado (Vide art. 11 da Portaria número 333, de 17 de agosto de 1953).

Art. 50. A bravura, em caso de guerra internacional, e na manutenção da ordem pública, poderá constituir motivo de promoção independente de quaisquer outras condições.

§ 1º. Para fins deste artigo a bravura deve ser comprovada em ato ou atos não comuns de coragem, audácia, valor diante das responsabilidades, firmeza, energia, tenacidade, sentimento do dever, exteriorizados em feitos úteis às operações militares, pelos resultados obtidos ou pelo exemplo dado à tropa, obedecida a instrução do chefe.

§ 2º. A bravura caracterizada nos termos do parágrafo anterior,

pode determinar a promoção, mesmo que do ato praticado tenha resultado morte ou invalidez.

§ 3º. A promoção por bravura será feita pela autoridade capacitada pelo Ministro da Guerra (Vide art. 12 da Portaria n. 333).

Art. 51. Não concorrerá a promoção, embora possua as condições exigidas, o Sargento que: a) ficar "sub-judice", com processo no foro civil ou militar, ou submetido a conselho de disciplina; b) não estiver em efetivo serviço no Exército em consequência de: 1) licença para tratar de interesses particulares; 2) serviço extranho ao Ministério da Guerra; 3) cumprimento de sentença; 4) deserção; 5) extravio; 6) atingir a idade limite.

§ 1º. Será anulada a promoção feita com inobediência de qualquer das restrições constantes deste artigo.

§ 2º. Absolvido em última instância ou declarado sem culpa pelo conselho, será o Sargento promovido em ressarcimento de preterição, independente de vaga ou data.

§ 3º. A criação ou a cessação de situação prevista neste artigo, deverá ser comunicada à Diretoria Geral do Pessoal ou à Região Militar, via rádio, conforme o caso (Vide art. 13 da Portaria n. 333).

Art. 52. Para fins de interstício será computado o tempo dobrado passado pelo Sargento em guarnições especiais e em campanha, na forma da lei que o regular.

Art. 53. Será promovido à graduação imediata, independente de vaga, o Sargento que satisfaça as demais condições exigidas e tenha atingido os seguintes limites de tempo de serviço: 3º Sargento — 15 anos; 2º Sargento — 25 anos; 1º Sargento — 30 anos (Vide artigo 14 da Portaria n. 333).

Art. 54. As promoções a 3º Sargento serão realizadas pelos Cmts. das Escolas de Formação, para todos os alunos que concluírem o curso com aproveitamento.

CAPITULO VII

Disposições Complementares

Art. 55. Fica restabelecida no Exército a graduação de Sargento-Ajudante e assegurados todos os direitos aos antigos, ainda existentes. O número de vagas será fixado na proporção de 1 (um) por Unidade (Btl.) e 1 (um) por Regimento; nos quadros especiais na proporção de dois para cada Subtenente existente.

A medida se justifica porque virá sanar uma forte lacuna no seio do Exército deixado com o desaparecimento dos nossos velhos Sargentos-Ajudantes ou Brigadas, de que muito se ressentem as Unidades e particularmente as bandas de música, onde foram sempre os regentes. Por outro lado, será também uma medida de equiparação com as demais Forças onde essa graduação existe além mais algumas outras.

Art. 56. Todos os Sargentos possuidores de Cursos Regionais de Aperfeiçoamento ou da ESA (Aperfeiçoamento) terão assegurados os direitos constantes desta Lei para o curso de aperfeiçoamento.

Art. 57. Os atuais Sargentos, possuidores de curso que habilite ao ingresso em mais de um quadro aqui previstos, devem optar dentro do prazo de 90 dias, a contar da publicação desta Lei, em qual desejam permanecer. Findo esse prazo serão incluídos pelo Cmdo. da Região onde for julgado necessário.

§ 1º. A opção será publicada em Boletim interno e comunicada à Região ou a Diretoria Geral do Pessoal (Vide § 3 do art. 23 da Portaria n. 333).

Art. 58. Os Comandos de Região deverão organizar dentro de 180 dias, a contar da publicação desta Lei, um Almanaque Regional de Sargentos, constando de todos os quadros, rigorosamente na ordem de antiguidade dentro de cada graduação.

§ 1º. Para os 1º Sargentos será organizada uma lista separada, em

rigorosa ordem de classificação intelectual por uma turma que concluir o curso de Aperfeiçoamento, para fim de promoção.

§ 2º. Para os 3ºs Sargentos prevalecerá a data de promoção e inclusão no quadro seguida da classificação intelectual dentro da turma.

Art. 59. Ficam suspensas as promoções de Sargentos pelo prazo de 180 dias para efeito de organização do Almanaque referido no artigo anterior.

Art. 60. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

E assim, terminando o nosso modesto trabalho, cremos haver colaborado na concretização dos ideais não só do Exército como da própria classe dos Sargentos, para a solução do angustiante problema que tem sido as questões dos quadros, do acesso e da equiparação dos cursos.

Naturalmente, muito poderá ainda ser melhorado, em face de melhores conceitos sobre o assunto, porém, aqui está um pequeno subsídio do que nos pareceu essencial, compulsado em diversas leis, avisos e regulamentos e que procuramos estender a toda a classe a fim de beneficiar igualmente a todos.

O ÁLCOOL-MOTOR E A SUA SIGNIFICAÇÃO NA DEFESA NACIONAL

EXEMPLO ILUSTRATIVO DO QUE OCORREU NA ÚLTIMA GUERRA — PROVEITOSA PARA O PAÍS A PRODUÇÃO ALCOOLEIRA

A safra de 1952/53 constituiu uma nova demonstração da pujança da economia alcooleira em curso no país. Sob a direta orientação do Instituto do Açúcar e do Alcool, a produção atingiu, na última safra, o total mais elevado até aqui registrado. Foram fabricados nada menos de 229.542.853 litros de álcool de todos os tipos, no valor de 687.046 mil cruzeiros. Pode-se avaliar o que representam estes números, se o compararmos com os mais altos até então alcançados, justamente os da safra de 1951/52, quando o volume produzido foi da ordem de 170.362.503 litros, no valor de 449.179 cruzeiros.

O desenvolvimento da economia alcooleira há de ser inscrito entre os êxitos mais expressivos da política canavieira aplicada no Brasil. Isto fica bem claro, se tivermos presente que na safra de 1933/34, quando foi criado o I.A.A., a produção não chegou à casa dos 48 milhões de litros, com o valor de 37.605 mil cruzeiros. Como no mesmo período a produção de açúcar pulou menos de 10 milhões de sacos para mais de 30 milhões, verifica-se que o desenvolvimento alcooleiro não foi alcançado com prejuízo da fabricação de açúcar, o que se explica devido ao crescimento da produção de cana, graças à ampliação das lavouras e ao aperfeiçoamento dos métodos culturais.

Serve o álcool assim fabricado para usos numerosos na indústria nos transportes, domésticos, etc. Do ponto de vista da defesa nacional, quer o emprêgo para fins industriais, quer a utilização como carburante são fatores de inegável importância. Em relação à segunda aplicação, cabe ter presente que o álcool adicionado à gasolina forma o chamado álcool-

motor, hoje empregado no Brasil com êxito inegável. Em dado momento, durante a última guerra mundial, graças ao álcool que logramos fabricar, foi possível manter transportes de importância vital. Sem êle esses transportes teriam ficado paralisados, pois a importação de gasolina cairia de maneira vertical, em virtude das dificuldades decorrentes da guerra submarina.

Na safra de 1941/42, quando mais aguda se tornou a necessidade de carburante, a produção de álcool anidro destinado à mistura subiu à cifra máxima de quase 77 milhões de litros. Nessa época semelhante resultado só se tornou possível a uma política enérgica por parte do I.A.A., que concentrou na fabricação de álcool suprimentos enormes de matéria-prima, inclusive parte dos destinados à produção de açúcar, pois se tratava de um imperativo da segurança nacional queurgia atender prontamente.

Pois bem, na safra de 1952/53, a produção de álcool anidro somou 99.154.310 litros de álcool anidro, volume sensivelmente superior ao maior antes verificado. A orientação seguida pelo I.A.A. em sua política alcooleira permitiu chegar a êsse resultado sem prejudicar a produção de açúcar, a qual somou, como vimos, 30 milhões de sacos de açúcar usina. Houve, é certo, o Plano Nacional de Aguardente a constituir um reforço ponderável à fabricação de álcool anidro. Esse plano representa, por si só, uma demonstração do acerto da política seguida, visto que, graças a êle, parte da aguardente antes consumida como bebida é agora encaminhada à redistilação e posterior transformação em álcool anidro.

A fabricação do álcool-motor garante, desde logo, mercado dos mais atraentes para a produção alcooleira. De menos de 48 milhões de litros em 1935 a mistura somou 848 milhões em 1953. Neste último ano a mistura englobou 105 milhões de litros de álcool e 743 milhões de litros de gasolina. A percentagem de mistura foi, portanto, de 12,40 %, inferior a muitas outras verificadas em oportunidades anteriores. Esta circunstância serve para comprovar a tese de quão ilimitadas são as possibilidades de colocação compensadora da produção alcooleira. Mercado não falta; a questão é fabricar o álcool e misturá-lo à gasolina.

Para o país essa mistura é das mais interessantes. Em primeiro lugar, garante mercado para uma produção que remunera bem agricultores e industriais; em segundo lugar, oferece margem ponderável de economia de divisas. No ano de 1953 essa economia, correspondente ao valor a bordo no Brasil da gasolina substituída pelo álcool, subiu a 72 milhões de cruzeiros contra 32 milhões em 1952. Consideradas as dificuldades cambiais, não padece dúvida o acerto de semelhante política, tanto mais numa hora como a atual, em que o problema cambial se revela dos mais sérios.

Os planos elaborados pelo I.A.A. asseguram o desenvolvimento firme e regular da economia alcooleira. De ano para ano, as safras tendem a aumentar, sem comprometer a produção de açúcar, o que é de inegável importância. Novas destilarias surgem em pontos diversos do território nacional, determinando, por sua vez, o aparecimento de lavouras canavieiras para a produção da matéria-prima indispensável. O álcool produzido em tão larga escala passa a ser, dêsse modo, um fator de enriquecimento de vastas zonas produtoras, com reflexos diretos na elevação do padrão de vista regional.

FICHAS DE INSTRUÇÃO

Cap. CARLOS ANTONIO FIGUEIREDO

Ficha n. 2-46 (Formação — IBM)

Assunto: MARCHAS.

Título: Conduta a observar durante as marchas.

Referência: (Sessão não prevista pelo PP).

Tempo: 1 hora.

Fontes: C-22-5 — C-100-5 — Fichas da EMR — RSC — Fichas diversas.

Meios: Para todos os instruídos, o equipamento e armamento previsto para a 1ª marcha a executar.

Introdução (2 min):

Vimos, alguns dias atrás, o que é u'a marcha, que cuidados devemos tomar para fazer u'a marcha, etc. Hoje vamos aprender quais são os sinais convencionados para as marchas e como devemos agir a cada um deles.

Apresentação, Demonstração e Execução (48 min):

(Colocados os homens em formação, o instrutor irá explicando — se for o caso, demonstrando com um auxiliar — e passando depois à execução do seguinte):

1 — *Silvos de apito*: Um silvo longo, seguindo de um breve (*mostra*), significa: para quem está marchando, fazer "alto"; para quem está parado, rompimento de marcha. Lembrar que, vindo a tropa no passo sem cadência ou de estrada, antes do silvo longo para o alto, haverá outro, longo também, com o significado de "retomar o passo ordinário";

Dois silvos longos, quando a tropa está marchando em passo ordinário, significam: passo sem cadência;

Três silvos longos significam "passo de estrada". Explicar que, nesse passo, é permitido aos homens: cantar (conforme a hora e o local), conversar, fumar, mudar a arma de ombro. Chamar a atenção para o fato de que o canto, além de distrair e evitar o tédio, mantém a disposição da tropa; são porém vedadas as canções imorais ou que atentem contra os bons costumes, o respeito, etc.

No "passo de estrada", é proibido: transportar a arma atravessada no ombro, segurá-la pela bandoleira, apontá-la, apoiá-la no pescoço, etc.; são igualmente proibidas as brincadeiras de mau gosto: empurrões, chutes em latas e pedras, etc.

2 — *Formações*: Coluna por um, por dois ou por três: praticar a marcha passando de uma a outra dessas formações. Lembrar que, via de regra, adota-se a coluna por dois, uma de cada lado da estrada, deixando o centro livre, pois quase sempre as marchas são feitas em estradas.

3 — *Execução dos 'altos horários'*: Ao retomar o passo ordinário, já devem os homens reajustar as distâncias e intervalos, alinhando e cobrindo corretamente; ao sinal de "alto", tão pronto o execute, e independentemente de qualquer outra ordem, o homem desequipa, coloca a mochila à sua frente, apoiada na marmita, pausa de barraca junto aos pés, arma apoiada na mochila, cano para cima, alavanca de manejo para cima. Em

seguida deve sair da estrada: se a formação é por dois, para o lado em que vem marchando; se é por três, sai para a direita da estrada, salvo ordem em contrário, dada geralmente com antecedência.

4 — *No primeiro alto horário*: O homem deve reajustar a mochila, adaptando-a melhor ao corpo.

5 — *Após os altos horários*: A um silvo longo de apito, entrar imediatamente em forma, equipar, reajustar seu lugar no dispositivo, colocar a arma em bandoleira, retomar a posição de sentido e aguardar o sinal de "ordinário marche".

6 — *Sinal de "avião inimigo"*: Cada homem deve abandonar a estrada, deitar-se ou esconder-se sob arbustos e moitas ao lado da estrada, numa distância de cerca de trinta metros. Só se movimentar novamente ao sinal de "fim de perigo". Informar que os sinais são convencionados antes da marcha.

7 — *Ação de artificios iluminativos*: Dizer que à noite, espoucando um desses artificios, o homem pára, ajoelha-se, volta o rosto para baixo e fica imóvel até passar o perigo.

8 — *Ação de gases*: Ao sinal de "Alerta gás", retirar a máscara e colocá-la ao pescoço. (Essa ação só será ensinada caso os homens já tenham tido instrução referente à máscara contra gases, ou devam transportá-la na marcha a executar).

9 — *Passagem de viaturas*: Cerrar para a direita quando em coluna por três, ou deixar o centro livre quando por dois. Proibir os gracejos com os motoristas ou passageiros dos veículos encontrados.

10 — *Fim de alarme ou após a passagem de veículos*: Retomar rapidamente a formação, evitando o alongamento.

11 — *Medidas gerais*:

— Disciplina durante a marcha: conduta ao atravessar povoados, ou encontrar civis, especialmente mulheres; proibi-

ção de vozes de comando; não sair de seu lugar em forma, salvo com permissão e deixando o fuzil com um companheiro;

— Evitar os alongamentos, que forçam os da retaguarda a, de vez em quando, ter de correr para recuperar o atrazo;

— Normas padrão da Unidade ou Cia.: dizer se é permitido ou não retirar a cobertura, transportar o fuzil em "Ombro armas", levar rações particulares, etc.

Resumo: Desnecessário.

Verificação e crítica:

Serão feitas durante a execução, corrigindo as falhas e observando os homens quanto ao rendimento da instrução.

OBSERVAÇÕES:

1 — As mesmas que foram feitas na Ficha n. 1-46.

2 — Mantivemos, em obediência ao C-22-5, a prescrição de voltar a alavanca de manêjo para cima, quando o fuzil repousa sobre a mochila; a nosso ver, entretanto, seria preferível voltá-la para baixo, de maneira semelhante à colocação da arma sobre o solo.

3 — Julgamos conveniente destacar bem o terceiro silvo de apito, dando-lhe mais energia que aos outros dois, quando se iniciar o passo de estrada: caracterizará melhor o momento exato em que a tropa deverá gritar o tradicional "Boa"!

4 — O treinamento, aqui ensinado, visa apenas a permitir a execução da primeira marcha sem hesitações e confusões; pode ser feito, assim, em pequeno espaço de terreno, bastando que os homens pratiquem tudo que lhes será ordenado durante a marcha a executar.

5 — Além da arrumação da mochila (julgamos mais prático o processo de colocação das estacas adotado na Escola Militar, com as pontas para cima e reunidas pela maior

superfície, que o regulamentar), deve ser especificado o material que os homens devem levar nas marchas, inclusive exigir: agulha, linha, botões, toalha, sabonete, material de barba (para os que se barbeiem), escôva e pasta de dentes, etc.

Ficha n. 346 (Formação — IBM)

Assunto: MARCHAS, BIVAUQUES E ACAMPAMENTOS.

Título: Estacionamentos.

Referência: (Sessão não prevista nos PP).

Tempo: 1 hora.

Fontes: C-100-5 — RSC — Fichas diversas.

Meios: Um quadro mural — Uma tabuleta: "Água para beber".

Introdução (3 min):

Executamos, no dia... a nossa primeira marcha. Vocês devem ter notado que andamos duas horas sem fazer paradas, a não ser os altos horários.

Há, porém, certas situações em que a tropa se desloca e em seguida faz uma parada, num determinado lugar, fora do quartel. Essa tropa faz, assim, um... (Mural): **ESTACIONAMENTO**.

A sessão de hoje servirá para que vocês saibam o que é um estacionamento, quais são os tipos de estacionamento que existem e o que devemos fazer em cada um deles.

Apresentação (35 min):

A palavra *estacionamento*, vem, naturalmente, de "estação" e nos dá idéia de parada, tal como as estações das estradas de ferro; é, assim, fácil de ser guardada.

Quando terminamos a etapa de marcha de um dia, e fazemos uma parada, estamos estacionando. O estacionamento pode ser feito de três maneiras: a primeira delas é empregada quando o tempo está firme, a temperatura boa, enfim: quando podemos dormir ao relento, apenas enrolados nas mantas, sobre o chão, ou alguma "cama" improvisada:

palha, folhagem, etc. Essa forma é chamada... (Mural: **BIVAUQUE**).

O bivaque é empregado nas condições que vimos; oferece rapidez de instalação e não requer quase tempo nenhum para ser deixado. É inconveniente, contudo, para muito tempo, pois não oferece proteção contra as chuvas, o frio, e além disso, cansa o homem. Tem muita segurança, pois cada homem pode ficar perfeitamente escondido numa moita, sob uma árvore, etc., sem que ninguém dê pela coisa.

Quando vamos parar alguns dias, é preferível empregar a segunda forma de estacionamento: o... (Mural: **ACAMPAMENTO**).

Quando acampamos, armamos as nossas barracas (já vimos como se faz isso) e obtemos, com elas, maior proteção contra a chuva e o frio. Em combate, geralmente, as barracas são dispersadas pelo terreno a ocupar, aproveitando as cobertas existentes; em tempo de paz, entretanto, geralmente as barracas obedecem à cobertura e alinhamento, ficando o pessoal agrupado por GC, Pelotão, etc. Isso facilita entrar em forma, as chamadas, as revistas, etc.

Num acampamento, constroem-se logo instalações de higiene — também já vimos quais são —, de rancho, estabelecem-se postos de sentinela, etc. É como se a gente estivesse no quartel; apenas o alojamento é substituído por uma casinha de parades de lona...

Um cuidado que devemos ter presente, ao armar uma barraca, é não virar sua entrada para o lado do vento, pois acontece — o que é mesmo que acontece, "seu" 815?... (Reposta). Não é nada disso, rapaz. Você está é quase dormindo aí. Vá lavar o rosto e fique em pé para espantar esse sono.

Quem sabe por que a frente da barraca não deve ficar para o lado do vento?... (Respostas). Certo. A direção do vento é geralmente a mesma da chuva.

Num acampamento, o fuzil é deixado sobre duas forquilhas, acima do chão, ou amarrado, pela bandoleira, ao pau da barraca; neste

caso, é conveniente cobri-lo com o capacete, e não esquecer o guarda-fêcho. Quando chove, o fuzil fica dentro da barraca.

É permitida a construção de giraus; uns paus, umas forquilha, umas folhas, e pronto! temos um ótimo colchão de molas marca ventania...

O terceiro tipo de estacionamento é aquele em que a tropa ocupa prédios numa cidade: escolas, depósitos, galpões, etc., Isso se chama... (Mural: ACANTONAMENTO).

Num acantonamento, quase nada é preciso construir; o maior cuidado reside no trato com os moradores da povoação ou da casa que ocupamos. Tôda a educação é pouca; devemos evitar pedidos, queixas, alterar a vida dos habitantes, mexer com as moças e mulheres, etc.

Num acantonamento, geralmente a tropa fica alojada por frações: uma casa é de um GC, ou Pel, etc. Em certos casos, cada casa recebe dois, três soldados, conforme as possibilidades.

Aí estão as formas principais de estacionamento. Vamos repetir, para gravar bem, os seus nomes.

(Todos repetem, em conjunto: **BIVAQUE — ACAMPAMENTO — ACANTONAMENTO**)

Há mais um tipo: é o... (Mural: **AQUARTELAMENTO**), quando a tropa ocupa um quartel deixado por outra tropa. As condições, aí, são as mesmas do nosso próprio quartel, e a vida idêntica. Todos sabem, de sobra, o que teriam a fazer num caso desses. Esse tipo não se reúne aos outros três por não ser, em geral, usado quando combatemos, enquanto os outros três tipos podem ser usados nessas condições.

Há ainda as formas mistas: parte da tropa bivaca, parte acampa ou mesmo acantona; para cada caso, as condições são as mesmas que vimos para as formas isoladas.

Resta fazer uma referência especial ao... (Mural: **ACANTONA-**

MENTO DE ALERTA). Este é o nome que damos a um acantonamento onde há a possibilidade de utilizar a tropa em qualquer emergência com rapidez: os homens só ocupam os andares térreos — sabe o que é isso, 789?... (Resposta). Sim, o andar térreo é a parte das casas, que têm mais de um andar, que fica no chão. Pois é esta a única parte que podemos ocupar num acantonamento de alerta. Além disso, dormimos uniformizados, a vigilância normal é aumentada, as portas ficam abertas, etc.

Em qualquer estacionamento, devemos sempre conhecer:

1 — Local onde estão o Cmt. Cia., Cmt. Pel. Sargenteante, Subtenente e ainda o comandante do nosso GC;

2 — Locais de formatura para chamadas, rancho, etc.;

3 — Onde ficam as latrinas, as fossas de detritos, os mictórios, não se deve satisfazer nenhuma necessidade a não ser nas latrinas e mictórios. Vocês já sabem as consequências dessa falta de higiene. Depois de usar as privadas, o soldado deve jogar dentro um pouco de cal ou terra, para evitar o mau cheiro e as moscas. Nos bivaques, como a situação é temporária, pode-se satisfazer as necessidades em qualquer lugar, tendo apenas o cuidado de recobrir as fezes com terra; deve-se cavar, antes, buracos.

Além disso, devemos sempre nos lembrar que:

1 — Ao deixar o estacionamento, a tropa limpa tôda a zona ocupada; os papéis são queimados, as latas enterradas, as escavações entupidas, etc. Essas medidas tanto são de higiene como de segurança, caso o inimigo venha depois a ocupar o mesmo local.

2 — Só se deve beber a água verificada; qualquer estacionamento fica cheio de tabuletas como esta aqui... (Mostra a tabuleta: "Água para beber"). Indica-se, assim, o local de rancho, as latrinas, a água para banho, etc.

3 — O uniforme é o determinado pela Cmt. Cia.

4 — Os sinais de respeito são os mesmos que no quartel.

5 — Embora vivendo no campo, devemos ter a nossa conduta mais ou menos como a temos no Quartel: ordem, limpeza, evitar discussões, conversas após o toque de silêncio, relaxamento no uniforme, no serviço, etc. A vida militar é sempre a mesma, no quartel ou no campo.

Resumo (7 min):

(Repassar os pontos principais: denominações, emprêgo, comparar as diversas formas de estacionamento quanto a segurança e conforto, facilidade de instalação e lembrar as prescrições gerais).

Verificação e crítica (5 min):

1 — Quais as formas de estacionamento que você conhece?

2 — Como devemos proceder num bivaque?

3 — Presta-se continência num acampamento?

4 — Diga três coisas que devemos observar num estacionamento?

5 — Que se faz ao deixar um estacionamento?

OBSERVAÇÕES:

1 — Das fontes consultadas, apenas as fichas da AMAN fazem referência ao "aquartelamento provisório" como forma de estacionamento; julgamos aceitável e mantivemos tal denominação, embora distinguindo-a das demais.

2 — Esta sessão não é prevista pelo PP. Julgamos que deva ser dada, aproveitando-se, se não houver outro horário, os tempos à disposição do comando, os dias de tiro, etc.

Ficha n. 446 (Formação — IBM)

Assunto: MARCHAS, BIVAKES e ACAMPAMENTOS.

Título: Marchas (execução).

Referência: PP 21-1 (3ª parte) — Ass. 46 — Sess. 1, 2, 3 e 4.

Tempo: 20 horas.

Fontes: C-22-5 — C-100-5 — Fichas diversas

Meios:

OBSERVAÇÕES:

Estudada a parte teórica das marchas, e feito um "ensaio", acreditamos que sejam poucas as dificuldades que poderão surgir quando da execução das marchas. Devemos, porém, fazer as seguintes considerações sobre as marchas:

1 — Deve ser feita uma previsão da "situação" em que se passará a marcha: aparecimento de aviões, lançamento de agentes químicos, etc. Essas medidas, especialmente na última marcha (24 km), tornarão aplicáveis os ensinamentos ministrados nas sessões de instrução. As Unidades cujos campos de instrução sejam distantes, poderão aproveitar as ocasiões em que se deslocam, para esses treinamentos; assim, as marchas terão apenas o caráter de treinamento físico e moral.

2 — É conveniente fixar, desde o início, as NPA do RI ou da Cia., referentes às marchas: local dos Cmt. Pel., formações adotadas, conduta nos estacionamentos, serviço e vida geral nos mesmos, conduta durante as marchas, etc. Tais medidas eliminam os efeitos perniciosos da improvisação.

3 — A Cia. deverá construir, com antecedência, o material necessário aos seus estacionamentos: tabuletas, instalações de rancho, mictórios, etc. A instrução poderá ser dada com antecedência, aproveitando-se o primeiro acampamento para execução integral dos diversos trabalhos, já em caráter de aplicação.

4 — O equipamento e o material a transportar em cada marcha poderá ir sendo aumentado gradualmente, até atingir, afinal, a carga que o soldado leva às costas; nas duas primeiras marchas, julgamos mais conveniente que a mochila vá vazia. O treinamento irá se tor-

nando progressivamente mais intenso, exigindo maiores esforços e maior resistência.

5 — Todas as marchas deverão ser anotadas num caderno, com detalhes de interesse de futuros Cmt. Cia. : data, quilômetros percorridos, tempo gasto, condições atmosféricas (sol, calor, frio, chuva, nuvens, etc.), estropiados, equipamento levado (especificar todas as peças) — itinerários percorridos — efetivo, faltas (discriminar), e seus motivos, casos de indisciplina, acidentes, etc.

6 — O tempo computado para a marcha PP 21-1 (3ª parte) para a marcha de 16 km noturna (6ª semana), nosso ver, pode reverter em benefício das sessões não previstas (chamadas ns. 1, 2 e 3-46). Sendo a marcha noturna, o tempo útil gasto dentro do expediente, é apenas da preparação, que não requer muito tempo, desde que essa é a 3ª marcha feita pelos instruídos. J. gamos suficiente o prazo de uma hora, revertendo três para aquelas sessões.

(Continua)

AVISO AOS SRS. ANUNCIANTES

Tendo chegado ao conhecimento da Diretoria da "A DEFESA NACIONAL" que alguns agenciadores desta revista, a fim de angariar anúncios, têm mencionado o nome de seu atual Diretor-Presidente, General JUAREZ DO NASCIMENTO FERNANDES TÁVORA, tornamos público a desautorização, para tanto, do uso do nome do General JUAREZ ou de outro qualquer Diretor. E, ainda, desejo nosso que qualquer firma ou estabelecimento só autorize anúncios para esta revista, em consequência do crédito ou interesse de publicidade que a mesma mereça, independentemente de influências pessoais de seus Diretores ou de outras ligadas a funções que, por ventura, de momento, exerçam na vida pública.

Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A.

Agência do Rio de Janeiro

RUA VISCONDE DE INHAÚMA, 134-C — CAIXA POSTAL, 1239

END. TEL. "RIOINCO"

Gerência, 23-0556 — Subgerência, 43-1112

Contadoria, 23-2329 — Cobranças, 43-9780

RIO DE JANEIRO

ABRA UMA CONTA NO "INCO" E PAGUE COM CHEQUE

(N. 6)

A IMPORTÂNCIA DO SERVIÇO ESPECIAL

1º Ten. VIRGILIO DA VEIGA, Instrutor
da EsEFE

Nosso Exército começa a sentir a necessidade do Serviço Especial. A publicação do C-21-205 é um sintoma e a criação do Oficial do Serviço Especial nos efetivos dos Corpos de Tropa, uma confirmação.

Depois que as leis trabalhistas estabeleceram o direito ao repouso semanal remunerado, às férias anuais e à limitação das horas de trabalho, os Estados Modernos passaram a contar com uma nova preocupação: a do preenchimento dos lares dos seus trabalhadores, orientando sua recreação, a fim de afastá-los da exploração de doutrinas extremistas.

Alarmados com os efeitos da "contra-informação", aplicada pelos nazistas no último conflito mundial, os Exércitos Aliados não puderam deixar de levar também em consideração esse problema e de sentir a necessidade da criação de um Serviço que centralizasse todos os meios materiais e psicológicos capazes de salvaguardar o moral da tropa e de orientar suas horas de folga, de modo a afastá-los dos malefícios da ociosidade.

Em tempo de paz, a função do Serviço Especial não decresce de importância. O perigo da ação dos ideologismos nocivos permanece. O soldado não pode manter-se alheio ao descontentamento social de nossos dias. A ordem-unida não tira, do soldado, sua capacidade de pensar.

O Serviço Militar, atualmente, encontra o nosso soldado ainda numa idade de transição, entre a adolescência e a maturidade, exposto aos vícios, na encruzilhada de vá-

rios caminhos, suscetível de ser facilmente levado por qualquer um deles. Isto, se por um lado, constitui um perigo, por outro lado, apresenta uma grande vantagem, porquanto a sua mentalidade poderá, também, ser facilmente moldada em benefício do Exército. A instrução técnico-militar dar-lhe-á a consciência de suas obrigações de soldado, lhe dará a sua formação militar. Mas isso não é tudo. É preciso que ele se sinta satisfeito com a sua condição de soldado e é aí que a ação do Serviço Especial se fará sentir. O soldado é apenas um civil, a quem o Estado impõe o uso da farda. Suas necessidades são as mesmas. Trabalhar, repousar, divertir-se e ganhar o suficiente para satisfazer suas necessidades de aquisição, são aspirações primitivas de todo ser humano. Do mesmo modo que é obrigação do Exército orientar o trabalho do soldado, a orientação de suas diversões não é menos importante, a fim de que elas não venham a prejudicar esse trabalho.

Por tudo isso, os Exércitos Modernos não podem prescindir, hoje, de um Serviço Especial bem organizado e bem orientado. Na China Nacionalista, "Unidades de Política" utilizam o Serviço Especial com a finalidade intrínseca de manter o Exército da Ilha Formosa protegido da infiltração dos ideais do continente chinês. O Exército Americano possui, também, na sua organização, Unidades do Serviço Especial, que, com seções de atletismo, explorando os desportos, seções de diversões, explorando o rádio, o teatro e a televisão, seções

de informação e educação, explorando o livro e a música e seções de cantina e agência de câmbio, explorando o estômago e o poder de aquisição do soldado além de suas fronteiras, conseguem desfazer a tensão psicológica que a dúvida sobre as limitações do poder soviético é capaz de produzir no moral de seus soldados. Tais Unidades Especializadas, percorrendo as diferentes frações de tropa situadas na zona de ação, orientando e incentivando sua recreação, completam a ação do Oficial do Serviço Especial.

No nosso Exército, enquanto não são criadas tais Unidades Especializadas, o Serviço Especial está sob

a responsabilidade única do Oficial do Serviço Especial. De seu entusiasmo, da importância que ele dá ao seu trabalho, de sua dedicação, depende a eficiência de sua aplicação. O T-21-205 é o seu guia e o pessoal de sua Unidade, seus auxiliares. É preciso que ele tenha sempre em mente que "a ociosidade é a origem de todos os vícios". A importância do Serviço Especial, quer como auxiliar na manutenção da disciplina, quer na elevação do moral da tropa, quer como meio para melhor integrar o soldado na vida militar, pode ser sintetizada nesse provérbio, que só agora vem sendo considerado em toda a sua essência.

Livros à venda nesta Redação

	Cr\$
Formulário do Contador — Capitão José Sales.....	5,00
História do Brasil no Reg. Colonial — Major A.A. Souza Ferreira.....	20,00
História Militar Geral — General Pedro Cordolino.....	300,00
Intendência em Campanha — Major José Sales.....	35,00
Instrução na Cavalaria — Coronel José Horacio Garcia.....	5,00
Inst. e Observação nos Corpos de Tropa — Coronel Armando B. Gonçalves.....	9,00
Instrução de Morteiros — Major Euro L. Martins.....	8,00
Informações Militares — Coronel Idalio Sardenberg.....	45,00
Instrução Militar Moderna.....	45,00
Justiça Militar — Coronel Niso de Viana Montezuma.....	20,00
Lança-Rojão — Capitão Gustavo Lisboa Braga.....	7,00
Metralhadora P.50 — Capitão Gustavo L. Braga.....	20,00
Metralhadora P.30 — Capitão L. Braga.....	20,00
Morteiro de Gutemberg.....	10,00
Manual de Socorrista de Guerra — Raul Briquet.....	20,00
Monumentos Nacionais. Sta. Cat. e Sergipe — Coronel J.B. Matos.....	25,00
Noções Elementares do Tráfego — Coronel Mourão Filho.....	10,00
Noções de Eletricidade — Capitão José M. Oliveira.....	30,00
Noções Topografia Campanha — General Paes de Andrade....	12,00
Narrativas auto biográficas — General Bertoldo Klinger.....	25,00
Ortografia Simplificada — General Bertoldo Klinger.....	20,00
O Exército Alemão — Tradução do Coronel Leony O. Machado	25,00
O Fenômeno Militar Russo — Coronel J.B. Magalhães.....	30,00



PROBLEMAS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Prof. ARTHUR E. BURNS

(Transcrito da Revista Brasileira de Economia,
de Set 53)

III — O crescimento econômico do Japão

Torna-se difícil o desenvolvimento econômico nos países cujos padrões econômicos e sociais foram estabelecidos já há muito tempo, pois, como os ovos empregados para fazer uma omelette, estes terão de ser quebrados primeiro. A industrialização da Grã-Bretanha evidentemente modificou aquela ilha; destruiu ou transformou indústrias velhas, ao mesmo tempo que criava novas, acompanhando este processo com a introdução de transcendentes alterações sociológicas. Nasceu assim a classe de trabalhadores industriais que, com o decorrer do tempo, se tornou uma nova força política. As modificações sociais foram de menor importância nos Estados Unidos no que diz respeito ao seu crescimento. Sendo um país novo, eram poucas as tradições sociais estabelecidas e portanto essa estratificação social não constituía tão sério problema naquele país. A transformação eco-

nômica, porém, foi enorme, pois de país agrícola tornou-se uma nação industrial. A Alemanha e o Japão foram afetados por mudanças estruturais radicais durante a sua fase de industrialização.

O exame pormenorizado dos problemas de crescimento nestes países seria de grande interesse para os países atualmente em fase de desenvolvimento. Naturalmente, muito se tem feito no campo da pesquisa, na maioria dos grandes países industrializados. As características e os problemas da expansão econômica nesses países têm sido cuidadosamente estudados. Mas, falta ainda muito no campo de interpretação, à luz dos problemas que existem no Brasil e em outros países que estão crescendo, atualmente.

De um modo geral, todos os países seguem o mesmo caminho durante a sua fase de crescimento. A formação de capitais, a evolução de um grupo de empresários e de outro que vive de seus salários, a relativa decadência da agricultura,

as mudanças na distribuição da população trabalhadora, a urbanização, tudo isso é consequência do processo de crescimento econômico, assim como a inflação e os problemas da balança de pagamentos.

Há, naturalmente, grandes diferenças entre os problemas do crescimento nos diversos países. Por exemplo, requer-se uma solução diversa no caso de excesso de população numa região, em contraste com áreas escassamente povoadas, onde os problemas. A natureza dos recursos resulta em distintos padrões de expansão e limita as perspectivas de crescimento. Mórmente, a estrutura das relações econômicas internacionais também influencia a orientação do desenvolvimento. O caso atual da economia mundial, com a desintegração do mercado internacional de capitais, as restrições ao câmbio livre, a instabilidade das suas taxas levantam obstáculos sérios à expansão e deve-se notar que, há cinquenta ou cem anos passados, estas dificuldades não existiam.

É provavelmente exagerada a ênfase que se tem dado aos "problemas" e às "dificuldades" do desenvolvimento econômico, pois estes são comuns ao crescimento por se em qualquer país industrializado. Antigamente, prestava-se menos atenção a estas dificuldades por uma série de motivos: não havia, como atualmente há, um corpo de especialistas internacionais dedicados ao seu estudo. O desenvolvimento ainda não se havia transformado em "política" — acontecia mais ou menos naturalmente. Se um país como o Japão, por exemplo, resolvesse adotar uma política de expansão, somente seus credores se preocupariam das possibilidades futuras. Atualmente, porém, o Banco Internacional, a ONU e as diversas organizações pertencentes ao Governo dos Estados Unidos assumem uma atitude paternal com respeito ao assunto. Ademais, outrora o desenvolvimento era apenas um problema comercial prático; hoje em dia é uma vasta aventura sociológica, de origem es-

trangeira na maioria dos casos. E nestes casos, a necessidade, o desejo mesmo de modernização não provém de dentro do país — vêm de fora. E isso dá lugar a problemas.

Princípios da Modernização Japonesa — O Japão nos oferece um exemplo interessante, ao mesmo tempo que instrutivo, no que diz respeito à questão do desenvolvimento e o meio de realizá-lo. As suas bases foram lançadas durante a geração anterior à guerra entre esse país e a China, na última década do século passado. Transformações no setor político entregaram maior poder ao grupo que mais tarde seria destinado a assumir a liderança industrial e política do Japão moderno. Com exceção de alguns empréstimos de origem estrangeira, efetuados no período de 1870-80, a primeira fase da modernização japonesa foi financiada por fontes internas. Antes da guerra contra a China, o Japão dispunha de um balanço comercial favorável, proveniente principalmente da exportação de matérias-primas. Ao mesmo tempo, financiava seu próprio programa de assistência técnica, enviando seus especialistas ao estrangeiro para se aperfeiçoarem e convidando técnicos estrangeiros a visitar o Japão. O seu crescimento industrial era modesto, mas seguro, e financiado inteiramente pela poupança nacional.

Após a vitória sobre a China, o ritmo do desenvolvimento industrial japonês foi acelerado. Só então começou a depender de capitais estrangeiros, obtidos principalmente por meio de empréstimos governamentais, cujo valor total era quase equivalente ao déficit no orçamento do Governo Imperial. Com essa exceção, toda a expansão posterior deve-se a fontes internas de capital.

O rápido desenvolvimento industrial japonês pode ser atribuído a diferentes causas:

1. Empenhou-se o Japão em pequenas e vitoriosas guerras contra a China e a Rússia e tirou grande proveito da sua participação na

Primeira Guerra Mundial. Estas guerras trouxeram-lhe fortes indenizações; novos territórios e concessões estrangeiras de extraordinário valor, de modo que as hostilidades lhe serviam de estímulo, mas não lhe esgotavam as forças.

2. Da classe constituída pelos tradicionais líderes japoneses surgiu um grupo limitado de homens trabalhadores e sóbrios, com grande talento organizador. Foram cognominados "os puritanos orientais" por certos historiadores. Estas famílias impunham aos seus membros uma disciplina que quicá não tenha sido igualada por qualquer outro grupo. A perversidade e a incompetência conduziam à expulsão do seio da família. Jovens de quem se tinham grandes esperanças eram adotados pelas principais famílias, a fim de auxiliar na execução da tarefa que se tinham imposto. O sistema familiar obrigava-os a uma firmeza, uma eficiência e uma persistência que dificilmente podem ser emulados por qualquer outra nação.

3. Apesar de já ser densamente povoado, o Japão aumentou ainda mais a sua população durante a expansão industrial. Esta abundante e diligente fonte de mão-de-obra barata contribuiu muito para o êxito do crescimento econômico.

4. Os japoneses mostraram ter um talento extraordinário para a imitação e a adaptabilidade tecnológica, se bem que contribuíram pouco de original em si mesmo, que tivesse grande importância. Realmente, pode-se mesmo dizer que, do ponto de vista tecnológico, estavam um tanto atrasados. Comparada com a norte-americana, sua indústria é relativamente pequena em escala. O baixo preço da mão-de-obra foi em grande parte responsável por este fenómeno. Mas, ao mesmo tempo, os salários baixos permitiram que o Japão concorresse satisfatoriamente em muitos setores com os países cujo nível tecnológico era bastante superior.

5. Perdurou ali uma inflação moderada de 1895 até a Primeira Guerra Mundial, sendo que o seu ritmo anual era de mais ou menos

2,5%. Este processo inflacionário contribuiu para facilitar a introdução das modificações estruturais que se tornavam necessárias na economia japonesa, evitando que se desenvolvesse um excesso de atividade de natureza especuladora. Através todo esse período, observava-se um desequilíbrio persistente em quase todos os setores da economia, sendo que de um modo geral a procura era superior à oferta. As inversões de capital e a despesa governamental não eram equilibradas pela poupança e a renda tributária, mas sua pressão era amenizada pela corrente de capital estrangeiro que afluía ao país.

6. A política governamental contribuiu grandemente à modernização do Japão. Em retrospecto, dir-se-ia que a política foi elaborada com suma destreza, exclusivamente com vistas ao desenvolvimento econômico. O Governo criou um sistema bancário moderno, dentro do qual existiam bancos de desenvolvimento. Concedia isenções tributárias e subvencionava as indústrias consideradas essenciais ao crescimento, a longo prazo. Programas de aperfeiçoamento técnico foram elaborados com vistas às exigências da indústria moderna. A fim de melhorar as condições do mercado, o governo japonês criou e estimulou as atividades de associações para o desenvolvimento do comércio exterior e reuniu dados mercantis em grande escala para auxiliar a indústria e o comércio nacionais.

Por meio de restrições às atividades sindicais, e por outras medidas semelhantes, o governo impediu o aumento normal de salários, característicos de uma economia em franco desenvolvimento. Apesar destas medidas, porém, os salários reais aumentaram, mas não em proporção com a produção nacional, restringindo-se assim o consumo. Reduziu-se simultaneamente a pressão sobre o balanço de pagamentos e uma crescente proporção da produção nacional pôde ser utilizada para fins de formação de capital. O governo dirigiu uma campanha visando aumentar a poupança

ça por parte daquêles que tiravam proveito da política de salários baixos, a qual por sua vez representava um contraste marcado com as doutrinas mercantilistas. Nem por isso, verificamos que contribuiu de um modo impressionante para a formação de substâncias capitais.

O governo imiscuiu-se em muitas atividades. Não tardou em nacionalizar estradas de ferro e em seguida modernizá-las consideravelmente. Construiu usinas siderúrgicas e outras fábricas de indústria pesada. Não raramente, estas eram arrendadas ou vendidas a interesses particulares, mais tarde. As relações íntimas entre as grandes famílias de industrialistas e banqueiros e o governo facilitaram a formulação da política de desenvolvimento. No tocante ao crescimento econômico, os interesses particulares e públicos coincidiam nas suas aspirações. Mas é claro que a massa da população lucrava pouco com êsse entendimento. Não resta dúvida, porém, que uma política que se preocupasse com o bem-estar e melhores condições de vida haveria diminuído o ritmo de crescimento econômico.

Nessa fase de desenvolvimento acelerado, isto é, em 1895 até a Primeira Guerra Mundial, o Japão acusava um déficit persistente no seu Balanço de Pagamentos, cuja média era de aproximadamente cem milhões de *yen* anualmente, o que representava mais ou menos a sexta parte da sua importação. O financiamento dêste déficit de dois bilhões de *yen* através o intervalo acima mencionado foi realizado da seguinte forma:

Inversões estrangeiras diretas	5%
Lançamento de títulos de sociedades anônimas japonesas no estrangeiro.....	10%
Indenizações de guerra.....	15%
Empréstimos feitos pelo governo no estrangeiro.....	70%

A importância do financiamento oficial é um dos rasgos mais interessantes do crescimento econômico japonês. Existiam vários mo-

tivos que determinaram a preferência por êste método.

Em primeiro lugar, permitia que o Japão obtivesse fundos estrangeiros a uma taxa muito favorável. Os juros dos títulos oficiais variavam entre 4% e 5%, enquanto que o financiamento particular daria lugar a uma taxa consideravelmente maior, conforme averiguamos pelos rendimentos pagos às corporações que efetuavam inversões diretas e pagavam dividendos aos acionistas estrangeiros. As inversões diretas chegavam a produzir uma renda de 20% e os acionistas estrangeiros percebiam aproximadamente 10%. A carga das remessas no balanço de pagamentos foi consideravelmente aliviada pelo fato do governo encarregar-se de grande parte dos empréstimos de capital estrangeiro.

Este meio de obter capitais estrangeiros foi também escolhido em vista do desejo de reduzir ao mínimo a influência estrangeira sobre a economia nacional. Visando êste objetivo, promulgaram-se leis proibindo a posse de terra por estrangeiros. Dêste modo, o governo foi quase que obrigado a realizar o financiamento por intermédio da emissão de títulos. Momento, já que o governo era responsável pela obtenção dos capitais estrangeiros, podia controlar sua utilização eficientemente, e para êste fim adotou taxas preferenciais em vez de restringir o câmbio.

A importância dos capitais estrangeiros torna-se evidente quando verificamos que sua média anual era equivalente à metade do aumento médio anual de 6% registrado na produção global durante o período examinado. Ao mesmo tempo, os empréstimos oficiais obtidos no estrangeiro correspondiam aproximadamente ao déficit de orçamento, o qual era persistente. Na realidade, financiava-se o déficit orçamentário recorrendo a fontes estrangeiras. A expansão industrial, ao contrário, foi financiada quase que exclusivamente por intermédio da poupança nacional. Com o decorrer do tempo, a pressão do volume das obrigações provenientes

dos empréstimos estrangeiros sobre o balanço de pagamentos aumentava de modo que ao terminar o período, uma parte considerável da renda anual dos ditos empréstimos era absorvida pelos respectivos juros.

Realmente o crescimento econômico do Japão veio a constituir uma pesada carga sobre o seu balanço de pagamentos, a qual só pôde ser atenuada pelos empréstimos oficiais. O aumento rápido da sua renda nacional deu lugar a uma alta propensão para importar, a qual, porém, não se devia à importação de bens de consumo, já que o volume desta tendeu a diminuir relativamente durante este intervalo, assim como também se reduzem as importações de bens de capital. Em contraste, aumentava a proporção das importações de matérias-primas à medida que crescia a produção manufatureira com o intuito de fornecer bens de capital para fins de desenvolvimento, assim como artigos de consumo e uma crescente corrente de exportação de produtos manufaturados.

Resumo — Os esforços feitos pelo Japão no sentido de industrialização foram coroados de pleno êxito. As bases fundamentais foram estabelecidas durante o período anterior à guerra contra a China e sem recurso ao auxílio de capitais estrangeiros. A fase de desenvolvi-

mento acelerado, isto é, de 1895 até 1914, deu lugar a um persistente déficit no balanço de pagamentos, o qual foi quase totalmente coberto por meio de empréstimos oficiais japoneses.

A economia japonesa cresceu, apesar de certas dificuldades de grande envergadura. O reduzido território nacional, a escassez de recursos naturais e o ambiente feudal pouco se prestavam à industrialização. Estes obstáculos, porém, foram superados por meio de árduos trabalhos, notável talento organizador, sobriedade, um grande espírito empreendedor e a adoção de uma política de estímulo a longo prazo por parte do governo. Tinha o Japão também certas vantagens que não possuem os governos modernos de países que estão desenvolvendo atualmente. Sua fase de crescimento coincidiu com o fim de um século de expansão econômica mundial e um período relativamente tranqüilo nas relações políticas internacionais. Estava bem organizado o mercado internacional de capitais e pôde assim oferecer imediatamente ao Japão as quantias de que necessitava. Tanto o comércio como o Governo puderam dedicar-se à tarefa de desenvolvimento sem as distrações e as dificuldades criadas por constantes crises — ou melhor uma crise contínua — conforme temos no mundo de hoje.

IREG S.A.

QUÍMICA E PLÁSTICA — INDUSTRIAL COMERCIAL

PRODUTOS FABRICADOS COM LICENÇA DE:

EAGLE CHEMICAL PRODUCTS CORPORATION NEW-YORK

EE.UU.: 95 MADISON AVE — OREGON 9-0540 — NEW YORK 15, N.Y.

AV. RIO BRANCO, 81-70 — TELS. 43-8130 E 43-9198 — P.O. BOX 4820
RIO DE JANEIRO

ARGENTINA: SULPACHA 512 — T.E. 32.7548 — BUENOS AIRES

O HERÓI NEGRO DO REGIMENTO TIRADENTES

Citação de Combate :

"5º Exército (Norte Americano) — Teatro de Operações da Itália —
Fôrça Expedicionária Brasileira.

SOLDADO SERGIO PEREIRA

(11º R.I.)

Várias tentativas se fizeram para reconduzir às nossas linhas o Capitão JOÃO TARCISIO BUENO, Comandante da 1ª Companhia do 11º Regimento de Infantaria, gravemente ferido. Em local tão perigoso batido facilmente pelo inimigo, essas tentativas frustraram e as patrulhas organizadas regressaram sem o ferido. Na madrugada do dia seguinte ao do combate, silenciosamente, sozinho, parte o SOLDADO SERGIO PEREIRA à procura de seu Comandante de Companhia, ordenança que era, do Capitão BUENO, havia apenas poucos dias. Parte e volta transportando o Oficial ferido até um ponto onde pudesse ele ter assistência. Mais que a dedicação pessoal, vejo nêsse gesto nobre do SOLDADO SERGIO, a dedicação de subordinado pelo seu superior, qualidade primacial na tropa, para que o seu esforço atinja o objetivo máximo. É um magnífico exemplo de dedicação ao Chefe, que tenho a mais grata satisfação de apontar à FEB — (Em 14 Dez 44) — Gen. Mascarenhas de Moraes, Comandante em Chefe."

E quando o Tenente-General L.K. TRUSCOTT, do 5º Exército, entregou-lhe pessoalmente a ESTRELA DE BRONZE, dos Estados Unidos da América do Norte, assinalou: "por conduta heróica em ação e cheia de desprendimento, através de um fogo extremamente forte, o SOLDADO SERGIO constitui um exemplo das altas tradições das forças aliadas".

Dez anos são passados, mas todos aqueles companheiros de tantas jornadas jamais foram esquecidos. Eis porque a Casa Neno hoje dirigida também por um ex-combatente, faz questão de servir realmente a todos os que, da ativa ou da reserva, a honrarem com a sua visita, num dos endereços abaixo :

Rua Sete de Setembro, 145 — Tel. 43-2215 e 43-9134 (Matriz)

Rua Buenos Aires, 151 — Sobrado — Tel. 43-7778

Avenida Passos esquina Presidente Vargas — "Esquina da
Casa Neno" — Tel. 43-6905

Rua República do Líbano, 7 — Tel. 22-4590

Em Madureira : Rua Maria Freitas, 110 (loja própria)

Em Niterói : Rua da Conceição, 47

Na Penha : Largo da Penha, 59-C.

Rádios, Geladeiras, Televisão, Planos, Líquidificadores, Ferros de engomar, Toca-discos, Enceradeiras, Ventiladores, Relógios, Bicicletas, Máquinas de lavar, Aspiradores e demais artigos elétricos, Máquinas de costura, Máquinas fotográficas,

Motocicletas, Máquinas de escrever

Um mundo de coisas ao seu dispor

A Conferência de Caracas e a crescente importância dos problemas econômicos e sociais na América Latina

RENE GRANDCHAMP

Traduzido e condensado, data vénia, da "Revue Militaire d'Information" de abril de 1954, pelo Ten.-Cel. FLORIANO MOLLER.

A 10ª Conferência Inter-Americana foi, solenemente, instalada a 1 de março último, perante 800 delegados das 21 Repúblicas do Novo Mundo.

É de nosso conhecimento que, a 30 de abril de 1948, em Bogotá, fôra assinada a Carta de Organização dos Estados Americanos (O.E.A.), a qual entrou em vigor a 13 de dezembro de 1951. A Conferência, órgão supremo da O.E.A., reúne-se, em princípio, cada cinco anos, mas, nos intervalos das sessões, podem ser convocadas reuniões especiais pelo Conselho Permanente da Organização. Os vinte e um estados membros têm, no Conselho, um representante com a categoria de embaixador. Por solicitação de um dos membros e o concordo da maioria absoluta dos representantes, uma reunião consultiva dos Ministros do Exterior, pode ser convocada pelo Conselho, o qual fiscaliza a execução das decisões da Conferência e, bem assim, o bom funcionamento da União Inter-Americana.

A República da Costa Rica enviou apenas um observador a Caracas. Muito evoluída, dotada de um governo essencialmente democrático, Costa Rica tem por presidente o Sr. José Figueras, anti-comunista convicto, que rompeu relações com a URSS, mas que as rompeu também com a Venezuela, onde, diz ele, "os direitos humanos não são respeitados". Justificando a ausência de seu representante, Figueras fez alusão à "luta entre a Democracia e

a ditadura que se trava no continente americano, em conjunto...".

Enquanto o Secretário de Estado Foster Dulles, representante dos EE.UU., em Caracas insiste na necessidade de lutar contra o comunismo e de o aniquilar na América, alguns representantes de governos amigos, embora concordando com esta política, insistem quanto à urgência de melhorar o nível de vida das populações.

POSICAO DOS ESTADOS UNIDOS

Quando a 8 de março Foster Dulles propôs sua resolução perante a Comissão Política e Jurídica da Conferência, provocou forte impressão, mostrando que "os partidos comunistas locais se disfarçam em partidos de tendência patriótica, sob a direção de elementos nacionais". Entretanto, o delegado do México apresentou uma emenda "para acentuar a defesa da Democracia e não o anti-comunismo". Os delegados da Colômbia e do Uruguai reclamaram uma "política de bem-estar econômico e de justiça social para elevar o nível de vida dos povos do Continente". F. Dulles se opôs a qualquer emenda que atenuasse o alcance de sua resolução. Por seu turno, Samuel Waugh, secretário adjunto do Departamento de Estado para os negócios econômicos prometeu, aos delegados sul-americanos, acordos bi-laterais para evitar a dupla tributação, o estabelecimento de normas referen-

tes aos investimentos de capitais estrangeiros, o exame dos preços das matérias-primas, a redução de 18 para 16% da taxa aduaneira sobre lãs importadas pelos EE.UU. e a convocação em data próxima, de uma reunião extraordinária do "Conselho Econômico e Social Inter-Americano".

Foster Dulles concitou as nações da América Latina a se unirem contra a ameaça comunista "tão perigosa para a liberdade quanto um navio de batalha inimigo". O Secretário de Estado mencionou a descoberta, após a 2ª Grande Guerra, de um complot comunista no Canadá e bem assim, uma série de ações judiciais nos Estados Unidos, demonstrando que "o comunismo internacional conspira contra o nosso regime". Ele acredita que chegara o momento de proclamar, uma vez por todas, que o despotismo estrangeiro é incompatível com os ideais americanos e que a Conferência de Berlim provou que a morte de Stalin não modificara a base da política soviética.

"Esta constatação, prosseguiu o Secretário de Estado, foi um dos fatos mais deploráveis da Conferência de Berlim. Com Molotov discutimos sobre a concessão da liberdade aos povos da Alemanha Oriental e da Áustria. Molotov respondeu com convicção que o governo soviético não poderia tolerar a concessão da liberdade porque recejava que se pudesse fazer mau uso da mesma.

"A liberdade, afirmou F. Dulles assusta os comunistas soviéticos, porque sabem que ela é contagiosa. Eis porque reconhecem que não estarão em segurança enquanto não tiverem aniquilado a liberdade".

Foster Dulles manifestou que o Presidente Eisenhower estava convencido de que o bem-estar dos Estados Unidos estava ligado ao das demais nações e que enviara seu irmão à América Latina com esse objetivo. Diversas providências foram tomadas para favorecer o comércio; os EE.UU. não têm a intenção de impor um "teto" no preço do café, nem de aumentar os direitos sobre a importação da lã.

O Secretário de Estado lembrou que certos países da América do Sul se opõem aos investimentos de capitais estrangeiros, enquanto que nos Estados Unidos importantes créditos estavam sendo mobilizados para a América do Sul. Por outro lado, se bem que o Banco Internacional para a Reconstrução (B.I.R.) seja o principal instrumento do financiamento governamental, os países da América Latina continuarão a se beneficiar dos empréstimos do Banco de Exportação e Importação, destinados a financiar a exploração de seus recursos naturais. Isto constitui uma vitória do Departamento de Estado sobre o Tesouro Americano, que se opusera ao empréstimo dos fundos desse banco para tal cometimento. Enfim, os Estados Unidos estão decididos a aumentar os créditos disponíveis para o auxílio técnico e a cooperação cultural.

A posição de alerta de Foster Dulles em relação às repúblicas americanas, sobre os perigos da ação comunista, pareceu justificar a numerosos observadores.

No decurso da discussão da resolução de F. Dulles, os representantes da Bolívia, Panamá e do Salvador declararam que a luta anti-comunista estava estreitamente ligada ao desenvolvimento econômico e ao soerguimento do padrão de vida dos trabalhadores na América do Sul. Esses representantes mostraram a necessidade de aumentar a renda nacional dos diversos países e não apenas desenvolver a exploração de suas riquezas naturais. O representante brasileiro, Vicente Rão, pediu u'a maior solidariedade entre as nações americanas, o que, evidentemente engloba as reivindicações precedentes...

A 12 de março, Foster Dulles lançava um novo e forte apelo em favor de sua resolução, porque o delegado do México havia objetado que esta encerrava o perigo de uma coerção, não importa contra que governo americano acusado de comunismo, e o delegado argentino insistira sobre o direito dos povos de escolherem seu próprio sistema

de governo, acrescentando que o exame das interferências do comunismo internacional era da alçada da O.N.U.

SUCESSO DE FOSTER DULLES

A 15 de março, os membros da Comissão Política e Jurídica da Conferência examinaram durante quatro horas, o texto da resolução Dulles e as emendas de diversas delegações. Finalmente, a resolução foi aprovada por 17 votos contra 1 (o da Guatemala) e duas abstenções (Argentina e México), e foi titulada "Declaração de solidariedade para a defesa da integridade política dos Estados americanos contra a ingerência do comunismo internacional", em que se denunciava as atividades subversivas e o seu caráter agressivo como uma intervenção nos negócios americanos. Essa declaração de solidariedade especificava que "a dominação ou o controle de instituições políticas de um dos Estados americanos, qualquer que fosse, pelo comunismo internacional... constituiria uma ameaça à soberania e à independência política dos Estados americanos, pondo assim em perigo a paz da América, e exigiria uma Reunião de Consulta para considerar a adoção de medidas apropriadas em conformidade com os tratados em vigor".

A resolução recomenda a adoção de medidas tendo em vista identificar os agentes comunistas e facilitar a troca de informações entre os governos para agir contra esses elementos. Após a votação, Torriello, Ministro do Exterior da Guatemala, declarou que seu país apelaria para o Conselho de Segurança das Nações Unidas, se os E.E.U.U. tentassem intervir em seus negócios internos.

O texto da nota de Foster Dulles refere-se indiretamente ao tratado inter-americano de assistência mútua assinado no Rio de Janeiro e tem em vista aplicar este instrumento diplomático na hipótese de que um governo comunista se instalasse em uma ou várias repúblicas sul-americanas. Nos termos do

art. 6 do tratado do Rio de Janeiro, uma tal situação determinaria a convocação imediata da O.E.A., ou seja a reunião dos Ministros do Exterior dos países americanos, tendo em vista a adoção de medidas de urgência podendo ir desde a retirada dos chefes de missões diplomáticas até a ruptura das relações com os países incriminados.

RESISTENCIA DA GUATEMALA

Durante os debates, o representante da Guatemala, que se sentia particularmente visado por certas passagens da Resolução de Foster Dulles, reagiu vigorosamente, como se poderia verificar diante dos acontecimentos agora conhecidos.

A 30 de janeiro de 1954, o governo de Guatemala anunciava a existência de um "vasto complot destinado a subverter o regime por meio de uma invasão partindo do exterior" e afirmava que o General Somoza, presidente da Nicarágua e o General Fuentes, antigo candidato à presidência da República da Guatemala, estavam implicados no *affaire* e bem assim o Coronel americano, da reserva, Carl Studer, a serviço da famosa sociedade bananeira *United Fruit* acusada de ser a instigadora real da empresa destinada a "despojar os guatemaltecos de suas conquistas democráticas, econômicas e sociais". Em Washington, o Departamento de Estado desmentiu essas alegações que considerava como um dos meios pelos quais "a comparação comunista internacional" havia apelado para romper a solidariedade do hemisfério às vésperas da 10ª Conferência inter-americana. Após sua viagem à América do Sul, o irmão do Presidente, Dr. Milton Eisenhower, em seu relatório, havia apontado a Guatemala como sendo "o país mais hostil aos E.E.U.U. e o mais favorável à URSS no Novo Mundo". Do mesmo modo, John Moors Cabot, sub-secretário dos negócios inter-americanos e o senador Wiley haviam sugerido uma intervenção de Washington "para evitar que o comunismo internacional estabelecesse uma potente ca-

beça de ponte em nossas fronteiras".

A Guatemala conta atualmente 3 milhões de habitantes, dos quais, três quartas partes são de analfabetos. País agrícola, 80% de seus produtos exportáveis vão para os EE.UU. que lhes fornecem 60% de suas importações. Em 56 deputados, o Parlamento conta apenas com quatro comunistas, os quais, entretanto, parecem exercer grande influência, pois dirigem os sindicatos. Estes, sem cessar, recla-

A tensão desapareceu entre a Nicarágua e a Guatemala quando, a 2 de fevereiro, o embaixador da Nicarágua declarou que, após os esclarecimentos fornecidos pelo seu governo, os mal entendidos entre os dois países estavam superados; mas, as relações com os EE.UU. não sofreram modificações.

Pessoas houve que pensaram que a resistência apresentada pela Guatemala encontraria ampla repercussão nos países sul-americanos, mas é preciso evitar julgamentos apres-



Fig. 1 — A Honduras Britânica (1) limita com a Guatemala. As ilhas (2), (3) e (4) são possessões inglesas. A Guayana inglesa (5) foi recentemente teatro de movimentos de extrema esquerda

mam o estabelecimento de relações diplomáticas com a URSS e denunciavam "a intervenção dos imperialistas americanos nos negócios internos da República". A reforma agrária posta em prática pelo governo do Coronel Arbenz, provocou críticas acerbadas por parte dos EE.UU., alegam os guatemaltecos, porque previa a confiscação das terras retidas pela poderosa United Fruit que contaria com personalidades políticas americanas de primeiro plano, entre seus acionistas.

sados nessas regiões. A Bolívia, por exemplo, onde Paz Estensoro conquistou o poder em abril de 1952 graças ao "Movimento Nacional Revolucionário" (M.N.R.), mantém boas relações com os EE.UU. — o Dr. Milton Eisenhower, em sua viagem, se deteve em La Paz para conversar cordialmente com o Presidente e, de retorno a Washington recomendou "compreensão" para os problemas econômicos bolivianos. Positivou-se que os elementos da esquerda, do M.N.R. são trostkistas

e não estalinistas. Na Guatemala, o "Partido de Ação Popular" (P.A.R.) constitui a maioria, enquanto que os sindicatos estão controlados por trostkistas e estalinistas. O presidente Estensoro nacionalizou as minas de estanho e decidiu efetuar uma reforma agrária, análoga à da Guatemala. Os *leaders* bolivianos e guatemaltecos tinham vivido muito tempo na Argentina e adotado as grandes linhas da política do Presidente Peron, quando este, frequentemente se opunha aos E.E.U.U. Mas, as relações estão bastante melhoradas entre Washington e Buenos Aires e, o Presidente Estensoro parece ter tirado, desta modificação, conclusões mais rápidas e mais práticas que seu colega da Guatemala, talvez por ter maior liberdade de ação. Ambos, entretanto, conhecem dificuldades internas: os índios, apressados em se beneficiarem da reforma agrária, querem, por sua vez, se assenhorear de terras, mais depressa que a lei lhes permite e com isso, provocam perturbações que podem, um dia, comprometer a estabilidade do regime.

AS POSSESSÕES EUROPEIAS NA AMÉRICA DO SUL

Era de se esperar que fossem evocadas em Caracas as reclamações já formuladas por diversas nações da América Latina a propósito dos territórios situados no Hemisfério Ocidental em poder de nações europeias.

Já na terceira sessão plenária da Conferência, a 6 de março, Remorino, ministro do Exterior da Argentina, declarou que "se deveria pôr um fim ao colonialismo no Hemisfério Ocidental" e se referia particularmente às ilhas Falkland e às regiões da Antártida, objeto de conflitos territoriais entre Londres e Buenos Aires. "A América, disse ele, deve pertencer integralmente aos americanos. A existência do colonialismo na América é *inexplicável*" e *inaceitável*". A 12 de março, o Brasil, por sua vez, solicitava que "os países extra-continentais exercendo poder político sobre ter-

ritórios americanos... permitissem aos povos interessados, exercer plenamente seu direito de auto-determinação".

Os territórios visados por estas resoluções pertencem a diversas nações europeias. A França possui uma parte de Saint-Martin, Desirade, Saint-Barthélemy, as Saintes Marie Galante, Petite-Terre; Saint-Pierre e Miquelon que são territórios de ultra-mar; a Guiana, Martinica, Guadeloupe e seus anexos. A Dinamarca detém a Groenlandia. A Holanda possui o Surinami (Guiana), certas ilhas das Antilhas e especialmente Curaçao, ao largo da costa norte da Venezuela. A Inglaterra possui as Bahamas, as Bermudas, Jamaica e numerosas ilhas anexas; Trindade, as Barbadas, a Honduras Britânica, a Guiana Inglesa e as ilhas Falkland.

A 18 de março, a Argentina submeteu à Comissão Jurídica e Política, uma resolução pedindo "o fim do colonialismo no Hemisfério Ocidental" e que visava especialmente as ilhas Falkland que Buenos Aires contesta à Grã-Bretanha. A resolução foi adotada por unanimidade; a delegação dos Estados Unidos se absteve. A França não pode estar visada por esse texto, uma vez que a Guiana, a Guadeloupe e a Martinica se tornaram departamentos franceses, em que o estatuto é idêntico aos dos departamentos metropolitanos. Ai não mais subsiste nenhum traço de "colonialismo".

A Inglaterra declarou manter a oferta feita em 1947 de se deferir a questão das Falkland à Corte Internacional de Justiça e salientou o perigo de infiltrações comunistas que poderiam provir de uma supressão do mandato britânico ou mesmo de uma passagem brusca dos territórios sob mandato para a autonomia: o caso recente da Guiana Inglesa e a situação na Honduras Britânica o confirmam.

Por outro lado, é preciso anotar a importância, no caso da Jamaica, por exemplo, de posições estratégicas e econômicas, extremamente poderosas. Washington o compreendeu muito bem: "Certos gestos, es-

creveu o *New York Times*, valem a pena de ser feitos, mas não os gestos inúteis" e, acrescentava com bastante senso prático: "A Grã-Bretanha e a França são nossos dois principais aliados na guerra fria e na luta contra o comunismo. O indispor-se, neste momento, seria loucura. Por outro lado, a questão do colonialismo é da alçada da O.N.U. e não da Conferência Inter-Americana".

A Grã-Bretanha experimenta algumas dificuldades em suas possessões; após a Guiana, Honduras. O governo deste pequeno país de 70.000 habitantes reclamou a 8 de março, o envio imediato de uma comissão de inquérito encarregada de fixar as relações do Partido Popular Unificado (P.P.U.) com as autoridades guatemaltecas. As Honduras têm uma fronteira comum com a Guatemala. Esse partido, tal como o Partido Popular Progressista de Cheddi Jagan, da Guiana Inglesa, é da extrema esquerda e anti-britânico.

OS VERDADEIROS PROBLEMAS

Muitas outras questões permanecem em pauta, tais como as relações entre os EE.UU. e a América do Sul e as relações inter-americanas de um modo geral. No início da Conferência de Caracas, o doutor Lleras Camargo, Secretário Geral da O.E.A. se demitiu, escolhendo certamente esse momento e essa ocasião para pôr em destaque as fraquezas do sistema inter-americano, e, talvez mesmo, da solidariedade inter-americana. "A O.E.A. diz ele, não está em condições de cumprir as tarefas que lhe foram atribuídas pela Conferência de Bogotá em 1948. Seria preciso reforçar seus poderes e simplificar seu funcionamento. Enquanto oito repúblicas americanas estão ligadas entre si pelo tratado americano para solução pacífica de conflitos, as outras treze o são apenas por convenções, em que a trama complexa de restrições recíprocas tornam praticamente inoperantes. Após oito anos de reuniões internacionais, não possuímos ainda um sistema ca-

paz de regular as divergências que possam surgir... e que surgem...". Vimos que elas eram numerosas no plano político, se bem que, muito felizmente, desprovidas dum caráter de real gravidade.

No plano econômico, elas não faltam menos e a importância dos fatores desta ordem para a América do Sul foi particularmente posta em evidência perante a Comissão do Trabalho, onde a Argentina pediu que se estabelecesse uma política de auxílio à América Latina, considerada em conjunto. No início da Conferência, Foster Dulles e M. Waugh, seu principal conselheiro, haviam declarado que não poderiam encarar um novo projeto econômico antes que o Congresso tivesse tomado posição no assunto. Entretanto, a 22 de março ficou decidido investir o Conselho Econômico e Social Americano, de poderes permitindo tomar, no domínio econômico, medidas análogas aquelas que tomasse o Conselho da O.E.A. no domínio político. O Conselho Econômico seria autorizado a convocar uma reunião extraordinária dos Ministros da Fazenda para discutir e resolver os problemas econômicos do Continente, cada vez que um ou mais membros a julgassem necessária.

Alguns algarismos deixam prever que estas reuniões serão frequentes. Em seu relatório redigido em seu retorno da América Latina, o Dr. Milton Eisenhower notava que, em 1950 a população da América Latina ultrapassara a dos EE.UU. e que no ritmo atual, atingiria 500 milhões de habitantes em 50 anos, ou seja o dobro da dos EE.UU. e Canadá reunidos. O problema não consiste apenas em melhorar a sorte da população existente, mas de fazer com que o aumento da produção ultrapasse o da população. A situação é a mesma que a da Índia, sob este aspecto. O comércio dos Estados Unidos, segundo o relatório Eisenhower elevou-se, em 1952, a 9,5 bilhões de dólares no referente a importações. "A América Latina, como mercado para nossas exportações, escreveu M. Eisenhower, é tão importante

para nós como a Europa em conjunto e, mais importante que a Ásia, África e Oceania reunidas... Os investimentos, a longo prazo, do capital privado americano na América Latina, atingem seis bilhões de dólares, soma superior aos investimentos efetuados em qualquer outra região, exceto o Canadá, e que representa cerca de 30% do capital privado americano investido a longo prazo no estrangeiro. A atividade de cada setor econômico americano está submetida à influência de nossas relações com a América Latina... Existem restrições em relação a empresas americanas radicadas na América Latina, se bem que na maioria dos casos estas representem nosso país de maneira eficaz e amistosa, mas, o fato é que são estrangeiras e acumularam capitais consideráveis, e, da mesma forma que nosso governo serve de alvo aos comunistas e aos ultra-nacionalistas".

O problema não poderia ser, em seu conjunto, mais claramente exposto.

A preocupação essencial dos países da América do Sul é obter ajuda econômica e financeira dos Estados Unidos. Se bem que te-

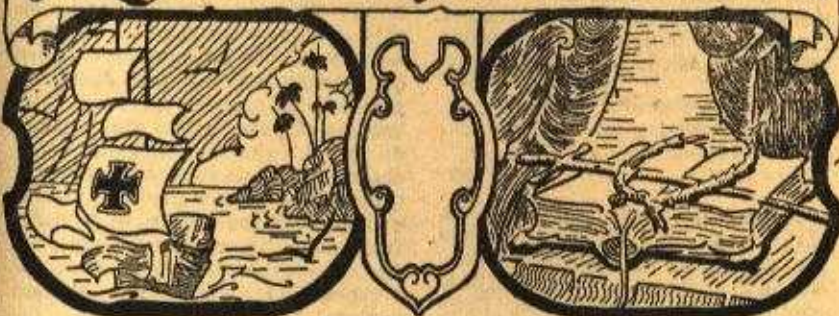
nham sido até a poucos anos, produtores e exportadores de matérias-primas e compradores de bens de consumo, desejam, no momento, importar meios de produção e obter capitais que lhe permitam explorar, eles próprios e por si mesmo, seus recursos naturais. Enfim, pedem a abertura de mercados nos EE.UU., para seus produtos de exportação.

Já frisamos, em outra oportunidade, estas tendências, bem explicáveis, do mesmo modo que as reclamações formuladas pela América do Sul em relação aos Estados Unidos que, dizem, foi extensamente em auxílio da Europa e da Ásia, negligenciando sua irmã continental. A instabilidade política resultante de certos fatos sociais, entre os quais avulta um certo desenvolvimento demográfico em solo ingrato, não permite talvez esperar uma evolução bem caracterizada para a prosperidade. Foster Dulles compreendeu isso certamente. Poderá ele modificar os métodos de sua administração favorável aos investimentos de capitais privados, enquanto que os países da América do Sul apelam, em sua maioria para os empréstimos a longo prazo, a fim de obter os equipamentos necessários? A questão fica proposta!

Pedidos de Livros

Escreva o título da obra e o nome de seu autor — Quantos volumes deseja e o seu nome e endereço — Os pedidos via rádio devem ser feitos pelos companheiros que servirem em guarnições longínquas — "A Defesa Nacional" adquire e remete pelo sistema reembolsável qualquer livro das livrarias desta Capital

Geografia e História Militar



VEGETAÇÃO DO S. DE MATO GROSSO, L. DA BOLÍVIA E NE. DO PARAGUAI

Coronel ANTONIO DE BRITO JÚNIOR,
da Inspetoria Geral do Exército.

I — CONSIDERAÇÕES GERAIS

A) SUL DE MATO GROSSO

O revestimento vegetal é uma resultante sensível das condições de clima e de solo; é também influenciado pelas formas do relevo. Em maior grau reflete o fator climático.

Mato Grosso parte integrante da região Centro-Oeste, apresenta, inicialmente, duas regiões: N. e S., delimitadas pela chapada de Cuiabá-serra dos Parecís.

A região N., tributária do Amazonas e a região S., tributária do Prata, com profundas diferenciações em suas estruturas geológicas e condições climáticas, apresentam, em consequência, marcantes diferenciações em seus revestimentos.

A região N., com as características peculiares da Amazônia, tem para nós interesse secundário, em vista do baixo índice demográfico-econômico, difícil penetração e falta de caminhos terrestres.

A região S., ao contrário, pela sua economia, prosperidade, mais elevado índice demográfico e vias de penetração, nos merece maior atenção sob o ponto de vista militar. Vamos, desta região sulina considerar, em particular, a que se desenvolve ao S. da N.O.B., ou melhor, do paralelo que passa por Corumbá.

É essa região meridional de Mato Grosso a mais importante sob o aspecto econômico militar; está enquadrada pelos rios Paraguai, a W., e Paraná, a L., formando uma quase península com uma área aproximada de 300.000 km², cerca de 1/5 da superfície total do Estado.

É difícil traçar com precisão os limites dos principais tipos de vegetação que ocorrem no S. de Mato Grosso, porque a passagem de um tipo para outro dá-se, em regra, de modo quase imperceptível sobre áreas muito extensas e de modo menos definido do que acontece nos

estados sulinos de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Podemos destacar no S. do Estado de Mato Grosso, quatro grandes tipos de vegetação, os quais, por sua vez, se desdobram em vários tipos de transição ou subtípos:

- 1 — *Complexo do Pantanal*;
- 2 — *Cerrado*;
- 3 — *Campo*;
- 4 — *Mata*.

Apesar do sugestivo nome de Mato Grosso, 3/4 de sua superfície são, segundo F.C. Hoene, recobertos de cerrados e campos, fato este confirmado por Gonzaga de Campos que afirma ser de cerca de 39 % a percentagem das áreas de matas sobre os totais das outras formações.

1 — *Complexo do Pantanal* :

Limitando-se com o Planalto ao S. e a L., a Baixada apresenta condições bem diversas daquele, não só pela diferença de altitude, como também pelo fato de ser grande parte de suas terras submetidas periodicamente a inundações. Desta diversidade de condições, resulta uma vegetação característica do Estado, cujo aspecto muito heterogêneo varia de lugar para lugar.

Complexo do Pantanal é a expressiva denominação do revestimento desta região, com ocorrências de florestas tipo amazônico, matas de encosta, matas beira-rio, vegetação dos alagados, vegetação aquática, cerrados e campinas, palmeirais, etc.

O Pantanal é o lugar onde vêm se fundir todos os tipos de vegetação, aparecendo na vasta área, amostra de cada um deles e, por vezes, verdadeira mistura.

Como o clima nesta região é definido por estação de chuvas abundantes no verão e escassas no inverno, a vegetação, de modo geral, é tropófila por adaptar-se a condições mutáveis de umidade e de secura. Algumas plantas possuem mesmo um caráter cíclico, pois quase desaparecem na seca e brotam viçosas depois das cheias, quando o solo se isenta das fortes inundações consequentes das chuvas

particularmente copiosas, de janeiro a março.

É o que acontece com as gramineas que revestem a maior extensão do solo, predominando na paisagem a vegetação de campos, mas de campos muito diversificados que oferecem, em regra, excelente pastoreio ao gado ali existente. Em vastas extensões, só há uma espécie de capim, como o mimoso ou o flechilha do Pantanal; outras vezes, o capim felpudo, o capim capivara, o açú e o arroz nativo, etc. Estas imensas pastagens constituem o aspecto mais interessante do Pantanal e representam a verdadeira riqueza regional.

Na zona à margem do rio Paraguai, da foz do Apa até Corumbá, estendem-se formações espaçadas, em certos pontos num raio de 30 km, de palmeiras de carandá. O carandá é a mesma palmeira que no Nordeste tem o nome de carnaubeira, mas que aqui não dá cera. O carandá borda o limite meridional do Pantanal marcando a transição desse terreno alagado para regiões menos alagadas. A palmeira do carandá com altura média de 10 m, tem largo emprêgo na construção local, dando esteios, telhas e ripas. Fornece paus roliços que podem ser imediatamente empregados em obras de organização passageira.

São ainda comuns nestas matas, as cássias e mimosas com malváceas e muito predominante na paisagem é o *lepacho* dos paraguaios.

Outra formação típica, de grande utilidade local é o *acurizal* cujas palmas são empregadas nas coberturas dos ranchos e cujos grandes frutos têm sementes comestíveis.

O *buritizal* oferece palmeiras para construção, frutos comestíveis e amentes, como madreperola, servindo à fabricação de artefatos diversos.

Nas vizinhanças de Porto Murtinho, há certa quantidade de *quebracho*, árvore de grande porte e que merece referência especial pela sua grande aplicação e alto teor de tanino. No Brasil a madeira tem 22 % de tanino e dominam os espécimens machos, enquanto ao lado

vessar o rio Paraguai e, já nesse país, tem 33 % e dominam os espécimens femininos.

Em Pórtó Murinho existem duas grandes fábricas brasileiras para extração de tanino; pode-se dizer que estas fábricas, atualmente, absorvem toda a vida da cidade.

É o quebraço uma planta que desafia aos estudiosos da botânica, pelos segredos que encerra e, em Londres, muito dinheiro já foi gasto para se obter a reprodução, sem resultados. A planta começa como um capim, um de cujos pés mais se desenvolve e transforma numa árvore gigantesca. Não se transplanta e, nossos melhores técnicos, ficam intrigados e não encontram explicação para isso; a semente lançada artificialmente no solo, nada produz. Fornece excelente madeira imputrecível, graças ao tanino, de múltiplas aplicações.

Grande número de termos regionais designam paisagem botânicas caracterizadas pela predominância de certas espécies, tais como: carandazal, acurizal paratudal, piuvai, buritizal, pirizal, pajonal, pindaibal, espinhal e tantos outros. Observa-se, entretanto, certas preferências destas formações, assim:

- o carandazal começa a aparecer a medida que se vai para o S., indicando o término do Pantanal;
- o paratudal tipo de transição entre as comunidades mais úmidas e o cerrado aparece com frequência nas "cordilheiras" do Pantanal;
- o acurizal prefere os lugares mais secos;
- o pirizal é a vegetação especial das "corixas" ou depressões do terreno por onde vazam as águas das inundações, chegando o estio;
- o pajonal é uma fita de vegetação seca e espinhenta que aparece pela orla da Baixada e mesmo ao longo de alguns rios;
- o buritizal é mais encontrado nas partes mais embrejadas,

como nos pântanos do Miranda, Rio Negro e do Taquari.

Chamam-se "cordilheiras" aos capões do Pantanal existentes e condicionados às pequenas elevações nele existentes. Muito precisa é a definição de "cordilheira" constante da terminologia geográfica, da Revista Brasileira de Geografia n. 1, de 1943:

"Cordilheira na região pantaneira é a lombada de escasso desnível, em relação às circunjacências, que se distingue, em meio dos campos de gramíneas, pela vegetação arbórea, nem sempre compacta."

Quando constituem pequenos montículos, recebem estas elevações o nome de *murundús* ou ilhas.

O solo do Pantanal é argilo-arenoso; em regra, a terra firme tem pouco humus e bastante calcáreo. É a zona por excelência para a plantação de arroz; outras culturas serão a cana, o fumo e o algodão.

A seringueira dá bem no N. do Pantanal.

As inundações que duram de 3 a 7 meses, têm um grande reflexo na fertilidade do solo e na riqueza dos campos naturais; as áreas que ficam menos tempo inundadas, como a Necolândia, são as mais ricas e onde o pastório melhor se desenvolve.

2 — Cerrado:

"Cerrado é uma vegetação rasteira, mais ou menos contínua e de árvores pequenas e dispersas", segundo o Prof. Pierre Dansereau.

"Cerrado é uma associação florística de vegetação rasteira, mais ou menos densa, com plantas arbóreas, xerófilas, cuja dispersão facilita a passagem de cavaleiros", conforme se vê da Terminologia Geográfica, da Revista Brasileira de Geografia, n. 1, de 1943.

"O cerrado é uma mata em que se pode viajar a cavalo em todas as direções e na qual só se deixa de sentir os raios solares quando se

acampa sob a sombra de uma árvore". Esta é a forma expressiva pela qual o Dr. E. Ule nos dá uma idéia dos campos cerrados de Mato Grosso.

"O cerrado é uma formação intermediária, ou de transição, entre uma zona de mata e outra campestre", segundo F.C. Hoehne, chefe da seção de botânica da Comissão Rondon.

"Cerrados, semelhantes às savanas tropicais, são campos arborizados, isto é, com árvores esparsas", segundo o Prof. Lindalvo Bezerra dos Santos, do C.N.G.

"Os cerrados de Mato Grosso são apenas campos cerrados, geralmente de fácil trânsito para pedestres e viaturas e cuja a vegetação poderá ser de mata rala, macega ou árvores esparsas", segundo a terminologia geográfica aprovada pelo Conselho Técnico do Serviço Geográfico do Exército.

O cerrado é a vegetação característica do Brasil Central. É encontrado no seu aspecto mais típico e de modo predominante no S. de Mato Grosso e em Goiás. Aparece em regiões de clima semi-úmido tropical, caracterizado por uma estação chuvosa de verão e outra seca, de inverno.

O cerrado mostra, geralmente, dois andares vegetativos: o primeiro, constituído de vegetação contínua graminácea, arbustiva, subarbustiva e herbácea; o segundo, formado pelas árvores isoladas e formações arbóreas mais ou menos desenvolvidas.

Estas árvores apresentam um aspecto acentuado de xerofilismo, qual seja o porte atrofiado (árvores anãs), o conjunto retorcido, as folhas grandes e grossas, os caules e os galhos encortçados. A distância entre as árvores varia de 3 a 5 m e o trânsito de pessoas, animais ou pequenas viaturas, pode ser realizado em todos os sentidos. O período vegetativo das espécies do cerrado, começa em meados de setembro, atinge seu auge em março, declinando até maio, época em que já perdem a maior parte de sua folhagem. De maio a setembro pro-

cessam-se as queimadas, disto resultando o deslocamento do gado para o Pantanal ou margens dos rios.

A grande variação na fisionomia do cerrado está relacionada com a natureza do solo e, em particular, com o relevo. Quanto à natureza do solo, o cerrado se desenvolve de preferência nos terrenos arenosos e permeáveis. Em solos pouco profundos, o cerrado torna-se menos denso, com árvores e arbustos menores e mais espaçados. Quanto ao relevo, o cerrado se instala de preferência nos terrenos planos ou levemente ondulados.

Grandemente variável em sua estrutura, o cerrado é sempre reconhecível pela presença de algumas espécies características:

- a *lixieira*, ou *sambaíba*, de folhas ásperas e rijas, empregadas no polimento das madeiras;
- a *mangabeira* que dá um látex transformável em borracha e alimento, com seu fruto;
- o *páu de colher de vaqueiro* ou *páu de arara*; o *páu terra*; o *páu santo*, etc.

São ainda comuns nos cerrados: o *vinhático*; o *barbatimão*; o *timbó*; a *palmeira*; a *guavira*; o *indaia*; o *carvão vermelho*; o *angico*; o *paratudo*, de emprego medicinal; a *guabiroba*; o *capitão* nos cerrados densos, é um sinal de terras boas; o *pequizeiro* e o *jacarandá* de grande porte, também nos cerrados densos; a *cagaiteira*, etc. Da vegetação arborecente e arbustiva normal dos cerrados só fornecem madeira aproveitável, as oito seguintes árvores: *vinhático*, *bálsamo*, *sucupira branca*, *pau terra*, *molena*, *pequizeiro*, *pau roxo* e *chapada*.

As variações dos cerrados ou subtipos mais comuns, são: o cerrado ralo e o cerrado. No cerrado ralo as árvores são mais espaçadas, parecendo que a vegetação se aproxima da fisionomia dos campos. No cerrado a vegetação do tipo arborecente adquire maior densidade, formando verdadeira mata aberta.

Dominam os cerrados por suas extensões consideráveis:

- no Planalto de Mato Grosso, com os seus divisores primários e secundários, quer separem águas do Paraná e do Alto Araguaia das que vão ao Paraguai, quer façam o grande "divortium" entre os afluentes setentrionais do Paraguai e os meridionais do Amazonas, quer avancem para o N. fazendo as divisórias d'água entre estes últimos;
- nos terrenos que precedem à mata justaposta ao rio Paraná como vegetação intermediária entre esta mata e os campos;
- no pé da serra, ou baixo da serra, assim chamada à faixa intermediária a coberto das inundações que precede o divisor do Amambai e que se estende, com algumas interrupções, desde as cabeceiras do Apa até as vertentes do rio Verde. Os cerrados do pé da serra e entre as serras de Amambai-Maracajú e Bodoquena, toma algumas vezes o aspecto de verdadeira floresta pelo porte elevado de certas espécies, como se observa no pé da serra entre Ponta Porã e Bela Vista e entre esta cidade e Nioaque.

3 — Campo:

"Campo é uma grande extensão de terreno plano ou ligeiramente ondulado, coberto de vegetação baixa ou rasteira ou, mesmo, de árvores esparsas. Pode ser cultivado ou a isto se prestar, servindo de pasto ou inverno para animais, quando plantado de gramíneas ou de outras ervas forrageiras". Esta é a definição aceita pelo Conselho Técnico do Serviço Geográfico do Exército.

"Campo é a vegetação de relva silicosa, com ervas ou baixos semi-arbustos em planícies ou ondulações suaves, onde a vegetação lenhosa é separada da herbácea pelos capões". Segundo o ilustre

botânico Philipp von Luetzeburg. (Rev. Br. Geogr. n. 1, de 1948).

"Capão é o conjunto de arvoredo e denso, que realça em meio do campo limpo, ou de cerrado".

(Rev. Br. Geogr. n. 1, de 1943).

"Capão é um aglomerado de árvores com aspecto de bosque isolado de pequena extensão". (S.G. Ex.).

"Campestre é um pequeno campo alto, de diminuta área, circundado pela floresta". (Rev. Br. de Geogr. n. 2, de 1944).

"Campina ou campo limpo quando predomina a vegetação herbácea ou gramínea", segundo o Prof. Lindalvo Bezerra dos Santos, do C.N.G.

"Campina é um campo extenso e sem arvoredo". (S.G. Ex.).

Os campos, campos limpos ou campinas, constituem parte importante na paisagem botânica do S. de Mato Grosso.

São constituídos principalmente de gramíneas, tanto deitadas, como ascendentes, ervas e, de modo geral, vegetação sub-arbustiva, muito semelhantes às da chamada Campanha Gaúcha. Primitivamente, foi o capim flecha a principal gramínea desses campos, depois destruída e substituída por outras espécies mais tenras: o felpudo e o mimoso, em particular.

O felpudo é uma gramínea mais dura e reputada inferior ao mimoso.

Este é mais valioso, porém menos resistente às secas e às queimadas; prefere ao baixadas.

Estão ainda se formando campos com o jaraguá, colônia, gordura, flecha e outras espécies de primeira ordem.

Ocorrem estes campos em pequenas áreas isoladas no meio dos cerrados e, em particular, na grande mancha contínua a W. do Planalto, nos famosos campos de Vacaria.

Começam eles em faixa estreita no meio dos cerrados que revestem os altos divisores entre o rio Paraná e o Paraguai, próximo de Campo Grande. Desenvolvem-se para o S. ganhando em expansão pelas encostas dos vales, à medida que o terreno se vai tornando mais baixo

e aplainado, ficando então somente negas de cerrado nos estreitos espigões mais elevados.

O Dr. Arrojado Lisboa, valendo-se de velhos conhecedores da região, assim define seus limites :

- "Começando em Campo Grande, continua-se pelo Anhandui abaixo até a altura das cabeceiras do Santa Luzia, daí segue pelo ribeiro chamado Alavanca até o rio Vacaria, corta este e o Brilhante e segue pelo Dourado; abrange toda parte da sua bacia que faz divisa com o Amambai e atingindo então a borda W. da chapada vai seguindo-se ao N. até de novo alcançar o Anhandui e o Botas, em Campo Grande."

Fora deles continua o país dos cerrados e ao S., pelo Amambai, aparecem as matas e os hervaes.

O Professor Edgard Kuhlmann, do C.N.G., diz que esta grande área campestre de Mato Grosso é limitada a W. pela serra de Amambai, ao N. aproxima-se das nascentes do Anhandui e a L., a grosso modo, toca no meridiano de 11° Long. W., do Rio.

Como regra geral, deve-se considerar os Campos de Vacaria como mais favoráveis à criação do gado e os campos do Pantanal como mais favoráveis à engorda.

O solo dos campos de Vacaria é, em seu conjunto argiloso, com pouca matéria orgânica e de fertilidade média; pode ser cultivado desde que convenientemente tratado.

Os campos limpos que aparecem na fronteira com o Paraguai, entre Sanga Puitan e Engenho Penzo, ao S. de Ponta Porã, bem como entre esta cidade e Bela Vista, são do tipo seco. Seu valor como pastagem é pequeno, pois as gramíneas são em geral duras e pouco apreciadas pelo gado.

Campos de várzea são encontrados nas grandes baixadas, ou várzeas, ao longo de alguns rios, como acontece em torno de Porto Quinze, próximo à confluência do Pardo com o Paraná e em extensas baixadas

deste último rio. Semelhantes a estes campos de várzea, são os campos que ocupam o fundo das depressões fechadas no Planalto, sendo típicos os situados entre Ponta Porã e Campanário.

4 — Matas :

"Mata é uma vegetação silvestre que cobre grandes extensões do terreno, constituída, ordinariamente, de árvores copadas de médio e pequeno porte. A mata pode ser classificada densa ou rala, conforme a densidade da vegetação exija ou não abertura de picadas ou veredas para passagem de pedestres."

"Mato é nome genérico dado à vegetação silvestre que cobre grandes ou pequenas extensões do terreno."

Estas duas definições são as aceitas pelo Conselho Técnico do Serviço Geográfico do Exército.

"Capão é uma porção de mato isolado no meio do campo", conforme se vê da terminologia geográfica publicada no n. 2, de 1948, da Revista Brasileira de Geografia.

"Capueira é o mato que foi cortado ou destruído; mato virgem que já não é, que foi botado abaixo e em seu lugar nasceu mato fino, miudo, raso", conforme se vê da mesma Revista. (Do guarani, caa = mato e puera, = que foi e já não é).

"Capoeira é um mato talhadiço que nasce após as derrubadas nas matas virgens", conforme a terminologia geográfica do S.G. Ex.

Segundo Gonzaga de Campos (B.G. n. 17, de 1947), a percentagem das áreas de matas sobre os totais das outras formações é, para todo o Estado de Mato Grosso, de cerca de 39 %.

Mesmo aí, onde a população é muito rarefeita, há clamores contra a devastação. O governador Pedro Celestino Correia da Costa, em representação ao Congresso mostrava a urgência de providências e citava o fato de já ser necessário ir buscar,

muito longe, madeiras para as construções da capital.

Matas do tipo da floresta amazônica que em faixa quase contínua e contornos mal delimitados circundam a grande depressão do Pantanal, só vão aparecer no Alto Paraguai, acima do paralelo de 16°, já fora dos limites de estudos estabelecidos nestas notas.

Matas de encosta recordam as regiões serranas, influenciadas pela alta umidade atmosférica. Aparecem nas encostas do chapadão dos Parecis, dos cordões montanhosos de rochas paleozóicas que constituem a Bodoquena e dos cerros da margem ocidental do Paraguai, sob a forma de matas densas, em flagrante contraste com a restante vegetação. Na encosta NW. da serra de Maracaju, tem de 5 a 10 km de largura.

Matas beira-rio, ciliares, *justa-fluviais*, de anteparo ou em galeria, se dispõem ao longo das margens dos rios e são devidos mais à umidade do solo que ao clima. Tais são as que acompanham, em particular, trechos dos cursos do Scuriu, Verde, Pardo, Ivinhema, Dourados, Amambai, tôdas de pouca largura, mas extensas.

A mais caracterizada é a mata justa fluvial que orla a margem direita do Paraná.

A grande mata do interior W. de S. Paulo e Paraná se prolonga pela margem matogrossense do rio Paraná, tem 2 a 3 km de largura, por vezes menos, e se interpõe entre o rio e a região campestre ou dos cerrados. É mata alta, exuberante e de vegetação uniforme, com uma ou outra falha, que se estende rio abaixo até próximo à fronteira com o Paraguai onde expande-se exuberantemente nas duas margens e forma os notáveis distritos florestais do Iguaçu, Missões e Paraguai.

Desde a baixada do Ivinhema ela alarga-se sobremodo, perdendo o caráter de justa fluvial. É mais pujante entre os rios Amambai e a fronteira com o Paraguai, no extremo S. do Estado, e numa grande área que tem como centro a con-

fluência dos rios Brilhante e Dourados.

A mata de Dourados ocupa a parte mais setentrional da grande área florestal do S. do Estado.

O solo aí é tão fértil quanto o da melhor terra rôxa e as terras são consideradas de primeira ordem para as culturas de cana e de cereais.

No município de Dourados o Governo Federal instalou a Colônia Agrícola de Dourados, em franco e promissor progresso.

Nas matas do rio Paraná, são abundantes entre outras madeiras grandemente aplicadas na marcenaria e na construção, as seguintes: cedro; muita peroba que, às vezes, ultrapassa 20 m de altura; pau d'alho; angelim; guajuvira; guatambu; vinhático; bálsamo; piúva; ipê; alecrim; aroeira; timbaúva; jequitibá; copalbeira; jatobá, etc.

A partir da parte mais meridional da floresta de Dourados, a W. do Paraná e a L. do divisor Amambai-Maracaju, está a região dos hervaís. Esta zona hervateira que tem aí o seu habitat, se prolonga pelo N. do Paraguai e alcança o território das Missões, na Argentina.

A *herva-mate* (*Ilex-paraguayensis*), imprópriamente assim chamada, é uma árvore que atinge, em regra, 3 a 6 m e, algumas vezes até mesmo 10 m; vive cerca de 30 anos. Os hervaís tanto se adensam que se tornam impenetráveis.

O escoamento de quase toda a herva-mate do S. de Mato Grosso se faz pelo rio Paraná, escoamento natural que exige o desbordamento das Sete-Quedas pela pequena via férrea de Guaira a Porto Mendes; e pelo rio Paraguai, único meio usado inicialmente, mas que exige longos transportes, rumo a Porto Murinho.

Em certos trechos do Paraná e do rio Verde, os pântanos dão origem a uma *mata paludosa* conseqüente da retenção da umidade das chuvas que caem de janeiro a abril, pelas raízes das árvores da mata de anteparo. São comuns aí: o cedro, o ipê, o buriti e a pindaíba, sendo

as duas últimas características das matas paludosas.

Enfim, nas matas, cerrados ou campos, à terapêutica se oferecem prestimosos vegetais: a purga de lagarto; a arnica; a poaia; o chá de frade; o defegoso; o jaborandi; a calumba; a quina; a salsaparilha; a douradinha, etc.

B) CHACO

A W. do rio Paraguai e aproximadamente entre os paralelos 19° e 30° de Lat. S. está a vasta planura do Chaco, onde a natureza arenosa e árida do solo e o regime climático de seca atuou profundamente no seu aspecto fitogeográfico.

Próximo da margem direita do rio, a planura beneficiada pela maior umidade, está revestida de gramíneas, muito favoráveis ao pastoreio, entremeadas com grupos esparsos de palmeiras e algumas árvores de porte, como o quebracho que é a mais freqüente e preciosa pelo seu elevado teor de tanino.

A medida porém, que se avança para W., a raridade das águas correntes, a freqüência dos solos salgados de natureza porosa e aluvional e o rigor cada vez mais acentuado da estação seca, dão à vegetação um caráter xerófito que se acentua progressivamente para o N.

Tem então a vegetação o aspecto das caatingas do NE. brasileiro, baixa, retorcida e espinhenta, porém com diferenças que a individualizam como zona fitogeográfica ímpar na América do Sul. (Ver o estudo sobre o Chaco na Defesa Nacional, de novembro de 1953, n. 472).

C) PARAGUAI ORIENTAL

A vegetação natural do Paraguai está igualmente condicionada às variações climáticas e à natureza do solo.

Como as chuvas são mais abundantes no Planalto do Paraná e diminuem para W., a vegetação é mais densa a E. e mais rarefeita a W.

Na maior parte do Planalto dominam as florestas e nas extensões

em que o solo é mais arenoso, aparecem cerrados.

Na frente do plateau oriental e nas escarpas que precedem a baixada de W., a floresta tem um aspecto verdadeiramente tropical; na vertente do Paraná ela é quase contínua ao S. do 24° Lat. S.; as clareiras aí existentes, como os campos de Palomares, são poucas e de superfície restrita e não são comparáveis aos da fronteira brasileira.

Entre a floresta dominante no Planalto e a margem esquerda do Paraguai, nas terras baixas e nos terrenos alagadiços dos "esteros", se estendem vastos campos do tipo savanas, sem árvores e com florestas em galeria ao longo das margens dos cursos.

O rio Ipané, no N. do país e cuja confluência no Paraguai se dá próximo e pouco abaixo de Conceição, define aproximadamente o limite entre a savana propriamente dita e o cerrado tipo brasileiro que cobre as partes não boscosas do plateau do N.

Na margem esquerda e próximo ao rio Paraguai são encontradas muitas palmeiras e algumas árvores de porte, mas o quebracho só muito raramente ocorre.

II — SÍNTESE

Dominam no S. de Mato Grosso as formações dos campos e cerrados, muito diversificados.

Nas encostas ou proximidades dos rios, a maior umidade permite o desenvolvimento de cerradões, ou de cerrados densos.

No Pantanal domina uma vegetação muito heterogênea com excelentes campos de pastoreio.

No Planalto e numa área de grande extensão, são notáveis os campos de Vacaria.

Em regra, são os campos de Vacaria melhores para a criação, enquanto os campos do Pantanal se prestam melhor para a engorda.

As maiores reservas florestais, capazes de fornecer madeira de construção em qualidade e quantidade, se acham em particular nas encostas dos chapadões que circundam a

grande depressão do Pantanal e nas margens do Paraná. Ai a floresta se alarga a medida que se avança para o S., de tal forma que, a partir da baixada do Ivinhema, perde o caráter de justa fluvial.

A grande reserva florestal em torno de Dourados está sendo ativamente substituída por culturas.

Sobre as reservas florestais maiores do Estado incidem danosas devastações cujas consequências já se fazem sentir.

Em Mato Grosso a boa madeira torna-se cada vez mais difícil por efeito das devastações e das dificuldades de transporte dos locais onde existem as maiores reservas para os centros consumidores.

III — BIBLIOGRAFIA

1. Mato Grosso — Vergílio Corrêa Filho.
2. Geografia Regional do Brasil — Delgado de Carvalho.

3. Pantanaís matogrossenses — Virgílio Corrêa Filho.
4. Oeste — Nelson Werneck Sodré.
5. Phitophisionomia do Est. de Mato Grosso — F.C. Hoehne.
6. Boletins Geográficos :
N. 5, de 1943 ;
N. 9, de 1943 ;
N. 16, de 1943 ;
N. 17, de 1943 .
7. Região Sul de Mato Grosso — Gen. Malan e Rev. Militar Brasileira, de 1927.
8. Vegetação do Estado de Mato Grosso — Professores Faissol e Edgar Kuhlman, do C.N.G.
9. Relatório preliminar da excursão ao S. de Mato Grosso — Professor Faissol.
10. Latin — América — Preston James.

Livros à venda nesta Redação

	Cr\$
O Serviço de Informações e Transmissões — Major Geraldo M. Côrtes.....	11,00
Probabilidade e Dispersão do Tiro — Coronel Morgado da Hora.....	60,00
Psicologia de Aprendizagem — Prof. Lourenço Filho.....	5,00
Patrulhas Mecanizadas — Capitão Calderari.....	5,00
Palavras à Juventude — Prof. Daltro Santos.....	25,00
Síntese de Estudo, História e Geografia — Major Peixoto.....	15,00
Tática de Infantaria nos Peq. Escalões — Coronel José Horácio Garcia.....	15,00
Travessia de Cursos D'água — Coronel José Horacio Garcia....	7,00
Transferido Militar — Carlos Morim.....	25,00
R.P.I.Q.T.....	10,00
O Tiro de Grupo nas Int. Rápidas — Breno B. Fortes.....	6,00
A FEB pelo seu Cmt. — Marechal Mascarenhas de Moraes....	60,00
Lei Movimento de Quadros — Major Heraclides Araujo Nelson.....	20,00
Lei do Serviço Militar — Major Heraclides Araujo Nelson.....	30,00
Topografia Militar — Coronel Olivio G. de Uzeda.....	120,00
R/2.....	8,00
Código de Vencimentos e Vantagens — Capitão I.E. Antonio F.L. Pinheiro.....	50,00
Problemas do Brasil — Coronel Adalardo Fialho.....	30,00

GUERRA NO DESERTO

Cel. PAULO ENÉAS F. DA SILVA

"Raposa do deserto", eis um título que se ajusta perfeitamente à personalidade de Rommel, o grande cabo de guerra germânico da última guerra. A habilidade com que manobrava e a segurança com que enfrentava situações as mais difíceis, em que o "Afrika Korps" se via obrigado a escrever os mais intrincados e bizarros arabescos nas areias do deserto africano, deixando o adversário perplexo, tudo isto justifica plenamente aquele epíteto, já consagrado.

O livro ora dado à publicidade — "Documentos de Rommel", constitui subsídio valioso para o estudo de sua doutrina. Além da parte descritiva, minuciosa e feita com ordem, que nos dá uma imagem nítida do que foram suas campanhas no norte da África, mostramos, de modo sucinto, a doutrina, consubstanciada em poucas observações, colhidas da participação direta e real na luta. Rommel esteve sempre nas primeiras linhas de ação. Várias vezes, só não foi aprisionado graças à sorte e à habilidade com que se furtava aos imprevistos. De certa feita, viu-se cercado por uma unidade de tanques ingleses, quando fazia um reconhecimento das linhas inimigas. Rommel dirigia pessoalmente um carro blindado, de procedência inglesa, tomado há dias aos seus adversários. Não fôra a cruz swástica pintada no flanco desse veículo, para identificação por parte dos elementos seus, e teria passado despercebido mesmo aos que no momento o cercavam.

Pois bem, não hesitou em face de tamanha inferioridade de situação

e de meios. Juntamente com um outro carro, que o acompanhava sempre, trazendo em si os seus auxiliares mais diretos (os G-2 e G-3), aremeteu contra um ponto fraco do dispositivo tomado pela unidade inglesa (este ponto ele vislumbrou num rápido golpe de vista, conhecedor que era das formações inglesas e do terreno que pisava), ultrapassando-o e escapando assim ao aprisionamento certo. Seus auxiliares, quando se viram fora de perigo, ainda conservavam o olhar esgazeado, a respiração suspensa, do susto tomado. Rommel, serenamente lhes disse: "Conheço esses ingleses. São demasiadamente formais em suas decisões".

Em certo capítulo do livro citado, vemos suas Regras para a luta no deserto, com tanques. Nada oferecem, é verdade, de originalidade. Aliás, de original é muito difícil, ou mesmo impossível, apresentar-se hoje qualquer idéia. O que de fato impressiona das observações de Rommel é o seu cunho objetivo, caracterizado por um homem que teve a sorte e a oportunidade de encontrar o verdadeiro "habitat" para o carro de combate — o deserto — cujo aspecto topográfico convida às manobras ousadas e decisivas.

O norte da África, na opinião de Rommel, é talvez, de todos os Teatros de Operações, o que mais responde à forma moderna da guerra blindada. Ali foram empregadas formações totalmente motorizadas, cujas características puderam ser plenamente utilizadas. E foi ali que a guerra moderna teve sua aplicação prática integral.

Ao definir suas regras, Rommel preconizava :

— O cerco do inimigo e sua subsequente destruição, deve ser o propósito direto da operação. As vezes pode constituir um propósito indireto, pois qualquer força totalmente motorizada, que ainda não foi desarticulada e que conserva sua estrutura básica, pode encontrar uma saída para aquele cerco.

Graças à sua condição de força motorizada, ela pode, estando em posição central, concentrar o seu esforço sobre uma parte do anel que a cerca, inesperadamente, e romper através dele.

— Uma força cercada só pode ser destruída :

- quando não é motorizada ou se tornou imóvel por falta de gasolina, ou quando contém elementos pouco móveis, que tenham de ser protegidos ;
- quando está má dirigida ou quando o comandante decidiu sacrificar uma parte da formação em proveito do restante ;
- quando o poder combatente da formação foi quebrado e se nota a desintegração da força.

Taticamente, o combate deve encontrar-se levado a efeito com o mais alto grau de mobilidade possível. Deve-se dar atenção sobre tudo aos seguintes pontos :

- O pensamento principal deve ser concentrado nos problemas de espaço e tempo de nossas próprias forças, enquanto que se observa o desenvolvimento do adversário a fim de batê-lo separadamente.
- As linhas de suprimento são de vital importância uma vez que a essência e a munição, indispensáveis à batalha, precisam passar por elas. Assim, tudo deve ser feito para protegê-las, ou melhor ainda, por cortar as do inimigo. As operações na área da retaguarda do adversário, em que se encontram os suprimentos, provocarão inevitavelmente a que-

bra do ritmo na frente de combate, dependente, como vimos daqueles recursos.

- Os blindados representam o escudo de um exército motorizado. Tudo gira em torno deles. As demais formações são meras auxiliares. Num combate de encontro, a luta deve ser levada à conta dos elementos destruidores de tanques contra os blindados inimigos. Os nossos carros devem ser utilizados para o golpe final e decisivo.
- Os informes sobre o inimigo devem chegar às mãos do comando o mais depressa possível. Suas decisões devem ser tomadas rapidamente e transformadas em execução ainda mais vivamente. Para isso, os comandantes de formações motorizadas devem situar-se junto aos elementos da frente, levando consigo meios de comunicações abundantes.
- São fatores de sucesso : a velocidade de movimento e a coesão da organização de nossas forças. A todo sinal de desarticulação deve se seguir uma rápida e decisiva reorganização.
- O disfarce e o sigilo de nossas intenções é de suma importância para o êxito da operação. Todas as medidas que visam a enganar o inimigo são louváveis.
- Uma vez o inimigo batido, deve-se explorar o sucesso obtido com o propósito de destruir os elementos remanescentes, evitando, a todo custo, que eles possam se reagrupar e de novo oferecer combate. Aqui a velocidade surge com toda sua amplitude e valor.
- Quando Rommel trata dos problemas da técnica e da organização das forças para a luta no deserto, observa o seguinte :
- A principal exigência no problema do carro de combate é a questão da sua flexibilidade e do alcance de seus canhões.

Quem dispuser do canhão de maior alcance mais depressa atingirá o adversário ao engajar-se com ele. O peso do carro não deve influir de modo a aliviar o calibre do canhão. Mas a velocidade e capacidade de manobra são requisitos indispensáveis.

- A artilharia deve possuir, como vimos, grande alcance e precisa, acima de tudo, ser móvel e levar consigo grande quantidade de munição.
- A infantaria serve unicamente para ocupar e manter as posições necessárias, seja para impedir ao inimigo sua utilização para futuras operações, seja para o apoio às nossas manobras. Uma vez estes propósitos atingidos, ela deve estar em condições de abandoná-las para seu emprego em outro lugar. Sua mobilidade é também uma condição de êxito.

A parte descritiva do livro de Rommel nos mostra inúmeros exemplos de como estas regras foram seguidas estritamente. E não será demasiado reproduzir aqui o que se passou quando do ataque a Gazala, em maio de 1942, de modo a caracterizar o aspecto do valor das linhas de comunicações em operações móveis como as que foram desenvolvidas.

É sobretudo interessante a atuação da 90ª Divisão Leve, lançada no flanco e com a missão de cortar a linha de suprimentos dos ingleses. Das 2,30 horas do dia 26 de maio até as 10,00 horas do dia seguinte, essa grande unidade percorreu cerca de 60 milhas, durante a noite a maior parte, chegando às retaguardas inglesas quase inopinadamente. A 90ª Divisão recebia a missão de cortar a linha de suprimentos inimiga e, em parte, desempenhou-se bem, pois apoderou-se de vários depósitos, cujos itens vieram de muito favorecer as unidades alemãs, já meio desprovidas de certos recursos. Um ou-

tro exemplo bem característico do valor que Rommel atribuía às medidas para enganar o inimigo nos é dado quando do preparo desse mesmo ataque à Gazala. Como os ingleses dispunham de maior número de carros de combate, o que fez Rommel? deu ordens para que, junto à frente onde ia ser tentada uma ruptura, se reunisse o maior número possível de veículos e estes, rodando na mesma área, provocasse a maior massa possível de poeira a fim de dar a impressão de que ali se reuniam blindados. O estratagema deu resultado, pois os ingleses fiseram trazer para aquela frente uma parte de suas unidades blindadas, na suposição de que os alemães atacariam também com carros.

Vários outros casos poderiam ser citados para demonstrar o grau de habilidade de parte de Rommel na solução dos problemas da luta no deserto.

E antes de finalizar este pequeno esboço, desejamos destacar um aspecto da personalidade do cabo de guerra germânico, que bem define o seu valor como chefe. Trata-se da sua preocupação de estar permanentemente a par do que se passava, quer com suas tropas, quer com o inimigo. Julgava ele indispensável conhecer de perto a situação para poder decidir com acerto e oportunidade. Rommel utilizou sistematicamente um pequeno avião também tomado aos ingleses — para os reconhecimentos antes da luta. Algumas vezes aventurou demais. Quase foi apanhado ao descer em um trecho do deserto, em poder do inimigo. Foi ainda um estratagema que o salvou.

Sua permanência no QG (mesmo o avançado) era limitadíssima. Os seus auxiliares (muitos dos quais perderam a vida nestas ousadas incursões de reconhecimento) tinham que trabalhar depressa para poder acompanhá-lo. Os G-2 e G-3 eram os mais sacrificados. Por sorte, ele encontrou gente habilitada, em quantidade e qualidade.

A ECONOMIA NA HISTÓRIA DO BRASIL

Major JORGE E. M. FORTES

2ª PALESTRA

CICLO DA CANA DE AÇÚCAR

A primeira colônia fundada por Martim Afonso fugiu às características das povoações lançadas pelas armadas guarda-costas e pelos traficantes de pau brasil. Já se destinava à fixação do homem à terra, pelo cultivo. Em S. Vicente foi tentada a cultura dos produtos agrícolas habituais aos portugueses: trigo, cevada, vinha e frutas como pêçegos e marmelo e até a oliveira.

O clima da costa só permitia, porém, o desenvolvimento dos produtos tropicais e daí se voltarem os primeiros colonos para a cana de açúcar, o milho, o cacau, o feijão e a mandioca.

O açúcar já estava dando grandes lucros aos lusitanos desde os meados do século XV, com as plantações da ilha da Madeira, e foi trazido para o Brasil com as primeiras expedições, tanto que Cristóvão Jaques já o levou para Portugal em 1526.

Em S. Vicente, porém, é que se inicia verdadeiramente a cultura da cana. Deu tais lucros ao possuidor do engenho ali montado, o holandês Erasmo Schetz que os herdeiros dele puderam conseguir o título de Duques de Usel, ao voltar para a Holanda.

Com a instituição das capitânias, a cultura dilatou-se em direção ao norte sendo tentada nas de S. Tomé, Espírito Santo, Bahia e Pernambuco. As três primeiras fracas-

saram pela incúria ou pela atuação dos indígenas. Somente S. Vicente e Pernambuco deram lucro, particularmente aos judeus financiadores das tentativas dos donatários e intermediários para a Europa do produto tropical.

Em Pernambuco, o êxito foi enorme, por ter encontrado no massapé o tipo de solo apropriado e por ter sido Duarte Coelho enérgico com os que com ele vieram.

Aumentando a produção em progressão convincente, o açúcar se firmou como grande fonte de riqueza desde o fim do século XVI.

Este novo aspecto de colonização teve conseqüências importantes para o desenvolvimento do país, sendo as principais:

- a escravidão negra;
- o desenvolvimento pecuário e a expansão territorial;
- o estabelecimento da hierarquia social;
- a necessidade de defesa da terra;
- lutas internas.

A ESCRAVATURA NEGRA

A lavoura açucareira necessita de grande mão-de-obra; a exigua população portuguesa (um milhão de habitantes na época), a mentalidade dos que vinham para a colônia ávi-

dos de riquezas fáceis, conduziram naturalmente à procura do braço mais barato, à escravatura.

Já utilizando o escravo negro desde a exploração da costa da África, os portugueses trouxeram-no para o Brasil simultaneamente com a cana. "Nos engenhos de Pero Goes, donatário de S. Tomé, trabalham, ao lado dos serviais brancos, muitos negros da Guiné".

As dificuldades iniciais de importação dos negros, por não haver ainda comércio organizado desta "mercadoria", e a existência abundante dos índios, deram origem à utilização destes em grande quantidade nos engenhos. A captura deles passou a ser profissão rendosa, abraçada pelos mais intrépidos, principalmente os paulistas. Originaram-se as bandeiras de caça ao índio, que dilataram o Brasil ao sul e desbravaram o interior no norte.

O indígena, porém, de caráter rebelde e indisciplinado, não era afeito à vida sedentária; eram caçadores e guerreiros. Sucumbiam nos engenhos ou fugiam para as matas. Apenas a facilidade de apreensão de substitutos manteve o ritmo do trabalho nos engenhos. Os preadores conduziam indígenas aos milhares para a costa, não mais para exportação, mas para distribuí-los pelos engenhos.

Intensificando-se a atuação dos jesuitas contra a escravidão do índio, até extingui-la no fim do século XVII, aumentou a importação do negro, a tal ponto que Pedro Calmon atribui à diversidade de línguas, cultos e raças dos escravos a salvação do Brasil de uma conquista africana. As rebeliões que houve em Minas e Bahia, fracassaram porque os negros de cada procedência queriam reis diferentes. Isto é suficiente para evidenciar, não só a quantidade de negros importada, como a diversidade de procedência e, conseqüentemente, de costumes que influíram na formação do povo brasileiro.

O FUMO

Foi a ampliação do comércio escravo na África que deu impulso inicialmente a outra produção nacional, o tabaco, localizada principalmente no recôncavo baiano: com três rolos de tabaco comprava-se um negro na África.

Além disto, o costume litúrgico dos indígenas americanos foi se transformando em hábito e prazer dos brancos, o qual, embora combatido pela Igreja, justamente pelo prazer que proporcionava, desenvolveu-se na Europa, desde o século XVI.

O rendimento desta produção foi crescendo com o aumento da importação de escravos e com a expansão do vício, chegando a "mais que o dôbro dos rendimentos dos quintos do ouro", no início do século XVIII.

O DESENVOLVIMENTO PASTORIL E A EXPANSÃO TERRITORIAL

Introduzido na colônia com o acúcar, o gado foi inicialmente energia para as moendas, transporte, e, em menor escala, alimento. Depois foi fornecedor de couro, deste se fazendo tudo que fosse necessário: vestimenta, mobília, etc.

Desenvolvendo-se o cultivo da cana, as plantações foram se espalhando pela costa, internando-se apenas ao longo dos rios que lhes facilitassem transporte econômico para os engenhos.

O gado, reproduzindo-se com grande facilidade, foi então sendo expulso das proximidades do engenho para o interior, encontrando nos campos pobres da caatinga um habitat favorável. Exigindo grandes extensões de terra, rumavam as pontas de gado logo atrás dos presadores de índios, assim como os canaviais e engenhos iam se alastrando pelos caminhos das boiadas. O boi foi o "substituto histórico do bandeirante, o maior instrumento desbravador e unificador de nossa pátria".

Garcia d'Ávila, companheiro de Tomé de Souza, deu início, na Bahia, à grande expansão, dirigindo as manadas, entre o Jacuípe e o Itapi-

curu, para o rio S. Francisco, vindo seus descendentes a ocupar, no século XVII, 1.500 quilômetros de terra a beira-rio. A Casa da Torre, que fundou, é um símbolo do latifúndio pastoril que estabeleceu.

De Pernambuco, caçadores de índios e o gado chegaram também ao S. Francisco fundando Penedo em 1560, iniciando o domínio do grande rio.

O próprio Garcia d'Avila atuou contra os Caetés de Sergipe, em 1573, mas foi Cristóvão de Barros, em 1590, aprisionando cerca de quatro mil, que consolidou a conquista, unindo as duas fontes de expansão no nordeste.

Enquanto estes criadores foram subindo lentamente o rio, outros, saídos de Pernambuco, ocuparam as terras da Paraíba e Rio Grande do Norte, no fim do século XVI, depois que Martim Leitão, Mascarenhas Homem e Jerônimo de Albuquerque as livraram dos potiguaras e dos franceses que, depois do fracasso da tentativa do Rio de Janeiro, continuavam a contrabandear pau brasil nas costas nordestinas.

Na segunda metade do século XVII (o século do açúcar), expulsos os invasores holandeses, os criadores baianos já haviam atingido a grande curva do rio S. Francisco. Das terras da Casa da Torre saíram Domingos Afonso (Mafrense ou Sertão) e seu irmão Jorge Afonso Serra, auxiliados pelo bandeirante Domingos Jorge Velho. Atravessaram o rio, galgaram a serra, hoje chamada dos Dois Irmãos, subiram o Canindé, estabelecendo-se na região de Oeiras, onde criaram 30 fazendas de gado, depois doadas aos jesuítas, confiscadas por Pombal e hoje do domínio do Estado (Fazendas Nacionais). Delas saíram manadas que atravessaram o Parnaíba, subiram o rio das Balsas e foram espalhar-se pelo norte de Goiás; mais tarde migraram para o Pará e deram origem às criações da ilha de Marajó. (O internamento no Amazonas foi devido aos caçadores de índios, mas, de acordo com o meio ambiente, em canoas, como também o fizeram os "droguistas",

a procura das especiarias da grande bacia: cacau, cravo, canela, sementes oleaginosas, etc.).

Expandindo-se para este, o gado do Piauí completou a ocupação da terra ao encontrar-se com as boiadas pernambucanas vindas do Rio Grande do Norte.

O desenvolvimento pecuário do nordeste ligou-se diretamente ao engenho.

O do sul, iniciado também simultaneamente com a produção açucareira, em 1532, não se prendeu a ela, não só porque o solo paulista não deu o mesmo impulso à cultura, como também porque o paulista tinha índole mais aventureira, "de indissimuláveis predileções pastorais". No planalto, ao contrário do nordeste, imperavam a pequena propriedade, a pequena indústria e a criação do gado. Esta se desenvolveu por si, não como corolária da outra.

"O objetivo da exploração do ouro e da prêa ao índio é ou preliminar ou intercorrente ou episdico: exploradores de ouro ou caçadores de índios acabam senhores de engenho ou donos de vastos latifúndios criadores". Os sertanistas e bandeirantes foram os exploradores dos sertões desconhecidos, estabelecendo roteiros e dizendo da existência dos novos campos próprios para a fundação de engenhos e currais. Correntes de colonizadores ali foram estabelecer novos centros de riqueza e de povoamento. As estradas abertas foram logo percorridas pelo gado.

Partindo de S. Vicente, o gado foi conduzido pela costa até Lages e Angra dos Reis; de S. Paulo foi permitir a fundação de Taubaté, Itú e Sorocaba, ainda no século XVI.

De Taubaté foi levado, pelo Parnaíba, às nascentes dos afluentes do S. Francisco e, por este, ao encontro dos currais baianos. Pelo Tietê, chegou ao Paraná, irradiando-se para o Triângulo Mineiro e planalto goiano, pelo vale do Parnaíba; para os campos de Vacaria, em Mato Grosso, pelos afluentes da margem direita. De Sorocaba, os povoadores dirigiram-se para o sul, en-

chendo de currais os Campos Gerais do Paraná e Santa Catarina, recebendo o gado platino também originário de S. Vicente, trazido pela estrada das Missões ao Viamão e a Lages.

De norte a sul, os currais tornaram-se marcos que permitiram aos portugueses estabelecer o "uti-possidetis" como argumento básico para a delimitação da colônia, em Madri e S. Ildefonso.

A HIERARQUIA SOCIAL

A produção açucareira, estabelecendo a verdadeira colonização, provocou a conseqüente organização social.

Os primeiros colonos aqui chegados eram elementos de pequena nobreza ou mesmo dos grandes ramos da aristocracia, que vieram tentar refazer o patrimônio delapidado nas extravagâncias da corte.

Numa terra que nada produzia, a construção do engenho era empresa financeira de vulto. Os capitalistas eram raros na colônia. Os da metrópole e os comerciantes da costa só socorriam aqueles que tivessem probabilidade de garantir um empreendimento seguro, ou seja aqueles que possuíssem terras amplas para o cultivo. "Senhores de engenho", título que valia por nobreza, só podiam ser, portanto, aqueles que tivessem posses ou crédito considerável e, assim sendo, só se satisfaziam com grandes tratos de terra, criando o sistema latifundiário. Juntava-se ao erro da monocultura o do latifúndio.

Empregando na lavoura um número considerável de braços escravos e exigindo o problema financeiro certo tino administrativo e econômico, só venceram os mais capazes e, por isso, se transformaram em dirigentes, congregando, num grande clã, aqueles que se lhe tornaram subordinados. O engenho tinha de ser oniprodutivo e capaz de organizar sua própria defesa contra as constantes correrias dos indígenas. Não tendo a colônia um aparelhamento comercial, todos os ofícios e pequenas indústrias eram re-

presentados no engenho. O próprio pano do vestuário dos escravos era feito ali. Os poderes públicos não tendo possibilidade de manter forças suficientes para impedir as incursões estrangeiras, não podiam socorrer os agricultores na defesa de seus domínios. Eles mantinham, então, pequenos exércitos, perfeitamente organizados, que transformavam cada engenho em uma verdadeira fortaleza.

Os senhores de engenho eram, por isso, a mais alta expressão social no início da época colonial. Tornaram-se potências na administração, baseados no grande clã fazendeiro, no exército de mamelucos, cafusos, pardos e mulatos que sustentavam. Esta classe senhorial do Brasil colônia ainda subsiste, embora menos poderosa, mas influenciando ainda na organização administrativa da República.

Os outros colonos, sem capital para a montagem e manutenção de um engenho, arrendam lotes aos senhores de engenho ou pedem sesmarias para nelas criar. Esta atividade, a pastoril, era fácil de iniciar, pois bastavam poucas cabeças para que, em breve, o sesmeiro já pedisse mais terra ou se lançasse para o sertão a procura de novos pastos. Outro tipo de latifúndio se organizou, o pastoril, mas que não produziu o mesmo tipo de dirigente luxuoso dos senhores de engenho.

O criador era socialmente menos desenvolvido, pois a atividade pastoril não exigia aptidões de organização e administração. Tinha, porém, de ser rústico e combativo, chelo de audácia e iniciativa. Aqueles homens enérgicos foram os pontos avançados dos engenhos contra as incursões indígenas. A criação era, contudo, o degrau para a aquisição do engenho e a conseqüente alta posição social.

Aqueles que, sem capital ou essas qualidades do criador, viessem para a colônia, tinham que se sujeitar à condição subalterna nos engenhos, de membros do clã fazendeiro, executando os ofícios manuais necessários, juntando-se aos mestiços para a defesa dos senhores.

Os mestiços eram considerados logo abaixo dos brancos, apresentando-se os mamelucos como mais importantes que os demais, face às considerações que tinham os jesuitas para os primitivos senhores da terra, de quem descendiam.

A ralé social era representada pelos escravos negros, que nem eram considerados humanos. Palmares foi a expressão de rebeldia contra este sentimento de que eram vítimas.

A DEFESA DA TERRA

Os holandeses, até 1585, foram, na Europa, os distribuidores dos produtos das colônias portuguesas da Ásia e América. Os lusitanos, defendendo a teoria dos "mares fechados" procuravam manter o monopólio da navegação entre a metrópole e as colônias.

Com a passagem do cetro português para as mãos de Felipe II, este fechou o porto de Lisboa à Holanda, com quem a Espanha estava em guerra. Financeiramente fortes e tradicionalmente marinheiros, os batávos resolveram, então, ir buscar, nas próprias fontes, os produtos que lhes eram negados. Entre estes estava o açúcar brasileiro, do qual os holandeses eram os principais consumidores.

No fim do século XVI e princípio do seguinte, houve incursões de corsários holandeses na costa brasileira, saqueando portos e aprisionando vários navios que se dirigiam para a Europa. Não havia, ainda, idéia de conquista, mas estes navegadores, e particularmente os que foram presos e depois fugiram, estes navegadores adquiriram grande conhecimento sobre as condições econômicas e geográficas da colônia.

Animados com o êxito da Companhia das Índias Orientais, que lhes assegurou mais tarde a posse de muitas colônias portuguesas na Ásia, os holandeses organizaram a das Índias Ocidentais (1621).

Com o intuito de se apossar de toda a colônia da América, dirigiu-se o ataque à própria sede do governo, ainda mais porque a Bahia era uma das principais produtoras

de açúcar e porque possuía um porto de fácil acesso, largo e seguro. Seria ótimo ponto para a expansão posterior para o resto da colônia.

O fracasso da tentativa foi, em parte, compensado pelo saque feito, mais tarde, por Pieter Heyn à Bahia e pela captura da "frota da prata" espanhola, pelo mesmo corsário (1627-28).

O novo ponto visado foi, então, a própria "Suikerland", principalmente porque sabiam ser a capitania mais rica em açúcar, mas também por ser o porto mais perto da Europa, de ocupação mais fácil e estrategicamente colocado para interceptar os galeões do Peru e Chile e mesmo para dali lançar-se à conquista destas colônias espanholas (como realmente feito por Elias Herckman contra o Chile).

A posse holandesa se caracterizou pela preocupação comercial, arrendando-se os engenhos tomados aos nativos retirantes, explorando ao máximo o monopólio do comércio e da navegação, procurando alargar a pilhagem na costa, do Maranhão à Bahia, situando a sede do governo em Recife, porto que facilitava o comércio, em lugar da aristocrática Olinda. Este interesse comercial ficou patente com a substituição de Maurício de Nassau, que procurou estabelecer uma civilização, em vez de apenas um entrepôsto. Forçado pelos capitalistas da Companhia a abandonar seus ideais de liberdade face aos interesses mercantis, exonerou-se ao término do contrato para governar o domínio holandês.

Tendo se apossado sistematicamente dos engenhos, os flamengos levantaram contra si forças poderosas, representadas pelos proprietários, como o demonstrou a reconquista do Maranhão pelos espoliados, quando a metrópole portuguesa não os podia socorrer, por estar a tal ponto envolvida na guerra de restauração que propôs a troca da colônia americana pelo auxílio batavo na Europa.

Com a partida de Nassau, aumentou de intensidade a ganância dos comerciantes, que então se torna-

ram senhores absolutos da colônia, e também a revolta dos homens da terra. Foram dezesseis senhores de engenho, apoiados pelo Governador da Bahia, em desobediência às ordens de Lisboa, que assinaram o compromisso de se unir para a libertação da terra usurpada, isto é, das lavouras que, durante a dominação holandesa, pagaram em dobro o capital empenhado na conquista e manutenção delas.

LUTAS INTERNAS

O sentimento nativista nasceu no ciclo do açúcar, provocado pelos interesses econômicos postos em choque.

Foram os interesses dos senhores de engenho que fizeram a insurreição pernambucana, apesar da vontade da metrópole de conquistar um aliado na Europa, em troca de grande parte da colônia americana. A força demonstrada nesta luta tornou os orgulhosos senhores de engenho mais convencidos da missão de orientar o governo da colônia. Depois da expulsão dos conquistadores, passaram a ditar suas vontades, prontamente obedecidos pelo rei lusitano, a ponto de substituir um governador e ver o que nomearam interinamente confirmado por Lisboa. Apesar disto, continuavam a ser fiéis súditos de Sua Magestade.

Ferindo os interesses dos senhores de engenho ao abolir a escravidão do índio em 1680 e os dos comerciantes ao dar o monopólio do comércio a uma Companhia de Comércio de Lisboa, pelo prazo de vinte anos, o governo português provocou o primeiro grito de Independência: o de Manuel Beckman, em 1684.

A luta mais intimamente ligada ao açúcar, porém, foi a surgida em 1710, entre os orgulhosos senhores de Olinda e os comerciantes portugueses de Recife, aos quais aqueles deviam grandes quantias, que os feudos açucareiros não estavam, então, em condições de produzir. Esta situação de credor fez com que a nova classe burguesa das cidades, os "mascates", se insurgisse contra

a hegemonia política até então gozada por seus devedores.

A elevação definitiva do "pelourinho" em Recife marcou o início da decadência dos senhores de engenho.

(Esta luta entre os agricultores e comerciantes reviverá em Pernambuco um século depois, em 1817, quando os nativos novamente se insurgirão contra os mercadores portugueses.)

DECADÊNCIA DO AÇÚCAR

Embora produzido em grande escala durante o período de 1600-1800, em que permaneceu como o primeiro produto de exportação, considerava-se como "ciclo do açúcar" apenas o século XVII pois, levando os holandeses a cana para a América Central e Antilhas, apareceram na Europa os produtos destas regiões simultaneamente com a maior atenção dada, no Brasil, à mineração, desde a descoberta do ouro no fim daquele século.

Em 1770 houve novo surto açucareiro com a queda da mineração, a extinção das Companhias de Comércio e a guerra da Inglaterra com os Estados Unidos, o que obrigou aquela a tornar a importar o açúcar brasileiro.

Na primeira década do século XIX, o comércio direto com os ingleses aumentou ainda mais a produção brasileira.

Mas, com o fim do período napoleônico, surgiu o maior concorrente, o açúcar de beterraba, cujo processo de extração foi descoberto como consequência do bloqueio da França, assenhoreando-se do mercado europeu.

O emprêgo das máquinas a vapor, tardiamente introduzido nos engenhos (segunda metade do século XIX), não pôde fazer face à produção das usinas européias.

O produto, que num total de 530 milhões de libras (exportação brasileira de 1530 a 1822) concorreu com 300 milhões, não está classificado hoje entre os dez primeiros produtos em valor de exportação.

(Continua)

Considerações sobre o litígio perúvio-equatoriano

1º Tenente CELSO VIANA DE ARACJO,
da Arma de Engenharia.

Cada vez mais nos convencemos de que os problemas de qualquer nação americana constituem, inegavelmente, também problemas para o Brasil, mormente se a ocorrência tiver lugar no bloco sul-americano. Somos dos que crêm, não há negar, que aos demais irmãos de uma família cabe tomar o máximo de interesse na solução de dissensões que eventualmente intranquilizam alguns de seus membros, ameaçando desta forma romper a harmonia que deve imperar num lar cristão. Transplantado para o campo das relações internacionais, tal interesse na solução dos descentendimentos deve circunscrever-se às normas do Direito Internacional, de modo a jamais ferir o sagrado princípio de soberania dos Estados descentendidos. Agindo rigorosamente dentro deste critério, estamos concorrendo para promover a concórdia internacional e evitando que, inocente ou criminosamente, nos tachem de intervencionistas, quando nunca nos animou idéia tão nefanda quanto odienta, tanto mais que, nos dias que correm, as nações do mundo livre se tornam cada vez mais ciosas de suas prerrogativas de Estados soberanos; movemos tão somente o princípio bem humano de solidariedade, expresso, para os povos do nosso continente, no que se convencionou chamar "Pan-americanismo", doutrina enxertada de espírito acentuatadamente americanista e refletido na afirmação: "A América para os americanos". Não obstante já se achar ratificada pelas vinte e uma nações do continente, a doutrina pan-americanista não se consolidou definitivamente, a ponto de consti-

tuir uma barreira insuperável que possa impedir o aparecimento de questões entre as potências signatárias. Várias reuniões têm sido promovidas pelos chanceleres das nações membro com a finalidade de firmarem pontos de vista ante determinados problemas que ameaçam a segurança do mundo não escravizado ou de acertarem seus relógios em assuntos político-econômicos, a fim de possibilitar às regiões menos desenvolvidas do continente o necessário apoio material e técnico para sua expansão em busca de melhores níveis de vida para os seus habitantes. Solução altamente sábia porque, sobre proporcionar àqueles povos um auxílio justo e humano, constitui u'a maneira hábil, segura e bastante sólida de reprimir as insinuações de ideologias falsamente salvadoras.

— Por tudo que acabamos de ver e por outras tantas razões que não nos cabe analisar neste trabalho, concluímos que de modo algum seria razoável nos alhearmos dos fatos ocorridos em nações irmãs, fatos por vezes aparentemente insignificantes, mas que no seu bôjo levam os germes que podem comprometer o equilíbrio dos Estados americanos, solapando sua granítica estrutura, cujo alicerce construído pelos nossos antepassados, toma corpo atualmente graças aos esforços dos que ardentemente pugnam pela coesão da família das américas.

Se é verdadeira que a mais perigosa fronteira do mundo se estende através das frígidas águas do Estreito de Bhering, onde se defrontam as duas mais poderosas nações que lideram os dois blocos em

que se acham divididos os povos do mundo, não menos verdade é a afirmação estarrecedora de que a fronteira mais perigosa das Américas se acha na região dos andes setentrionais entre o Equador e o Peru, não obstante os últimos acontecimentos na pequenina República Guatemalteca ameaçarem arrebatar para a América Central o indesejável cetro que atualmente se encontra com aqueles países da América do Sul.

— O litígio péruvio-equatoriano tem suas raízes lançadas no passado, remonta à formação daquelas nacionalidades, datando dos primórdios de seu desenvolvimento ainda mesmo como colônia da coroa espanhola.

— Recordemos um pouco da História das Américas, no caso presente, História da América do Sul, na parte referente às colônias espanho-americanas. Não nos esqueçamos, ainda, que o soberano de Espanha, arrostando grandes dificuldades em governar seu vasto império colonial das Índias Ocidentais, resolveu dividi-lo em regiões a fim de facilitar-lhe a árdua tarefa de administrar, bem como melhor defendê-lo das cobiças de outras nações que, àquela época, infestavam os mares de piratas visando lançar cabeças de praia no novel continente. Por uma imposição Geográfica (hoje, diríamos geopolítica) surgiram com essa medida os vice-reinados de Nova Granada, do Peru e do Prata. Coube, nesta divisão territorial ao hoje Equador, e então Audiência de Quito, fazer parte do vice-reinado do Peru, donde a evolução da pequenina República equatoriana acha-se intimamente ligada ao descobrimento, colonização e exploração do legendário império dos Incas. Passados alguns anos via aquela Audiência o seu território incorporado ao vizinho vice-reinado de Nova Granada para, quatro anos depois, retornar a integrar-se no do Peru, de onde, aproximadamente duas décadas depois, se desmembraria para novamente anexar-se ao vice-reinado de Nova Granada, onde permaneceu até 1830, ano em que se desligou da grande

República da Colômbia para, juntamente com a Venezuela, se constituírem em nações soberanas, politicamente. Como vemos, a formação do Equador somente poderia, futuramente, quando independente, deixar dúvidas quanto as suas verdadeiras linhas fronteiriças, pois já na primeira metade do século dezoito constituía objeto de disputa entre aqueles dois florescentes vice-reinados, e não nos diga que o móvel de tal vai-e-vem seria puramente tornar mais acessível a Quito a ação do Vice-Rei, senão o completo domínio daquele departamento pelo os dois vice-reinados que febrilmente o disputavam.

Mal surgiam os primeiros albosres do século dezenove e já as colônias espanholas, enxameadas de sanguinários caudilhos, sequeiros de poder, se agitavam para iniciar a Batalha pela Independência. Não obstante a ocorrência de caudilhos inescrupulosos e aproveitadores do espírito patriótico daquelas massas para conseguirem seus escabrosos intentos, líderes, verdadeiros "condottieri" emergiram daquele tumultuoso cenário político americano e dentre essas figuras que se notabilizaram pela luta em prol da liberdade dos povos americanos destacam como estrélas de primeira grandeza, no extremo norte — Bolívar, no extremo sul — San Martín. Pena é que esses homens idealistas não tenham conjugado os seus esforços para consecução do objetivo único que os animava — extirpar o jugo espanhol na terra americana. Homens cultos, batalhadores de uma grande causa, jamais se entenderam porque os seus ideais se assentavam em princípios completamente opostos; enquanto Bolívar sonhava com a independência da América para se constituir em grandes e poderosos blocos continentais, San Martín idealizava uma liberdade completa em que estes povos se unissem ou dividissem a seu bel prazer. O princípio de San Martín levou vantagem, muito embora a História tenha se encarregado de mostrar que o grande libertador do norte tinha razão.

Proclamada em 1819 a independência da grande República da Colômbia, da qual faziam parte os atuais Estados do Equador e Venezuela, que cedo se desmembraram para se constituírem nações soberanas, tiveram início os sucessivos choques e a eterna luta diplomática entre Peru, Equador e Colômbia para o estabelecimento das linhas fronteiriças, muito embora esta última tenha chegado a um acordo com o Peru em 27 dez 1927, pelo qual eliminavam o Equador de suas pretensões de acesso ao alto Javari e ao médio Japurá. Violando este acordo, o Peru apoderou-se pelas armas, do povoado colombiano de Letícia, situado aproximadamente em frente a embocadura do Javari, não obstante ter aceito a soberania da Colômbia naquele território, consoante os termos do convênio acima referenciado. Confirmava assim o Peru as suas ambições no Território ao Sul do Japurá, disputado pela Colômbia, Equador e Peru. Nações oriundas do mesmo tronco ibérico, herdeiras da mesma língua e religião, dos mesmos costumes e tradições jamais se harmonizaram ou se entenderam para a solução do território contestado da média bacia amazônica, ao sul do Japurá e ao norte do baixo Javari. Muito embora sem plena aceitação de parte a parte, as fronteiras colômbio-equatorianas e perúvio-colombiana foram definidas e traçadas, ora na selva virgem da amazônia, ora nos soberbos e majestosos planaltos da muralha andina, fazendo desaparecer as nebulosas que ameaçavam a paz continental. As cousas porém não se processavam da mesma maneira com a faixa lindeira perúvio-equatoriana. E por que, perguntamos? Procuremos, dentro dos nossos reduzidos conhecimentos, analisar a questão, e ver se concluímos algo de aproveitável para responder aquela indiscreta pergunta. Dissemos linhas atrás que o Equador no início de sua formação colonial constituiu, durante certo tempo, parte integrante dos vice-reinados do Peru e de Nova Granada, alternadamente, quando tinha uma ex-

tensão territorial superior a atual, abrangendo, no dizer dos advogados equatorianos, grande parte dos atuais departamentos de Loreto, no Peru e Caqueta na Colômbia ambos com acesso ao médio Solimões, em trecho francamente navegável para navios de calado médio, até Iquitos, no Peru. Cremos que, para o leitor experimentado em assuntos desta natureza, nada mais temos a dizer, sendo, no entanto, nosso desejo esquematizar o que foi dito por uma questão puramente de método. Resumindo, podemos enumerar como sendo três os motivos que fizeram com que o Equador, muito logicamente se empenhasse de unhas e dentes para obter a soberania sobre o território litigioso:

1 — recuperar sua antiga ascendência sobre aqueles territórios que lhe pertenciam quando se achava incorporado ao vice-reinado do Peru;

2 — atingir o curso médio do Rio Mar, fato que lhe daria uma saída para o Atlântico, independente do controlado e guarnecidíssimo canal do Panamá ou através do longínquo Estreito de Magalhães;

3 — desejo natural de um país pequeno de aumentar o seu território tanto mais quando julga que este território foi usurpado em aproximadamente metade. (Inserir o croquis anexo).

A título de considerações finais cabe-nos dizer que as terras contestadas da bacia amazônica foram submetidas ao juízo arbitral do presidente dos Estados Unidos, cuja decisão afastou para sempre o Equador de suas aspirações ao médio Solimões, deixando a grande artéria, naquele trecho disputado, em poder dos peruanos e colombianos que muito bem entenderam a sua importância na partilha feita pelo convênio de 1927. Em face daquela decisão final, ficou o Equador reduzido a um território que, encravado nos labirintos da Cordilheira Andina, se estende para leste à semelhança de um triângulo cujo vértice mais oriental se encontra um pouco à jusante da confluência do Napo, afluente do Amazonas, com

o seu sub-afluente Curarai. Não obstante aquela decisão arbitral não perdeu o Equador as esperanças de avançar as suas fronteiras rumo ao Solimões, fato este espelhado nos constantes incidentes daquela irrequieta fronteira, mas que têm, pela gravidade que arrasta, uma significação continental. Perigosos choques têm pontilhado a vida daquelas Repúblicas, onde conflitos armados parecem alastrar-se de maneira inevitável, não fôsse a ação

ziguezaguear os ânimos e se tornar fiador dos compromissos então aceitos por ambos os querelantes. Por fim, após demoradas conversações, entremeadas por protestos de parte a parte, chegou-se a uma trégua naquela disputa, conseguindo assim, pelos menos superficialmente, senão extirpar de uma vez os germes das discórdias perúvio-equatorianas, pelo menos minorar-lhe as causas e, conseqüentemente, os efeitos. Daí a necessidade das chan-



neutralizante da diplomacia pan-americana. Esta situação de desassossego permanece inalterável, havendo perigo latente de, a qualquer momento, e por motivos de somenos importância, irromperem-se as hostilidades entre aqueles tradicionais querelantes. O Brasil, entre outros países americanos, diante do clima de constante inquietação na faixa fronteiriça em causa, ameaçando destarte a paz e a harmonia dos povos americanos, ofereceu seus bons ofícios no sentido de apa-

celarias dos países signatários de tão importante resolução para a vida americana manterem-se, não somente alertas, mas vigilantes, a fim de garantirem os princípios de soberania daqueles dois países, além de promoverem a concórdia daquela inquieta região do continente. Finalizando estas modestas considerações sobre o conflito perúvio-equatoriano, verdadeiro câncer a solapar a harmonia das repúblicas latino-americanas, lanço o meu apelo aos representantes das nações

fiadoras da paz e harmonia na alta bacia amazônica para que envidem todos os esforços com o objetivo de evitar derramamento de sangue, o que seria sumamente desastroso, não somente para as nações diretamente interessadas, mas para as vinte e uma nações americanas. Estamos certos que as armas da habilidade diplomática saberão substituir soberbamente as poderosas e arrasadoras armas da força, numa

demonstração eloquente do estágio de civilização a que alcançamos no século em curso.

"A América para os americanos", mas u'a América constituída de americanos unidos, coesos e orientados para o mesmo ideal de paz, harmonia e progresso, e não uma farsa de pan-americanismo, condizente tão somente em literatura diplomática, é o nosso desejo.

PEDIDOS DE LIVROS

Escreva o título da obra e o nome de seu autor — Quantos volumes deseja e o seu nome e endereço — Os pedidos via rádio devem ser feitos pelos companheiros que servirem em guarnições longínquas — "A Defesa Nacional" adquire e remete pelo sistema reembolsável qualquer livro — das livrarias desta capital —



O CÓDIGO DE JUSTIÇA MILITAR ARGENTINO

Tradução do General NISO DE VIANNA
MONTEZUMA

IV

TRATADO SEGUNDO

Processo nos Juizos Militares

LIVRO I

Normas gerais

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 140. A justiça militar é ministrada gratuitamente.

Art. 141. As autuações judiciais serão manuscritas ou dactilografadas, em papel de linho e tinta preta. Só na falta desse material poderá ser utilizado outro.

Art. 142. Para as diligências da justiça militar são hábeis os dias feriados. Eles estão incluídos em

todos os termos que este código estabelece.

Art. 143. Os termos de dias se contam de 24 em 24 horas e principiam a correr à meia noite do dia da notificação.

Os termos de horas, a partir da indicada na notificação ou diligência respectiva.

Art. 144. Todos os termos podem ser prorrogados quando a juízo do tribunal ou da autoridade, conforme o caso, não fôr possível praticar, dentro dêles, os atos e diligências para que foram estabelecidos.

Art. 145. Quando não houver prazo estabelecido para execução de uma diligência ou ato judicial, deverá ser executado sem perda de tempo.

Art. 146. Nos juizos militares se procede, exclusivamente, por acusa-

ção do fiscal e não se admite ação privada, salvo no caso previsto pelo art. 130, inciso 2º.

A intervenção dos prejudicados pela infração se reduz a apresentar a denúncia e auxiliar a justiça dentro dos limites e na forma prescrita por este código.

Art. 147. Não será iniciado processo, perante os tribunais militares, por delitos comuns de ação dependente de instância privada, como dispõe o Código Penal, se não houver denúncia da mulher ofendida, do seu tutor, responsável ou representantes legais.

Art. 148. A ação de danos e perdas provenientes dos delitos de jurisdição militar, deve ser proposta perante os tribunais civis.

Art. 149. Os tribunais militares podem determinar, em benefício dos legítimos donos, a restituição dos objetos apreendidos aos acusados e dos que houverem sido apresentados em juízo, como comprovação de infração penal, sempre que por disposição de lei não devam ser confiscados em favor do Estado.

TÍTULO II

QUESTÕES DE COMPETÊNCIA E CONFLITOS DE ATRIBUIÇÕES

Art. 150. As questões de competência entre os tribunais militares, e as destes com os de outra jurisdição, podem ser suscitadas de duas maneiras:

1º) quando o tribunal militar que se considera competente se dirige, por ofício, ao outro tribunal que tomou conhecimento da causa e lhe pede que se iniba de nela prosseguir, que lhe remeta o processo e ponha o acusado à sua disposição;

2º) quando o tribunal militar a que se distribuiu a causa, se nega a tomar conhecimento dela e remete os autos a outro tribunal ao qual atribui a competência.

Art. 151. Na primeira forma, o tribunal requerido, dentro das 24 horas seguintes, comunicará ao requerente se se considera impedido de tomar conhecimento ou se confirma sua competência.

Se resolver pelo impedimento, remeterá os autos ao outro tribunal, pondo o acusado à sua disposição.

Se decidir manter sua competência, expressará as razões com que justifica sua decisão. Se o requerente não aceitar essas razões e considerar que deve insistir em sua competência, remeterá, imediatamente, os autos ao Conselho Supremo das Forças Armadas ou à Corte Suprema de Justiça Nacional, conforme o caso, para que decida a questão e dará simultaneamente aviso ao tribunal requerido para que remeta, também sem demora, o expediente relativo ao processo.

Art. 152. Recebidos os autos, o Conselho Supremo os encaminhará, diretamente, ao fiscal geral, dentro de 24 horas. Devolvidos os autos, o Conselho Supremo resolverá definitivamente em reunião que deverá realizar-se dentro dos dois dias seguintes.

Art. 153. Na segunda maneira, o tribunal militar que se nega a tomar conhecimento, remeterá, no ato, o respectivo expediente, com ofício, ao outro tribunal a que atribuir a competência.

Se este aceitar o conhecimento da causa, dará aviso ao tribunal remetente para que ponha o acusado à sua disposição.

Se não aceitar, devolverá o expediente com as observações correspondentes e devidamente fundamentadas. Neste último caso, se o tribunal insistir em eximir-se, o expediente será remetido ao Conselho Supremo das Forças Armadas ou à Corte Suprema de Justiça Nacional, conforme o caso, para que decida a questão, com conhecimento do outro tribunal.

Art. 154. Em todas as questões de competência os tribunais militares resolverão em sessão, ouvindo previamente seus auditores ou assessores legais.

Art. 155. Os atos praticados pelo conselho declarado incompetente serão válidos e não se terá de proceder à sua ratificação.

Em qualquer caso, enquanto não se resolver o conflito, os processos ficarão em suspenso.

Art. 156. Os conflitos de atribuições entre os funcionários e empregados da justiça militar serão resolvidos pelo Conselho Supremo, em reunião, a requerimento da autoridade militar e depois de vistos pelo fiscal geral. Esta vista será despachada dentro de 24 horas e a decisão será tomada dentro dos dois dias que se seguirem à devolução do expediente pelo fiscal geral.

Art. 157. As questões de competência podem ser suscitadas por iniciativa dos tribunais, a requerimento do fiscal ou da parte.

Art. 158. A segunda forma de promover a competência ou seja por declinatoria, poderá ser impugnada, como exceção, na notificação a que se refere o art. 345, se antes não tiver sido promovida.

Art. 159. Quando um juiz instrutor tiver conhecimento de que dentro da jurisdição militar se procede a outra instrução pelo mesmo fato de que ele está encarregado, o participará à autoridade militar competente para que sejam tomadas as necessárias providências.

TÍTULO III

NOTIFICAÇÕES, CITAÇÕES E EMPRAZAMENTOS

Art. 160. As notificações serão feitas imediatamente depois de pronunciadas as sentenças, resoluções e providências. Em nenhum caso poderão demorar mais de 24 horas.

Art. 161. Quando a notificação chegar à secretaria do conselho, o secretário dará vista ao interessado, da sentença, resolução ou providência que se notifica, permitindo-lhe tirar cópia dela, se o solicitar, porém exclusivamente da parte a ele referente.

Art. 162. A notificação elaborada nas repartições compreende o mesmo expediente e será assinada pelo secretário e pelo interessado.

Caso este último não saiba ou não queira assinar, se fará constar isso na notificação que, então, será assinada por duas testemunhas que o secretário requererá no momento.

Art. 163. A notificação da sentença será feita, sempre, pessoalmente

aos interessados e no mesmo expediente do processo. Nela se observará o disposto no art. 161.

No tocante às demais providências ou resoluções, a notificação que se executar fora das repartições será feita por mandado, que deve conter:

- 1º) a indicação do processo;
- 2º) a designação do tribunal em que ele se processa e a do secretário;
- 3º) o nome da pessoa a quem se notifica;
- 4º) a data da notificação;
- 5º) a cópia da resolução ou providência que se notifica.

Art. 164. Este mandado será feito em duplicata. Uma cópia ficará em poder do interessado e na outra será lavrado o termo de entrega, com indicação do lugar, dia e hora; será assinado pelo interessado e juntado ao expediente.

Art. 165. Se o oficial ou pessoa encarregada da notificação não encontrar a pessoa a quem vai notificar ou esta não quiser recebê-la, entregará o mandado ao militar mais indicado, se a notificação se fizer em quartel ou estabelecimento militar; se se fizer em domicílio particular, a qualquer pessoa da família e, na falta desta, ao agente, posto ou repartição policial mais próxima.

Em ambos os casos se procederá da maneira indicada no art. 164, fazendo a pessoa que o recebe passar recibo do mandado e lhe recomendando a entrega deste.

Art. 166. O emprazamento e a citação das pessoas cuja presença à instrução ou ao juízo seja necessária, obedecerá as mesmas normas das notificações; o documento de emprazamento, porém, será acrescido do prazo dentro do qual deverá o emprazado apresentar-se.

A citação de testemunhas militares poderá fazer-se por memorando ou telegrama aos respectivos chefes; quando se tratar de civis poderá ser feita por intermédio da polícia ou por telegrama colacionado bem como por memorando, certificando-se devidamente nos autos.

Art. 167. Em caso de urgência e nos conselhos de guerra especiais as notificações, citações e emprazamentos podem ser feitos de qualquer forma, mesmo verbalmente, dando conhecimento ao respectivo chefe quando se tratar de militares.

Art. 168. Se a pessoa que tiver de comparecer à instrução ou ao juízo se encontrar fora do lugar em que funciona o conselho ou o instrutor, a citação ou o emprazamento serão feitos por ofício dirigido à autoridade militar sob cujas ordens servir; se não for militar, por precatória, a qualquer dos juizes ordinários ou funcionários civis da respectiva localidade.

Art. 169. Quando estiver ausente, em lugar incerto ou não sabido, a citação ou o emprazamento poderão ser feitos por editais publicados durante três dias nos jornais da localidade e, em caso de não haver jornais, por editais fixados em lugares públicos.

A cópia dos editais e um exemplar dos jornais, em que houverem sido publicados, serão juntados aos autos.

Art. 170. A presença de acusados que se acharem em lugar incerto ou não sabido, se promoverá requerendo sua captura por meio de ofício às autoridades do lugar de seu último domicílio conhecido e por meio de carta precatória às de todo o país, a qual deverá ser incluída nas publicações dos respectivos ministérios militares pelo prazo fixado no artigo anterior.

TÍTULO IV

REBELDIA DO ACUSADO

Art. 171. Será declarado rebelde:

- 1º) o acusado que deixar de comparecer à citação ou chamada;
- 2º) o que se evadir estando legalmente detido.

A declaração de rebeldia será feita pelo instrutor ou pelo tribunal, mediante prévia informação do secretário.

Art. 172. Se a rebeldia for declarada em plenário, o processo será interrompido até a apresentação ou

captura do acusado, continuando, porém no que se relacionar com os demais processados presentes.

Art. 173. Se for declarada durante a instrução, as diligências de esclarecimento serão prosseguidas até completa terminação do sumário. Concluído este, se o acusado houver respondido ao interrogatório, será decretada a elevação a plenário e arquivada, com todos os elementos de convicção que for possível conservar, até sua apresentação ou captura. Se o acusado não tiver chegado a ser interrogado, serão arquivados o processo e os elementos de convicção, na repartição que a regulamentação determinar.

Art. 174. Os elementos de convicção pertencentes a terceiros, extranhos ao fato-origem do processo, serão devolvidos aos seus donos, depois de comprovada a propriedade.

Neste caso será feito, nos autos, um termo correspondente e a descrição da peça devolvida, se for possível.

Art. 175. Quando um oficial for declarado rebelde, dessa declaração decorrerá sua exclusão da respectiva instituição armada salvo se, ao apresentar-se, provar a impossibilidade material de comparecer dentro do prazo marcado.

Art. 176. Se, porém, apresentar-se sem produzir essa prova ou se for capturado e o processo terminar pela sua absolvição, o presidente da Nação poderá reincluí-lo no serviço ativo desde que o considere justo ou conveniente, sem contrariar as leis orgânicas e sem que ele retorne à colocação que, antes, tinha no respectivo almanaque.

LIVRO II

Processo ordinário em tempo de paz

«SECÇÃO I

Sumário

TÍTULO I

AUTORIDADES QUE O DETERMINAM, OBJETO E DURAÇÃO

Art. 177. A ordem para proceder à instrução de sumário emanará, na

cidade de BUENOS AIRES, dos ministérios militares, a que corresponder, ou dos funcionários militares que por eles forem expressamente designados.

Art. 178. Fora da cidade de BUENOS AIRES, a ordem a que se refere o artigo anterior será expedida pelos chefes no exercício de comando superior independente e pelos diretores de estabelecimentos militares, quando uns e outros dispuserem de juizes de instrução.

Art. 179. Nos processos dos oficiais-generais e dos funcionários togados da administração da justiça, a ordem de proceder à instrução de sumário emanará, sempre, do presidente da Nação.

Art. 180. A ordem a que se referem os artigos anteriores deve preceder, sempre, ao início ou prosseguimento do sumário.

Art. 181. O sumário tem por objeto :

- 1º) comprovar a existência de algum dos fatos que este código reprime ;
- 2º) reunir todos os dados e antecedentes que possam influir em sua qualificação legal ;
- 3º) determinar a pessoa dos autores, co-autores ou encobridores e as que tiverem responsabilidade disciplinar por faltas, assim como a consequência dos mesmos fatos, sempre que as referidas pessoas forem de hierarquia inferior a de juiz instrutor ;
- 4º) praticar todas as diligências necessárias para a captura dos acusados e para assegurar a efetividade da pena.

Art. 182. O sumário deve compreender :

- 1º) os delitos conexos ;
- 2º) todos os delitos e faltas sujeitos à jurisdição militar, ainda que não tenham analogia ou relação entre si, que se atribuem ao acusado ao ser iniciada a instrução ou no decorrer dela e sobre os quais não tenha recaído sentença irrecorrível.

Art. 183. Para os efeitos do artigo anterior são considerados delitos conexos :

- 1º) os cometidos, simultaneamente, por duas ou mais pessoas reunidas ;
- 2º) os cometidos por duas ou mais pessoas em diversos lugares, desde que entre elas tenha havido combinação.

Art. 184. O sumário é secreto e nele não se admitem debates nem defesas. Pode ser iniciado :

- 1º) por denúncia ;
- 2º) por prevenção.

Art. 185. O sumário não poderá exceder o prazo de cinco dias, não se computando nesse tempo as demoras resultantes das diligências obrigatórias que tiverem de ser realizadas fora do lugar em que funcionar o instrutor.

Se terminada a investigação dos fatos faltar juntar ao sumário antecedentes ou documentos que não possam exercer influência decisiva no seu resultado, o juiz instrutor fará subir os autos na forma prescrita no art. 327 sem esperar a chegada daquêles e fazendo constar essa circunstância em sua informação final.

As respostas dadas às precatórias e aos ofícios que forem recebidos depois, serão juntados aos autos em qualquer fase que estes se encontrarem.

Art. 186. Quando por motivos imputáveis às repartições militares, administrativas ou judiciárias, ou quando, por qualquer circunstância especial, não fôr possível terminar o sumário no prazo determinado, o instrutor levará o fato ao conhecimento da autoridade ou chefe que o houver designado a fim de serem tomadas as providências que lhe couberem sem, entretanto, interromper a instrução.

TÍTULO II

DENUNCIA

Art. 187. Todas as pessoas sujeitas à jurisdição militar que, por qualquer meio tiverem conhecimen-

to da perpetração de um crime na esfera de ação dos tribunais militares, deverão denunciá-lo ao superior a que estiverem subordinados. Incurrerá no delito de encobrimento, e será reprimido com as penas estabelecidas pelo Código Penal, quem deixar de cumprir a referida obrigação de denunciar.

Não serão levadas em consideração, em nenhum caso, as isenções previstas naquêlê diploma legal, quando se tratar de delitos especificamente militares.

A denúncia deverá ser feita, sempre, no ato de ter conhecimento da prática do delito e no interesse do serviço ou do prejudicado.

Art. 188. As pessoas não sujeitas à jurisdição militar que, por qualquer motivo, tiverem conhecimento da perpetração de algum dos delitos a que se refere o artigo anterior, poderão denunciá-lo a qualquer autoridade ou funcionário militar.

Art. 189. A denúncia deve conter:

- 1º) o relato circunstanciado do fato que se denuncia;
- 2º) o nome do autor e dos co-autores, assim como a indicação das pessoas que o presenciaram ou que estiverem em condições de conhecer ou de proporcionar elementos;
- 3º) tôdas as demais circunstâncias que, de qualquer modo, puderem concorrer para a averiguação do delito, para qualificar sua natureza e gravidade e para descobrir seus autores e co-autores.

Art. 190. No caso do art. 187 a denúncia será feita por escrito, em ofício assinado pelo denunciante. Se êste fôr o chefe do denunciado, deverá juntar à denúncia todos os antecedentes que sôbre a pessoa, e os serviços por ela prestados, constarem dos livros do corpo, embarcação ou repartição militar a que pertencer.

Art. 191. No caso do art. 188, a denúncia poderá ser apresentada verbalmente ou por escrito.

A denúncia escrita será assinada pelo denunciante ou por outra pessoa, a seu rôgo.

A autoridade ou funcionário que a receber, rubricará ou mandará rubricar tôdas as suas fôlhas em presença de quem a apresentar.

Art. 192. Quando a denúncia fôr verbal, será lavrada uma ata na qual, sob a forma de declaração se farão constar tôdas as circunstâncias a que se refere o art. 189, e essa ata será assinada por quem recebe a denúncia e por quem a faz ou, por qualquer outra pessoa, a seu rôgo.

Art. 193. A autoridade ou funcionário que receber uma denúncia, escrita ou verbal, verificará da melhor forma possível a identidade do denunciante, e, se tiver poderes para tanto, mandará instruir o sumário correspondente nomeando imediatamente o juiz instrutor. Se lhe faltar essa competência, remeterá a denúncia, sem perda de tempo, à autoridade ou funcionário militar a que couber tal atribuição.

Art. 194. Feita a denúncia, será entregue aos denunciante um documento do qual constem: o dia e a hora de sua apresentação, o fato denunciado, os nomes do denunciante e dos denunciados, se êstes forem conhecidos, as comprovações que forem apresentadas dos fatos e as demais circunstâncias que forem consideradas importantes.

Art. 195. A denúncia anônima poderá dar margem à instrução de uma prevenção sumária ou a um sumário se ela parecer verossímil e se se admitir que de sua apuração pode resultar benefício para o serviço.

TITULO III

PREVENÇÃO

Art. 196. Em caso de flagrante delito, o oficial de serviço, chefe do estabelecimento e, em geral, todo militar a que, nêsse momento, responder o comando imediato da força ou do lugar em que o ato houver sido praticado, procederá rapidamente à detenção dos culpados e, pelos meios a seu alcance, à com-

provação da existência do fato, providenciando para que sejam tomadas as declarações e praticadas as diligências que se tornarem necessárias para assegurar o perfeito esclarecimento e fixar o verdadeiro caráter e as circunstâncias da ocorrência.

Art. 197. Assim promovida, a prevenção será encaminhada, pelos trâmites legais e com a maior brevidade, à autoridade ou chefe competente para determinar a instrução do sumário.

Art. 198. Se, por qualquer circunstância, a prevenção por uma mesma infração fôr iniciada por dois ou mais militares, deverá ser prosseguida apenas pelo de maior graduação ou antiguidade.

Art. 199. Se da prevenção resultar que o fato não se reveste das características de crime mas de simples transgressão disciplinar e se o militar que a promoveu não tiver atribuições para impôr a sanção correspondente, encaminhará os autos a fim de que ela seja aplicada pela autoridade competente.

Art. 200. Quando o fato se passar a bordo de uma embarcação ou de uma aeronave de guerra que navegarem isoladas ou se acharem estacionados em porto ou aeropôrto estrangeiro, a prevenção será feita com tôdas as formalidades e requisitos de um sumário.

SECÇÃO II

Instrução

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 201. O instrutor pode solicitar diretamente das autoridades civis do lugar em que se realiza o sumário tôdas as diligências, elementos e informações que, para o bom desempenho de sua missão, considerar necessários.

Art. 202. Se os funcionários que devam realizar as diligências ou proporcionar os elementos e informações residirem em outros lugares

ou pertencerem a outras jurisdições, o instrutor expedirá os ofícios ou precatórias correspondentes.

Art. 203. Cada vez que se solicitar uma diligência por ofício ou por precatória, lançar-se-á aos autos o termo correspondente e a eles se fará juntada do ofício ou da precatória, quando voltar atendido.

Art. 204. O instrutor poderá deixar os detidos incomunicáveis sempre que houver motivo para isso; porém a incomunicabilidade não deverá exceder do tempo absolutamente necessário para que se realize a diligência que lhe houver dado causa e, sob nenhum pretexto, poderá ser mantida por mais de quatro dias em cada caso.

O instrutor que infringir estas disposições, será afastado da instrução e prêso em navio ou quartel. A aplicação da sanção aos instrutores caberá à autoridade que os houver designado.

Art. 205. A resolução de incomunicabilidade deverá constar dos autos e nêle ser justificada, mas os seus fundamentos não serão lidos ao detido quando dela fôr notificado.

Art. 206. A quem estiver incomunicável será permitido o uso de livros e escrever cartas, desde que sejam previamente examinados pelo chefe que estiver encarregado de sua custódia.

Art. 207. Se a instrução concluir pela culpabilidade de alguém por infrações cujo julgamento seja da competência de outras jurisdições, o juiz instrutor poderá detê-lo e colocá-lo à disposição da autoridade competente.

Art. 208. Os instrutores nomearão peritos e citarão e mandarão comparecer tôdas as pessoas que devem depôr no sumário, solicitando o auxílio da força pública, se fôr necessário.

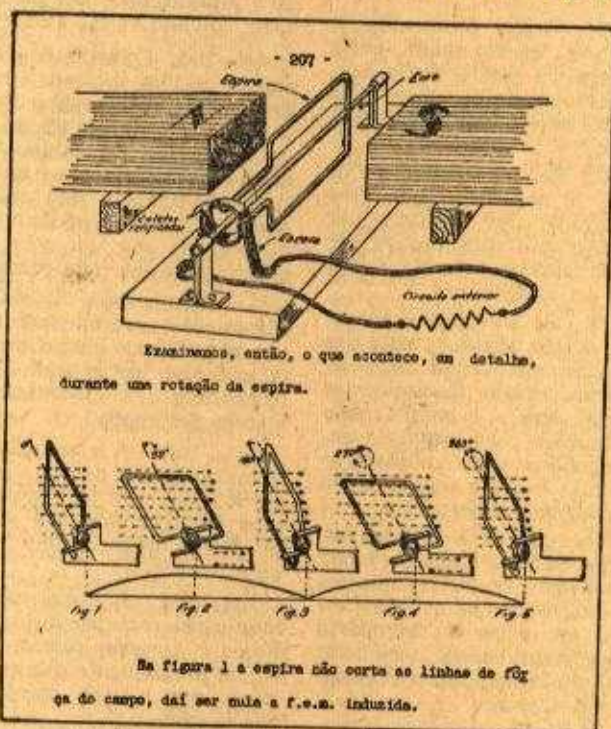
Art. 209. O instrutor poderá determinar a apreensão, abertura e exame da correspondência particular do processado, quando suspeitar que ela possa proporcionar os

meios de comprovação do fato que deu origem ao sumário. Para fins da apresentação será enviado ofício ao chefe da respectiva repartição

dos Correios e Telecomunicações e tudo isso deverá constar dos autos.

(Continua)

NOÇÕES DE ELETRICIDADE



Fac similar da pág. 207

Abrangendo os programas :

- Das Escolas de Especialização de Oficiais e Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas ;
- Do exame de admissão à E.T.E. ;
- De preparação aos Cursos de Rádio-Televisão-Eletrônica ;
- Dos Cursos Clássico e Científico ;
- Dos exames vestibulares às Escolas Superiores.

Cada capítulo seguido de um questionário de recapitulação e de vários exercícios para serem resolvidos (com respostas).

Cento e setenta desenhos explicativos ; duzentas e setenta e cinco páginas impressas.

A venda, pelo preço de Cr\$ 30,00, na secção de venda de livros do Arquivo do Exército, no andar térreo do edifício principal do Ministério da Guerra, na Escola de Artilharia de Costa e no Clube Militar.

Pedidos pelo Reembolso, ou remessa de Vale Postal, para a Gerência de "A Defesa Nacional", Caixa n. 17, Agência do Correio do Ministério da Guerra, Rio de Janeiro.

INSTITUTO DE FÍSICA TEÓRICA

Visitaram a 20 de agosto do corrente ano o Instituto de Física Teórica, em S. Paulo, o General Estillac Leal, Comandante da Zona Militar Centro e o General Stênio Caio de Albuquerque Lima, Comandante da 2ª Região Militar.

Ao receber os ilustres visitantes, saudou-os o Presidente do Instituto, Engenheiro J.H. Leal Ferreira, que do ensejo se serviu para reafirmar os princípios diretores que inspiraram a fundação do Instituto e o instinto pioneiro que marca e aponta a solução certa e única no nosso meio insuficientemente preparado. E nesse sentido fez um apelo para que os verdadeiros patriotas, cultos e esclarecidos, venham ajudar esta obra gradiosa em sua substância e exemplar em sua execução, pois dela tudo deve esperar o Brasil.

Falou a seguir o Físico-Chefe do Instituto Prof. Dr. Gert Molière cujo substancioso discurso é a seguir publicado na íntegra.

Disse o General Eleutherio Brum Ferlich, membro do Conselho Diretor do Instituto, de sua satisfação em ver ali tão conspícuos vultos do nosso Exército, cuja presença agradecia, e reafirmou os propósitos de consolidar obra de tanta significação para o progresso do país.

Falando a seguir, o General Stênio de Albuquerque Lima deu testemunho do que pudera observar em sua longa estadia nos Estados Unidos, onde a ajuda à ciência pura por parte dos industriais adquirira ultimamente significação relevante, o que podia ser apreciado nas enormes dotações das maiores organizações industriais.

E esse exemplo merece ser seguido pelos Brasileiros.

Falou por fim o General Estillac Leal para congratular-se com os res-

ponsáveis pelo Instituto, afirmando que os seus préstimos estavam à disposição para tudo quanto pudessem fazer.

Publicamos a seguir o discurso do Professor Dr. Gert Molière, para o qual chamamos a atenção especial de nossos leitores.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO PROFESSOR DR. GERT MOLIÈRE FÍSICO-CHEFE DO INSTITUTO DE FÍSICA TEÓRICA, POR OCASIÃO DA VISITA DOS GENERAIS ESTILLAC LEAL E ESTENIO CAIO DE ALBUQUERQUE LIMA, AO INSTITUTO, A 20 DE AGOSTO DE 1954. SÃO PAULO.

Exmos. Senhores Generais.

Exmos. Senhores.

É para mim uma honra e um prazer falar-lhes sobre a nossa Física, e, de uma maneira mais geral, sobre as Ciências naturais, exatas, entre as quais é a Física a mais perfeita e serve de modelo às outras.

A fim de sabermos o que a Física é, perguntemos principalmente aos próprios físicos por que motivo a exercem.

Uma resposta tão significativa quanto divertida deu, por ocasião da celebração do seu sexagésimo aniversário, o famoso físico Bothe em Heidelberg: "Os físicos são a única gente paga para exercer o seu "hobby"! "e acrescentou: Não é, pois de admirar que sejam mal pagos!".

Mais seriamente, o grande físico Werner Heisenberg assim se expressou: "Por que", perguntou, "nós físicos exercemos tal ciência? e respondeu: "Porque... porque é tão bela!" — Quiz ele com isso indicar, penso eu, aquilo que é sentido por todos os físicos: o sentimento de felicidade indescritível, associa-

da a cada progresso no conhecimento físico, progresso que geralmente é ganho com muito sacrifício.

Então, que é esta Física, exercida pelos físicos com tanto entusiasmo?

É um jogo? — um jogo, talvez, regido por mul rigorosas regras, representando um particular objetivo limitado a um certo grupo de homens?

Responderia, que, ao contrário, o objetivo da Física é um objetivo humano geral, a saber, o conhecimento do mundo que nos cerca, regido pela categoria da casualidade.

Sim, cada homem é um pesquisador potencial desde seus primeiros anos de vida, quando em criança, se de boa saúde, demonstra inclinação a perguntar sem cessar: "Por que é isso, por que é aquilo?"

Porém, a maioria dos homens, em idades mais avançadas, desistem de propor a si próprios novas perguntas, contentando-se com respostas convencionais.

Seria mau sintoma para a "saúde" da humanidade, se não houvesse cientistas e físicos, que não desistem de perguntar: "Por que acontece isso, por que sucede aquilo?"

São muito curiosos os físicos, tudo desejam saber.

E são muito céticos: recusam crer em alguma coisa, quando não é demonstrada com última certeza.

São apaixonados, os físicos, deste desejo: com esforços incansáveis, com vigor e cuidado empreendem o progresso rumo a seu alvo, e cada progresso isolado dá-lhes um contentamento extremo.

A fim de mostrar mais claramente a essência da Física, a atitude e os métodos dos físicos, julgo útil tocar brevemente na história da nossa Ciência:

Foram os Gregos, que iniciaram a Ciência natural.

Depois da decadência da cultura Helênica da Idade Média, os conhecimentos relativos à Natureza degeneraram em doutrina fixa, em dogma.

Vigorava, nesse tempo, a autoridade de Aristóteles. Seus livros eram invocados em questões de Ciência natural e jamais foram fei-

tas experiências. Duvidar da autoridade de Aristóteles era considerado heresia!

As Ciências naturais modernas nasceram, quando apareceram homens que, não obstante, ousaram duvidar das doutrinas consideradas legítimas. Alguns deles, como o famoso Galileu Galilei, pagaram com a própria vida esta temeridade.

Repito: foi a dúvida nas doutrinas transmitidas, que deu origem às Ciências e, com estas, aos tempos modernos:

Dúvida na doutrina sobre a forma plana da terra conduziu ao descobrimento da América.

Dúvida nas doutrinas Aristotélicas sobre a queda livre dos corpos levou Galileu Galilei às suas famosas experiências e a descoberta das leis da queda.

Dúvida na posição central da terra, antes ensinada, ocasionou, com Copérnico, o estabelecimento da moderna concepção astronômica e os descobrimentos das leis planetárias de Kepler.

E conseqüentemente ficou aberto o caminho para, com Isaac Newton, o descobrimento das leis mecânicas, dominando os movimentos dos corpos celestes e terrestres: Apareceram a Física experimental e teórica.

É difícil, hoje, imaginar esta enorme revolução espiritual, que dominou as mais poderosas mentes daquele tempo.

Importante é notar que revolução similar no mundo da Física se desenrola atualmente, desde o advento da Teoria da Relatividade, e es, pecialmente, da Mecânica Quântica. A importância de tais desenvolvimentos nunca foi, porém, compreendida pelo grande público, o qual tem, naturalmente, suas atenções mais voltadas para o grande progresso técnico de nosso tempo.

Com o que foi precedentemente dito, mencionadas foram as atitudes fundamentais dos físicos: dúvida e crítica rigorosas e incessantes.

Não se trata de uma dúvida de sentido puramente negativo, tendo o seu fim em si mesmo. Ao contrário é uma dúvida com o objetivo

positivo de bem fundamentar e estabelecer o saber.

A Ciência natural exata não reconhece nenhuma autoridade, senão a da própria Natureza.

A decisão, se um conhecimento ou uma teoria física são justos ou não, depende do acôrdo dêste com a experiência.

Uma *experiência física* é uma pergunta dirigida à própria Natureza e consiste essencialmente na medida duma grandeza física, aparecendo os resultados desta medida na forma de *números*.

O resultado final dum grande número de experiências é resumido mediante a linguagem matemática na forma de teoria. Uma teoria física consiste em relações matemáticas entre conceitos físicos abstratos, reunindo a nossa compreensão dum campo mais ou menos extenso de fenômenos físicos.

O caminho, a partir dos próprios fenômenos até uma completa teoria — sendo muitas vezes necessário voltar das conseqüências da teoria a novas provas experimentais — é cheio de penoso trabalho, consistindo na remoção de um grande número de dificuldades inevitáveis. Essas dificuldades referem-se, dum lado, aos métodos técnicos apropriados à realização das experiências e, doutro lado, aos métodos matemáticos adequados à teoria abstrata e à relação desta com os resultados experimentais.

A diversidade dêsse trabalho conduziu, nos decênios passados, à subdivisão da Física em Física experimental e Física teórica, embora seja preciso sublinhar que uma depende da outra e que, associadas, constituem a Física inteira.

A tarefa imensa, já esboçada, só pode realizar-se pela *colaboração* dos físicos do mundo inteiro, os quais formam uma grande comunidade, em continuo contacto através dos jornais científicos. Não há trabalho científico eficaz sem o estímulo da mútua troca de idéias, e sem mútua e incessante crítica entre os físicos. Isolamento e mania de segredos são inimigos da Ciência e destroem o seu sucesso.

Além disso, é justamente esta *crítica* que conduz ao progresso da Física: Cada físico está pronto a sujeitar, reiteradamente, seus resultados à prova rigorosa de novas experiências mais refinadas, não hesitando em rejeitá-los, quando em desacôrdo com as experiências.

Por meio dessa revisão continua o domínio de validade das teorias existentes é delimitado e, sucessivamente, o nosso conhecimento é estendido às vastas regiões do não-saber.

Há um outro efeito notável dessa crítica mútua, a saber, um efeito educativo: É que por essa crítica recíproca todo cientista é obrigado à *auto-crítica*, ao último cuidado e rigor no seu próprio trabalho, conforme o provérbio:

“Ciência é consciência!”.

Os maiores cientistas, como os menores, estão sujeitos ao mesmo rigor crítico: autoridade não vigora em Ciência. É, por exemplo, característica a grande modéstia pessoal, freqüentemente encontrada mesmo entre os físicos mais famosos, como grande Max Planck. Além de sua superioridade científica, foi essencialmente o seu cuidado até os pormenores, que conduziu à descoberta da Física Quântica.

Relativamente à questão de *ensinar* e de *aprender* a Física, torna-se evidente, pelo que foi dito, que é indispensável a um professor de nossa Ciência realizar *pesquisas* além de ensinar, porque, caso contrário, não seria capaz de transmitir aos seus alunos a *substância da Física*, que consiste no processo mesmo de descobrir.

Para se chegar a ser um físico é mais importante a prática em pesquisas do que um mero aprendizado *livresco*, pois é mais relevante para êle a formação de suas aptidões do que seu maior ou menor conhecimento da matéria.

Estou preparado, agora, para abordar a questão do *valor* e — se existe — da utilidade da Física.

Todos os físicos concordariam, que o valor de sua Ciência não depende de qualquer consideração *utilitária*.

Não obstante, a Física indiretamente traz benefícios ao público:

Em primeiro lugar, temos, de mencionar as descobertas físicas *técnicamente utilizáveis*. São elas bem conhecidas e não se torna necessário enumerá-las isoladamente. O desenvolvimento técnico, que iniciaram, ainda permanece em seus primórdios.

Nunca é demais acentuar, porém, que tais descobertas físicas de caráter técnico não constituem e não podem constituir a finalidade da Física. Elas meramente resultam da abundância de conhecimentos puramente científicos. Há vinte anos, a Física nuclear era um ramo de Ciência pura, do qual ninguém esperava qualquer aplicação técnica.

Orientar a Física exclusivamente com objetivos técnicos é destruí-la na sua substância e mesmo torná-la ineficaz para novas descobertas práticas.

Comporta-se a utilidade técnica da Ciência como a fortuna humana ou a graça de Deus: Aquele que quizer forçar estes sublimes bens, os perderá definitivamente.

Além da utilidade técnica da Ciência, há um outro modo de utilidade, que considero mais importante: Penso na eficácia *educativa*, que a Ciência diretamente, e mesmo indiretamente, pode conseguir.

A fim de explicar o que penso a respeito, vou descrever, por exemplo, a situação na Alemanha:

Existe, lá, um grande número de estudantes de Física nas universidades, escolas superiores técnicas e nos institutos de pesquisas independentes.

Cada estudante, no decurso de seus estudos, tem que produzir pelo menos um trabalho de diploma ou doutoramento, o qual é um genuíno trabalho de pesquisa, realizada independentemente pelo estudante. Dêsse modo, os estudantes são obrigados a desenvolver as aptidões necessárias à Ciência e chegam a conhecer a fundo os métodos da Física.

Terminando seus estudos, somente a menor parte destes estudantes, a saber, os mais talentosos, serão cientistas de profissão. Os res-

tantes — a maioria — escolherão uma profissão prática na indústria ou noutro lugar qualquer. A formação científica desses homens não foi perdida, ao contrário: as aptidões adquiridas na prática científica se tornam extremamente úteis.

Na Alemanha e noutros partes do mundo, firmas industriais cada vez mais, empregam físicos para os seus trabalhos de desenvolvimento, os quais, comparados aos técnicos especializados, demonstram ser mais aptos para esse tipo de trabalho, em razão de sua mais profunda base, e sobretudo por terem aprendido a resolver problemas.

Relativamente a este ponto vou mencionar, também, o exemplo dos E.U.A., onde, desde a última guerra mundial, resultou como regra, que cada uma firma industrial gasta do seu orçamento 10 até 20% para trabalhos de pesquisas, dividindo mais ou menos igualmente as verbas destinadas à pesquisa pura e pesquisa aplicada.

No Brasil, porém, a situação é muito diferente:

Durante o decênio passado presenciou o Brasil uma fase de grande desenvolvimento industrial, o qual pela rapidez dos objetivos alcançados provocou a admiração universal.

Adaptou, então, a indústria brasileira os mais eficazes processos de êxito comprovado no estrangeiro, desistindo, em geral, de por iniciativa própria, criar novos métodos técnicos, com a exceção admirável de alguns modernos empreendimentos de caráter original, criadas com a colaboração de especialistas estrangeiros.

É de se esperar, portanto, que, na fase presente e durante um futuro mais ou menos longo, os estabelecimentos industriais brasileiros trabalharão satisfatoriamente, sem precisar, em escala digna de menção, novos desenvolvimentos de mais modernos processos.

É importante lembrar aqui a rápida evolução nos métodos industriais, que se opera, hoje em dia, nos países de maior tradição técnica e que, em ritmo cada vez mais acelerado, tende a incluir a apli-

cação dos mais diversos desenvolvimentos científicos, como a eletrônica, o uso dos rádio-isótopos e, naturalmente, a energia atômica.

Cabe ao Brasil, portanto, afiliar-se a este desenvolvimento progressivo a fim de evitar a estagnação do seu progresso industrial; e, em relação a este desenvolvimento, a participação de físicos Brasileiros tornar-se-á, cada vez, mais e mais importante.

Em relação à introdução e desenvolvimento, no Brasil, de genuína ciência, parece-nos pouco adequado o atual estado da educação pública. Tenho observado pessoalmente a situação, naquilo que, por exemplo, diz respeito à educação de meu menino: O que se ensina nas escolas às crianças são meramente *esquemas*, que os professores exigem sejam aprendidos de cor, faltando, ao meu ver, uma educação apropriada a conduzir os alunos à faculdade de pensar e agir por si próprios.

Nas universidades, a situação parece não ser muito diferente (com, felizmente, honrosas exceções). A maneira, lá, preponderante no ensino de ciências naturais, lembra penosamente à maneira escolástica, com a diferença de ter sido "Aristóteles" substituído por um dos físicos mais modernos. Sou tentado a dizer: "A América ainda precisa ser descoberta..."

Uma favorável influência sobre a educação em geral no Brasil será exercida, no futuro, pelo desenvolvimento entre nós das Ciências naturais, análogamente ao que sucedeu na Europa.

Felizmente, no decurso dos últimos anos, as tentativas de introduzir a Física no Brasil fizeram consideráveis progressos. Todavia, em vista da falta de tradição científica, parece útil uma advertência para que se possam evitar possíveis erros.

O desenvolvimento da Física experimental não pode ser deixada na dependência da aquisição, no estrangeiro, de excelentes e dispendiosos aparelhos, os quais, depois de instalados, colocam os físicos diante da dupla questão: "Como

seriam postos a funcionar os aparelhos?" e "para qual problema de pesquisa seriam eles usados?". Muito melhor seria, em lugar disso, começar com aparelhos simples, construídos em todo pormenor pelo próprio pesquisador, que os irá usar, tendo em vista um bem definido programa de pesquisas.

Igualmente oportunas são, em relação à Física teórica, similares advertências:

Devo aqui lembrar que o fundamental é a formação dos jovens físicos nos verdadeiros métodos da Ciência. Neste particular a correta realização de um modesto problema de pesquisas vale mais do que o estudo literal das teorias mais modernas. A Física se aprende ativamente, mais do que receptivamente!

Além disso, frutuoso seria aos físicos brasileiros, que se conseguisse uma mais íntima colaboração entre a teoria e a experiência.

De tudo o que acabo de dizer, decorre evidentemente a maneira pela qual consideramos e exercemos o trabalho neste Instituto, cuja organização foi muito bem idealizada a fim de assegurar um contínuo progresso do nosso trabalho científico. Nesse particular, progresso considerável foi conseguido com a redução ao estrito mínimo, de todas as questões administrativas, proporcionando aos físicos do Instituto, a possibilidade de se dedicarem exclusivamente à pesquisa. A condição de Instituto plenamente autônomo merece ser realçada pois dela resultam inestimáveis vantagens.

Julgo acertado termos começado nossas atividades com um pequeno número de pesquisadores ampliando progressivamente o quadro do Instituto à medida que forem se desenvolvendo os trabalhos científicos, havendo também a possibilidade de se organizar futuramente uma secção experimental, assegurando-se assim um progresso sucessivo ao desenvolvimento do Instituto.

É um singular prazer para mim exprimir minha admiração pelo elevado grau de compreensão revelado pelo Dr. Leal Ferreira, Presidente

do Instituto, na criação destas condições de trabalho que reputo ideais.

Honram sobremaneira uma nação suas contribuições ao progresso espiritual no campo das Ciências exatas !

Aos múltiplos âmbitos da vida de uma nação, também pertence a Ciência.

Merece, pois, a Ciência toda atenção e a ajuda financeira de todas as personalidades que a fundo compreendam sua importância na vida de uma nação moderna.

Eis tudo o que lhes tinha a dizer. Cumpre-me unicamente agradecer-lhes a atenção que bondosamente me dispensaram.

QUARTÉIS

Cel. ADAUCTO CASTELLO BRANCO VIEIRA

O assunto é complexo e não tenho a presunção, sinceramente o digo, de apresentar aqui uma solução definitiva, completa.

De 1917, quando ingressei nas fileiras do extinto 47º B.C., como voluntário, aos dias de hoje, já em fase de encerramento da minha carreira militar, o meu conhecimento a respeito de quartéis foi sempre produto de observações feitas diretamente, como praça ou oficial, arregimentado em todos os postos.

Servi em gastos pardieiros, como em bonitas e sólidas construções de concreto e alvenaria, entre os extremos conhecendo a gama intermediária, variável e confusa, cuja descrição exige um esforço maior do que o que pretendo desenvolver no presente artigo.

O estudo satisfatório dos quartéis do Brasil é deveras tentador e seria um trabalho interessante, do qual outro mais competente poderá se incumbir.

Nesse estudo, ilustrado por gravuras, fotografias e plantas, caberiam: o histórico, a partir dos primórdios da colonização; a crítica, com uma análise rigorosa dos tipos construídos e usados, considerando naturalmente os aspectos funcionais, os materiais preferidos, e outros pormenores técnicos; e finalmente as conclusões indicadoras de soluções condizentes com o progresso do Brasil, com as posses do seu erário e com os problemas da sua segurança militar.

O país evoluiu muito e, militarmente, desenvolveu-se de forma impressionante, sobretudo no período de renovação iniciado com o advento do Ministério Hermes da Fonseca.

A arquitetura dos quartéis andou por aí variando, como fácil o verifica o estudioso dos documentos de arquivos e bibliotecas, ou tão simplesmente o observador das construções antigas, ainda de pé, e das contemporâneas, espalhadas pelo território brasileiro.

Eu tenho a impressão de que, entre outras razões, intervieram no planejamento e construção de quartéis no país as seguintes, possivelmente as principais:

1 — A organização vigente no Exército, conseqüentemente a de suas unidades de tropa, de seus comandos e serviços.

2 — Os locais escolhidos para fins de aquartelamento, com as variáveis do clima e da topografia, das comunicações com os centros provedores e dos materiais disponíveis para a construção.

3 — A previsão do tempo de uso das obras executadas, sejam as de caráter duradouro, como se verifica na Vila Militar do Distrito Federal, sejam as chamadas de emergência, construídas a sopapo durante a 2ª Guerra Mundial.

4 — A arma ou formação de serviço.

5 — As restrições de ordem financeira, em regra orçamentárias.

Bastam esses cinco fatores para mostrar a natureza do problema considerado e evidenciar os seus aspectos próprios, as suas dificuldades nem sempre inteiramente removíveis.

Os quartéis do Exército por isto variaram sempre no tamanho, na forma, na distribuição horizontal e vertical de dependências (plantas, perfis e fachadas) e nos materiais empregados na sua construção.

No tamanho, isto é, nas respectivas dimensões, conhecem-se os pequenos e os grandes, para um mesmo tipo de unidade, naqueles havendo aperturas e nestes folgas de espaço.

Na forma, quer dizer nas linhas aparentes da composição arquitetônica, apresenta-se: ora como um quadrado, um bloco maciço com pátio interno, e um ou dois portões de entrada e saída; ora aberto com pavilhões espaçados, paralela ou perpendicularmente dispostos, fracamente protegido por muros, gradis ou miserias cercas aramadas.

Quanto à distribuição, considerando-a em superfície e em altura, são aí encontradas as dependências tradicionalmente aceitas, pertencentes a uma ordem clássica, empedernida e arcaica: dependências sistemáticas, rígidas, de comando e administração, acomodações para as subunidades, baias ou garages, prisões, rancho, enfermaria, etc.

É interessante observar que, geralmente, se verifica nos quartéis falha gravíssima que os sucessivos comandos procuram remediar fragmentariamente, na base de recursos arranjados aqui ou além. Essa falha diz respeito justamente aos locais para instrução. Atinge, portanto, o ponto nevralgico da moderna e fundamental concepção da nossa organização militar. Fere de cheio o princípio da preparação para a guerra, que se faz através da instrução militar.

Nos velhos tempos da calça vermelha, quando o recrutamento era somente o do voluntariado, que às vezes se executava à força, os quartéis pouco precisavam de instalações apropriadas àquela preparação. A instrução em regra era a de ordem unida e de generalidades sobre deveres inerentes à ordem e à disciplina, tudo podendo ser feito no pátio interno, nos alojamentos ou refeitórios.

Os tempos mudaram. E o que se observa é a insuficiência de espaço adequado e de instalações imprescindíveis à execução de programas ou fichas de instrução. Esta se torna cada vez mais complexa,

tendo presentemente de obedecer a programas-padrão, minuciosos, variados, especulando todas as faces da formação e do aperfeiçoamento militar.

Se no tempo da calça vermelha, nada ou pouco se fazia em instrução tática, não havendo portanto solicitação de um terreno apropriado; a partir da farda caqui, em tese, aquela instrução, animada pelo espírito novo dos "jovens turcos" precursores da "missão indígena", foi se tornando mais a mais importante e requintada, daí resultando a necessidade premente de locais e instalações para exercitá-la.

Um padrão de aquartelamento, hoje insuficiente, esgueou-se então na conhecida Vila Militar, a meia hora de trem do centro urbano do Rio de Janeiro. Em época anterior à 2ª Guerra Mundial, dispunha a tropa ali aquartelada de enormes áreas para sua instrução tática, áreas essas estendidas entre a antiga Estrada Real de Santa Cruz e as orlas do Campo de Gericinó, este inclusive.

O tiro era outrora o de fuzil ou mosquetão Mauser. Para isto, bastava uma faixa estreita de terreno, com 10 ou 15 metros de largura por 600 metros de profundidade, um para-bala, as trincheiras, a casinha humilde onde se guardava um material primitivo e pobre.

Depois de 1920, o tiro gradativamente se tornou um ramo de instrução técnica muito exigente, adotando armas e processos que escaparam às previsões das velhas e desaparelhadas linhas de tiro. Com o progresso do armamento, a situação atual das unidades de instrução é crítica. As novas diretrizes impõem mudanças radicais que a maioria das guarnições estão em dificuldades de satisfazer. A começar pelo terreno.

O outrora, a educação física era uma promessa, limitando-se aos flexionamentos elementares. Não havia exigência de estádio. Nem de ginásio coberto. Nem de pista de aplicações. Nem de piscina. Atualmente, encorajada como vem

sendo pelo regulamento em vigor, requer instalações custosas, tôdas aquelas citadas linhas antes.

A instrução moral, a instrução geral, certas particularidades da instrução técnica reclamam, insatisfeitas, exigentes, instalações de cinema e teatro, sala de meios, mapoteca, filmoteca, discoteca, todos esses meios de que não cogitaram os quartéis de 30 anos atrás, e até mesmo alguns recentes.

Não esquecer para os corpos das armas montadas, que ainda existem, o picadeira, a "carrière".

Como se vê no resumo acima, as necessidades mínimas para a instrução, em matéria de aquartelamento, já constituem uma resenha longa, cuja satisfação está em primeira urgência, com prioridade número 1.

Um outro melhoramento que, de longa data, se procura introduzir no aquartelamento das guarnições com uma ou mais unidades de tropa, estabelecimentos ou repartições militares é o tocante aos serviços sociais.

Sempre encontrei no Exército a preocupação com a assistência dos referidos serviços aos oficiais e praças, extensivos às respectivas famílias. Essa assistência tem-se gradativamente desenvolvido e, dentro das idéas em voga nas esferas governamentais e nas organizações de classes trabalhadoras, procura uma solução eficiente em todos os setores abertos à sua ação benemérita.

As casas de guarnição, que aos poucos se multiplicam, devem constituir um dos problemas a considerar em cada centro militar, grande ou pequeno. As vantagens não ficarão somente do lado do assistido. O Exército estará também entre os beneficiados. O aluguel módico é um chamariz, dêle podendo o Ministério da Guerra tirar recursos para a conservação das casas alugadas e construção de novas.

A assistência médica, farmacêutica, dentária, alimentar, religiosa, etc., sempre existiu no Exército, insuficiente embora, servindo con-

tudo como base de partida para um natural desenvolvimento.

O assunto, portanto, merece entrar nas cogitações da Diretoria de Obras e Fortificações em seus planos anuais de construção.

Em que sentido? No sentido de promover nas guarnições a construção de prédios para residência das famílias dos oficiais, subtenentes e sargentos, levando-os a satisfazerem pelo menos a dois terços dos efetivos locais.

Além de tais prédios, há as dependências que os serviços sociais não dispensam, atinentes à assistência à saúde, à alimentação, ao transporte, etc.

A tendência de tais serviços é se tornarem autônomos, isto é, manterem-se com os seus próprios recursos como já se opera no meio civil. Isto implica na contribuição individual dos assistidos, tendo em vista a constituição dos fundos necessários.

O Estado, assim, por intermédio do Ministério da Guerra, terá apenas a sua parte nas despesas, as quais serão maiores na fase inicial, diminuindo depois, ano por ano, até se reduzir ao mínimo indispensável.

A colaboração da Diretoria de Obras e Fortificações será valiosa no caso:

— de começo, construindo nos quartéis e suas imediações as dependências que servirão aos serviços sociais já em ação, a fim de que estes não tomem espaços destinados aos serviços propriamente militares;

— posteriormente, realizando a conservação das referidas dependências, agora com a ajuda financeira de que possam dispor as economias dos serviços sociais.

• • •

É necessário que se procure uma solução viável para a questão dos nossos quartéis, ao alcance das posses do país. A solução ideal seria a completa, aquela que somente os americanos do norte podem prontamente realizar, graças aos seus

orçamentos bilionários. Não é a que devemos adotar, pois correríamos o risco de parar no meio do caminho. Modestamente, todavia, é possível alcançá-la, desde que se estabeleça um plano flexível, de execução programada dentro de período razoável, alcançando, em cada fase, a tôdas as guarnições, dando a cada uma um pouco anualmente, sem privilégios, estabelecendo de

início gozar da importância não somente a tropa do Rio ou de São Paulo, mas também aquela provinciana que ao longo do litoral, ou das longiquas fronteiras, deva preparar para a guerra contingentes de conscritos.

Em artigo próximo voltarei ao assunto, tentando o esforço de um programa para um projeto de quartel.

27 DE NOVEMBRO DE 1935

Padre J. BUSATO, Capelão do Exército

Foi por imperscrutáveis designios da Divina Providência que, um dia, Frei Henrique de Coimbra fícou em terras brasílicas a Santa Cruz de Cristo, diante da qual celebrou sua missa pela vez primeira na nova terra descoberta.

E, assim, teve início a história da nossa Pátria, onde a Cruz e a Espada andaram sempre juntas, pois em todos quadrantes do Brasil se encontra a ossada do missionário e do soldado, que se imolaram no altar da Pátria pelas suas tradições cristãs.

Um dia, porém, brasileiros transviados se revoltaram contra essa Pátria. Mas, graças a Deus, houve fardas que se opuseram a outras fardas menos dignas, manobradas por elementos alienígenas e sem pátria.

Registrou-se este fato no dia 27 de novembro de 1935, naquela manhã em que enfrentaram a rebelião que irrompeu no quartel da Praia Vermelha, vermelha de sangue, vermelha de chamas, acessas pelo fogo comunista. Foi então que perderam sua vida os seguintes militares, mártires da Pátria: Tenente-Coronel Misael Mendonça, majores João Ribeiro Pinheiro e Armando de Souza e Melo, Capitães Danilo Paladini, Geraldo de Oliveira e Benedito Lopes Bragança, 2º Sargento José Bernardo Rosa, 3º Sargentos Abdiel Ribeiro dos Santos e Coriolano Ferreira Santiago, 1º Cabo Luís Augusto Pereira, 2º Cabos José Armito de Sá, Alberto Bernardino de Aragão, Pedro M. Neto, Clodoaldo Ursulano, Fidelis Batista de Aguiar e Manoel

Biré e Soldado Francisco Alves da Rocha.

Suas vidas foram imoladas no pósto do dever sagrado, ficando, assim, seus nomes na história dos grandes feitos da nossa gente como exemplo de fidelidade e de patriotismo, que nunca será demais relembrá-lo e exaltá-lo.

Com razão disse o Chefe da Nação ao ensejo de uma romaria efetuada aos túmulos dos heróis: "Estamos aqui para prestar, com fervor religioso, a mais sincera homenagem a esses grandes filhos do Brasil, soldados do seu glorioso Exército, cujos corpos feridos, ao deixarem correr o sangue de suas veias, mostraram ser ele da mesma fonte donde jorrara o de tantos outros bravos nos campos de batalha, escrevendo as páginas gloriosas de que a nossa história tão justamente se orgulha".

Sim "mortos que sepulcros sagrados de Recife, Natal e Rio encerram, mártires da Pátria dormidos no sono eterno, relíquias que a terra natal recolhe como preciosas gemas, aqui estamos para relembrar vosso heroísmo... O silêncio dos vossos sepulcros é mais expressivo do que as expansões do nosso respeito, da nossa saudade, da nossa veneração. A Pátria vos pranteia, oficiais e soldados! O Exército em continência, vos rende as homenagens de que vos tornastes dignos!".

Deus Onipotente e Eterno. Vos agradecemos essa grande graça que concedestes ao Brasil, onde almas boas e generosas de militares se sacrificaram voando até Vós, dei-

xando o seu corpo pela defesa das Vossas leis, da nossa honra, da nossa dignidade de cristãos! Conservastes, assim, a nossa terra livre.

Mártires da Pátria: a vós devemos tudo: a nossa vida, as nossas tradições, a nossa fé, a nossa Ban-

deira, os nossos altares, as nossas fardas, a nossa história.

Honra e glória a vós, mártires da Pátria, mártires de um ideal, de uma civilização de vinte séculos.

Que Deus vos conceda o descanso eterno.

NOTÍCIAS DIVERSAS

• Unidades Militares para a construção do T.P.S.

O Presidente da República assinou decreto colocando as unidades militares empenhadas nos trabalhos de construção do eixo ferroviário que constitui o Tronco Principal Sul (T.P.S.), diretamente subordinadas à Diretoria de Engenharia na parte referente ao seu emprêgo e, conseqüentemente, aos trabalhos de construção do referido eixo ferroviário. Pelo mesmo ato, o chefe do governo autoriza o Ministério da Guerra a tomar as medidas convenientes no sentido de que a Diretoria de Engenharia seja dotada dos meios necessários à execução desses encargos.

Nos "consideranda" do decreto ressalta o Presidente da República a alta prioridade para os interesses nacionais, da construção do T.P.S. e acentua a conveniência de ficarem as unidades militares que executam os trabalhos do referido eixo ferroviário, na dependência de um único órgão militar, a fim de obter a melhor coordenação e rendimento superior no trabalho, condições que a Diretoria reúne para alcançar esse objetivo.

(Da Imprensa)

• Fundo Federal de Eletrificação

Art. 1º. É instituído o Fundo Federal de Eletrificação, destinado a prover e financiar instalações de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, assim como o desenvolvimento da indústria de material elétrico.

Atr. 2º. O Fundo Federal de Eletrificação será constituído:

a) da parcela pertencente à União do imposto único sobre energia elétrica;

b) de 2/10 (dois décimos) da importância do produto da arrecadação da taxa de que trata o art. 1º da Lei n. 156, de 27 de novembro de 1947, que é elevada para 10% (dez por cento), mantidas as isenções do art. 3º, da mencionada Lei n. 156, em todas as suas alíneas, e do art. 11 da Lei n. 1.807, de 7 de janeiro de 1953;

c) de dotações consignadas no orçamento geral da União;

d) de rendimentos de depósitos e de aplicações do próprio Fundo.

Art. 3º. A energia elétrica entregue ao consumo é sujeita ao imposto único, cobrado pela União sob a forma de imposto de consumo, pago por quem a utilizar.

Parágrafo único. O imposto único de que trata esta Lei não isenta nem aos seus contribuintes, nem as entidades produtoras, transmissoras, comerciantes e distribuidoras de energia elétrica, do pagamento dos impostos de renda e do selo, incidentes e processados nos termos das leis e regulamentos específicos, ficando, porém, mantidas, em sua plenitude, as isenções de impostos outorgadas pela legislação em vigor às referidas entidades.

Art. 4º. O imposto único de que trata o art. 3º desta lei, será arrecadado sob as seguintes bases:

I — Cr\$ 0,20 (vinte centavos) por kwh (quillowatt-hora) de luz;

II — Cr\$ 0,10 (dez centavos) por kwh (quillowatt-hora) de força;

III — 5% (cinco por cento) sobre o preço do consumo a *forfait*.

§ 1º. Se, no cômputo do custo da produção anual, a energia elétrica consumida por qualquer indústria, exclusive o imposto, participar, necessariamente, com mais de 5 (cinco) a menos de 1% (dez por cento), o imposto será devido à razão de 50% (cinquenta por cento) da taxa prevista neste artigo, reduzindo-se a 30% (trinta por cento), quando a participação for de 10 (dez) a 15% (quinze por cento) e a 10% (dez por cento) quando a participação for igual ou superior a 15% (quinze por cento).

● Transportes e Produção

Declarou o Ministro da Viação, Engenheiro Lucas Lopes, que está orientando os trabalhos de sua pasta pelas conclusões do relatório de u'a missão estrangeira, a qual entende que no Brasil não existe deficiência de produção, o que há é falta de transporte.

Os índices da produção no nosso país têm atestado queda expressiva e, especialmente no que toca a gêneros alimentícios de primeira necessidade, sobretudo grãos, aumentou de muito. Quem visita qualquer das zonas agrícolas do país observa, de pronto, que se planta e colhe muito mais do que é possível transportar. Em Santa Catarina, por exemplo, os agricultores se queixam da preferência dada aos seus vizinhos paranaenses na concessão de vagões da Viação Férrea Paraná-Santa Catarina. E os atingidos pela reclamação, por sua vez,

protestam contra a deficiência de meios para escoamento de suas safras espetaculares, todos os anos retidas por essa causa. Não adiantaria despir um santo para vestir outro. Ambos continuariam maltrapilhos.

O problema dos transportes, é, de fato, agudo, no Brasil. Faz muito bem o governo inclinando-se para o desenvolvimento do Parque Ferroviário, que exige imediato exame, para melhor rendimento, e pronta ampliação. A frota de cabotagem reclama, por sua vez, maior cuidado, a fim de que o abastecimento por via marítima se proceda com maior velocidade e com mais segurança quanto à higidez dos gêneros perecíveis.

Um ponto, entretanto, que nem sempre é lembrado com a devida freqüência é a questão da silagem e armazenagem. Muitos alimentos se perdem, no nosso país, unicamente por falta de armazéns próprios para conservação, por certo tempo. O que se vê, na estação da colheita, é o pátio das estradas de ferro congestionado, os produtos se perdendo ao longo das vias férreas, os protestos candentes, o anúncio de medidas de emergência, o consumo forçado, até como adubo e alimento de animais, nos próprios sítios, à ausência daqueles armazéns. O que não é transportado imediatamente se perde ou deprecia.

Devemos, portanto, atacar com intensidade, o problema dos transportes para assegurar o escoamento da produção.

(Da Imprensa)

ATOS OFICIAIS

**Leis, Decretos e Avisos de interesse geral do Ministério da Guerra,
publicados no mês de setembro de 1954**

LEI N. 2.314 — DE 3 DE SETEMBRO DE 1954

Fixa a contribuição para o Montepio Militar e altera tabela de meio sôldo dos oficiais das Forças Armadas

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1º. É fixada em um dia de vencimentos a contribuição para o Montepio Militar.

Parágrafo único. São mantidas as contribuições fixadas em leis anteriores, desde que sejam superiores às estabelecidas na presente lei.

Art. 2º. As pensões correspondentes serão calculadas na forma determinada no § 1º do art. 29 da Lei n. 488, de 15 de novembro de 1948.

Art. 3º. Os oficiais-generais da reserva ou reformados, que contarem mais de 30 (trinta) e 35 (trinta e cinco) anos de serviço, poderão contribuir, a partir desta data e na forma da legislação vigente, para o montepio dos postos fixados nesta lei.

§ 1º. Os herdeiros dos oficiais-generais falecidos depois da vigência do Decreto-lei n. 9.736, de 4 de setembro de 1946 e que, pela legislação em vigor, deveriam ter deixado montepio de General de Exército e Marechal e postos correspondentes na Marinha e na Aeronáutica, poderão ter suas pensões reajustadas, desde que descontem treze cotas da correspondente contribuição de montepio de acordo com o estabelecido no art. 1º desta lei.

§ 2º. Os benefícios estabelecidos no § 1º deste artigo são extensivos aos herdeiros dos oficiais-generais promovidos "post-mortem" depois da vigência do Decreto-lei n. 9.736, de 4 de setembro de 1946.

Art. 4º. A pensão do meio sôldo dos Generais de Exército e Marechais e seus equivalentes na Marinha e na Aeronáutica é fixada em Cr\$ 1.750,00 (mil setecentos e cinquenta cruzeiros) e Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), respectivamente.

Art. 5º. A pensão do meio sôldo correspondente aos demais postos será calculada de acordo com a tabela de vencimentos da Lei n. 5.167-A, de 12 de janeiro de 1927, inclusive para os herdeiros dos militares já falecidos.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 3 de setembro de 1954 — *Alexandre Marcondes Filho*, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

("Diário Oficial" n. 207, de 10-IX-1954.)

PORTARIA N. 594 — DE 8 DE SETEMBRO DE 1954

Aprova as Instruções Provisórias para o funcionamento da Diretoria Geral de Intendência e Diretorias subordinadas

("Diário Oficial" n. 209, de 13-IX-54.)

• •

(*) PORTARIA N. 604 — DE 10 DE SETEMBRO DE 1954

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, de acôrdo com o que propõe o Estado-Maior do Exército, resolve aprovar as "Instruções sobre as Bandas de Música, Fanfarras, Bandas de Clarins e de Corneteiros-Tambores".

* •

PORTARIA N. 605 — DE 10 DE SETEMBRO DE 1954

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, de acôrdo com o que propõe o Estado-Maior do Exército, resolve :

— Que a aprovação nos concursos para contra-mestre ou regente, na conformidade das "Instruções sobre as Bandas de Música, Fanfarras, Bandas de Clarins e de Corneteiros-Tambores", aprovadas com a Portaria número 604, de 10-IX-54, habilite à promoção ao posto de 2º Tenente na reserva, a semelhança do que ocorre com os cursos equivalentes ao de Cmt. de Pelotão ou Secção para fins de promoção a 2º Tenente da reserva (art. 54 da Lei n. 3.940, de 16 de dezembro de 1941).

("Diário Oficial" n. 210, de 14-IX-54.)

• •

DECRETO N. 36.209 — DE 20 DE SETEMBRO DE 1954

Suspende a admissão de pessoal extranumerário, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, n. I, da Constituição, decreta :

Art. 1º. Fica suspensa a admissão de pessoal extranumerário, salvo necessidade urgente e comprovada de serviço, que não possa ser atendida pela redistribuição de servidores, de acôrdo com a legislação em vigor.

Art. 2º. Quando, excepcionalmente, fôr imprescindível a admissão de extranumerário, a respectiva proposta, indicando objetivamente a necessidade da medida, será encaminhada ao Departamento Administrativo do Serviço Público.

§ 1º. Verificada a observância da legislação em vigor e a procedência da necessidade da admissão, o Departamento Administrativo do Serviço Público restituirá a proposta ao Ministério ou órgão de subordinação direta ao Presidente da República, indicando, se existentes, os candidatos habilitados em prova.

§ 2º. Quando não entender oportuna a admissão, o Departamento Administrativo do Serviço Público submeterá a proposta à decisão do Presidente da República.

Art. 3º. O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam sustadas as propostas de criação ou transformação de cargos ou funções.

Art. 5º. Ficam revogados o Decreto n. 29.893, de 14 de agosto de 1951, e demais disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1954; 133º da Independência e 66º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Miguel Seabra Fagundes.

Edmundo Jordão Amorim do Vale.

Henrique Lott.

Eduardo Gomes.

("Diário Oficial" n. 217, de 22-IX-54.)

* *

PORTARIA N. 632 — DE 21 DE SETEMBRO DE 1954

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, tendo em vista as atribuições fixadas para os Comandos de Zonas Militares pela Portaria número 56-48, de 3 de maio de 1954, e de acordo com o parecer do Estado-Maior do Exército, em Ofício n. 569-A, de 11 de setembro de 1954, resolve alterar as Normas Gerais para Promoção de Graduados, aprovadas pela Portaria n. 333, de 17 de agosto de 1953, na seguinte forma:

a) Dar a seguinte redação ao n. 1, do art. 2º:

"1 — à graduação de 2º Sargento, pelos Comandantes de Zonas Militares, no âmbito do território de cada uma de suas Regiões Militares. Antes de efetuar as promoções as Zonas Militares entrarão em entendimentos com a Diretoria Geral do Pessoal para efeito de controle da situação de efetivos desse graduado no âmbito do Exército."

b) Substituir no art. 4º a expressão "e as Regiões Militares" por "e as Zonas Militares".

c) No § 3º do art. 13 substituir a expressão "ou à Região Militar" por "ou à Zona Militar".

("Diário Oficial" n. 218, de 23-IX-54.)

* *

PORTARIA N. 637 — DE 27 DE SETEMBRO DE 1954

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, em solução a uma consulta da Diretoria Geral do Pessoal, e de acordo com o parecer do Estado-Maior do Exército em Ofício n. 517-A, de 20 de agosto de 1954, resolve:

1º. Os sargentos qualificados em determinada QMG por força de cursos não equivalentes ao Curso de Aperfeiçoamento, e que possuam tam-

bém Curso de Aperfeiçoamento ou Equivalente, mas de outra QMG, diferente da em que se encontram qualificados, poderão optar por uma ou outra QMG, dentro do prazo de 90 dias a contar da presente Portaria.

2º. Os que optarem pela QMG em que se encontram qualificados, perderão todos os direitos assegurados pelo Curso de Aperfeiçoamento ou Equivalente que possuem, de outra QMG. Deverão pois, para o acesso dentro de sua QMG, realizar o Curso de Aperfeiçoamento ou Equivalente que lhe corresponda.

3º. Os que optarem pela QMG cujo Curso de Aperfeiçoamento ou equivalente possuam, serão para ela transferidos imediatamente, não sendo mais computado o curso que os habilitava para a qualificação anterior.

4º. Para os sargentos que, decorridos os 90 dias acima fixados não houverem optado na forma preceituada na presente Portaria prevalecerá o Curso de Aperfeiçoamento ou Equivalente que possuam, sendo, em consequência, transferidos para a QMG correspondente deixando pois a partir desta data, de lhes ser computado, para qualquer efeito, o curso da QMG anterior.

5º. Decorrido o prazo fixado na presente Portaria não serão mais permitidas mudanças de Qualificação Militar, que visem regularizar a situação de praças possuidoras de cursos diversos, e que contrariem as prescrições já existentes sobre o assunto.

("Diário Oficial" n. 222, de 28-IX-1954.)

• •

AVISO N. 668 — EM 27 DE SETEMBRO DE 1954

Em solução às consultas do Comandante da 8ª R.M. e do Comando dos Elementos de Fronteira, relativas a interpretação da Lei n. 2.116, de 27 de novembro de 1953 e de acôrdo com o parecer do Estado-Maior do Exército declaro :

a) que as praças que servem em Guarnições abrangidas pela Lei número 2.116-53, inclusive os sargentos radiotelegrafistas adidos às Unidades de Fronteiras, e que contrairam matrimônio amparadas nos dispositivos da citada Lei, poderão ser movimentadas para outras Guarnições, por promoção ou qualquer outro motivo, visto não haver impedimento legal para a movimentação decorrente do seu estado civil ;

b) que a redação atual da letra d) do art. 1º (após vinte "anos de serviço") deve ser entendida como a consignada no art. 97 do Estatuto dos Militares — "anos de serviço" ;

c) que os benefícios previstos na Lei n. 2.116 são aplicáveis a contar da data da publicação da referida Lei, salvo aqueles constantes do art. 4º.

("Diário Oficial" n. 223, de 29-IX-1954.)

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

A "Defesa Nacional" acusa, agradecendo, o recebimento das seguintes publicações nacionais e estrangeiras, durante o mês de setembro do ano corrente :

a) *Do Exterior :*

- Portugal — Revista Militar, de julho de 54.
— Revista de Cavalaria, de março/abril 54.
Itália — Rivista Militare, de julho/agosto 54.
Bolívia — Revista Militar, de maio/junho 54.
EE. UU. — Revista Aérea Latino Americana, de julho de 54.
França — Forces Aériennes Françaises, de julho e agosto de 54.
— Revue Militaire d'Information de maio, junho e julho de 54.
Espanha — Revista "Ejército" de julho e agosto de 54.
— Revista "Guión" de julho e agosto de 54.
— Revista de la Oficialidad de Complemento, de julho e agosto de 54.
Peru — Revista de la Escuela Militar de Chorrillos, de janeiro a abril de 54.

b) *Nacionais :*

- Conjuntura Econômica, publicação da Fundação Getúlio Vargas, de julho de 54.
Milita, órgão da Força Pública de São Paulo, de junho de 54.
"Itamaraty", do Ministério do Exterior, de agosto de 54.
Comércio Internacional — Bol. Mensal do Banco do Brasil, de junho e julho de 54.
"O Miliciano", órgão da Associação Beneficente dos Sargentos da Polícia Militar do D.F., de junho e julho de 54.
Mensário de Cultura Militar (E.M.E.), julho/agosto de 54.
Revista Brasileira de Geografia, de outubro a dezembro de 53.
Conjuntura Econômica, publicação da Fundação Getúlio Vargas, de julho de 54.
"Esso Agrícola" n. 2 de 54.
"Estréla" (C.P.O.R. de), de 54.
Boletim Geográfico (I.B.G.E.), de julho a outubro de 53.
Revista do Clube Militar, de julho/agosto de 54.

COLABORAM NESTE NÚMERO:

Prof. Arthur E. Burns.
Gen. Nizo Viana Montezuma.
Cel. A. Rodrigues da Costa.
Cel. Adauto Castelo Branco Vieira.
Cel. Antônio Brito Júnior.
Cel. José Horácio da Cunha Garcia.
Cel. Manoel Joaquim Guedes.
Cel. Paulo Enéas Ferreira da Silva.
Ten.-Cel. Cesar Gomes das Neves.
Ten.-Cel. Floriano Möller.
Major Fernando Allah Moreira Barbosa.
Major Jorge E. M. Fortes.
Major José Martins de Almeida.
Major Newton C. A. Mello.
Major Rui Alencar Nogueira.
Cap. A. Godoy.
Cap. Carlos A. Figueiredo.
Cap. Dario B. A. Costa.
Cap. José M. B. Ramalho.
Cap. P. J. Busato.
1º Ten. Celso Viana de Araujo.
1º Ten. Virgílio da Veiga.



É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte

Cr\$ 15,00

S. G. M. G.
IMPRENSA MILITAR
RIO DE JANEIRO — 1954